

Universidade Técnica de Lisboa

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



# O CAMINHO DA IBÉRIA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM ESTRATÉGIA

Mestrando: Mafalda Félix do Sacramento Gonçalves Silva

Orientador: Professor Doutor António Silva Ribeiro

Lisboa

2011

### AGRADECIMENTOS

O meu mais sincero obrigada ao meu orientador, o Prof. Doutor António Silva Ribeiro, que me guiou e esclareceu durante todo o processo; e aos Professores que me ajudaram, me receberam e iluminaram com as suas ideias, contribuindo fortemente para o melhor resultado da minha dissertação.

Aos funcionários da casa que tão valiosos são na sua ajuda constante para com o aluno, que nos facilitam a vida e nos ajudam a encontrar exactamente o que procuramos.

E porque não teria sido possível empreender este caminho com a dedicação e o empenho necessários, nem teria tido o mesmo significado sem a sua presença; agradeço à família e amigos o incentivo, a coragem e a calma que sempre me souberam dar no momento certo.

Por todo o apoio e generosidade, muito obrigada.

## INDICE

Índice de Ilustrações.....	1
Índice de Quadros e Gráficos.....	2
Resumo.....	3
Abstract.....	4
Introdução.....	5
I. Evolução dos Povos e das Relações Peninsulares: União e Afastamento – Uma dicotomia histórica.....	10
II. Interpretações e Considerações sobre a União Ibérica.....	30
1. Teorias Pró-Iberismo.....	33
2. Teorias Anti-Iberistas.....	44
3. Transição: Do afastamento histórico à necessária cooperação.....	50
III. Situação Económica de Portugal e Espanha: Da análise Macroeconómica ao relacionamento Bilateral.....	53
1. Dimensões e Posicionamento Macroeconómico.....	55
2. Relações económicas bilaterais: Ou de como uma economia pode vir a subverter outra.....	64
IV. Análise SWOT da União Económica Ibérica.....	73
Conclusão.....	82
Glossário.....	87
Lista de Abreviaturas.....	88
Referências Bibliográficas.....	89

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Mapa dos povos da Península Ibérica no Século V.....	11
Ilustração 2 - Parentescos da Dinastia de Avis.....	22
Ilustração 3 - Mapa dos Reinos Peninsulares no Século XIV.....	23
Ilustração 4 - Alianças Matrimoniais e descendência de D. Manuel I.....	25
Ilustração 5 - Tomada da Coroa portuguesa pelos “Filipes” de Espanha.....	27
Ilustração 6 - Mapa da Hispânia proposto por Chacon em <i>A Grande Ibéria</i> .....	43

INDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Figura I – Gráfico de Indicadores do Comércio Externo Espanhol.....	56
Figura II – Quadro da Balança Comercial Espanha-Mundo.....	57
Figura III – Gráfico da Evolução do Investimento Directo Estrangeiro em Portugal.....	58
Figura IV – Gráfico da Evolução do Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro.....	58
Figura V – Gráfico da Representação dos países de destino das exportações portuguesas.....	60
Figura VI – Quadro da Representação dos mercados de destino das exportações espanholas.....	61
Figura VII – Quadro da Balança Comercial Luso-espanhol.....	65
Figura VIII – Quadro da Balança Comercial Luso-espanhola do sector serviços.....	68
Figura IX – Quadro da Evolução do Investimento Directo de Espanha em Portugal.....	70
Figura X – Quadro do Investimento directo de Portugal em Espanha.....	71
Figura XI – Quadro de Matriz SWOT.....	74

NOME: Mafalda Félix do Sacramento Gonçalves Silva

MESTRADO EM: Estratégia

ORIENTADOR: Professor Doutor António Silva Ribeiro

DATA: 20 de Maio de 2011

TÍTULO DA TESE: O Caminho da Ibéria

### **RESUMO**

A ideia da criação da Ibéria surgiu no início da história, passando a ser esta uma das prioridades centrais dos povos que na Península se estabeleceram. Assim, é na análise destas tentativas, e com a ajuda da voz e palavras daqueles que as estudaram, que o conceito do Iberismo ganha forma, e nos oferece respostas sobre qual o papel e domínio real de cada um dos actores Ibéricos.

Estas janelas de conhecimento permitir-nos-ão identificar mais facilmente as diversas estratégias que Espanha, o já mítico “eterno inimigo”, poderia vir a aplicar para absorver o país luso, principalmente através do controlo da sua estrutura basilar: a economia. Assim, e perante um ataque espanhol, será importante ver até onde Portugal estaria preparado para fazer uso dos seus instrumentos de poder nacional, naquilo que seria considerado como uma contra-estratégia histórica pela defesa da sua soberania.

**IBERISMO – DOMÍNIO – ECONOMIA – ABSORÇÃO – CONTRA-ESTRATÉGIA – NACIONALISMO**

TÍTULO DA TESE EM INGLÊS: The “Iberian” way

**ABSTRACT**

The idea to create “Iberia” arose in the beginning of times, becoming itself one of the main goals of the people living in the Peninsula. Thus, it’s with the analysis of these attempts, and with the help of the voice and words of those who studied them, that the concept of “Iberianism” takes shape, and gives us the answers about what is the role and real domain of each one of the “Iberic” actors.

These “windows of knowledge” will allow us to easily identify the many strategies that Spain, the mythic “eternal enemy”, could end up applying in order to absorb its neighbor country, mainly through the control of its basic structure: the economy. So, and before a Spanish strike, it will be important to see how prepared would Portugal be to make use of its instruments of national power, in what would be considered as a historic counter-strategy for the defense of its dominion.

**IBERIANISM – DOMAIN – ECONOMY – ABSORPTION – COUNTER-ESTRATEGY – NACIONALISM**

## INTRODUÇÃO

A Península Ibérica foi, desde sempre, o berço de grandes conflitos internos derivados, essencialmente, do desejo de conquista territorial que nela existiu. Haveria que recuar ao início dos séculos para perceber com exactidão a panóplia de povos que nela se estabeleceram, e quais os movimentos que se deram para ir, progressivamente, conquistando o espaço em que habitavam. A sua complexa e variada estrutura, aliada ao seu privilegiado espaço geoestratégico - sendo banhada pelo Atlântico, e com um pé no resto da Europa - incentivaram os movimentos imperialistas dentro da Península, dando pouco espaço à estável manutenção dos reinos e condados que nela habitavam.

O objectivo histórico da união dos povos da Península desembocou no conceito do *Caminho da Ibéria*, sendo ainda hoje um elemento de estudo e análise estratégico, que atravessa fronteiras espaciais e temporais. Nos actuais países constituintes deste espaço Ibérico, Espanha e Portugal, existe um debate entre teóricos e estudiosos da matéria, por criarem uma dualidade de opiniões entre os mesmos, dando origem a: os defensores da causa Ibérica e união dos seus Estados, e aos anti-Iberistas, apoiantes acérrimos da necessária individualidade dos povos para a sua saudável preservação.

Este debate, que poderia já estar ultrapassado e esquecido nos meandros da história, surge em pleno século XXI com a mesma intensidade do passado, e é que como veremos mais adiante, são os desequilíbrios pontuais que se vão verificando nestes dois países, os que acendem as luzes do debate Iberista, e dão um novo sentido às batalhas travadas para conseguir reunificar, num só, a totalidade do espaço Ibérico.

Actualmente, e de acordo com o estudo do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL 2011)<sup>1</sup>, 46% dos portugueses defendem uma União Federativa com Espanha, enquanto apenas 39% dos espanhóis concordam com esta união (valores superiores aos registados em semelhantes estudos de 2009, nos quais 45,6% e 31% respectivamente eram a favor); 75% dos espanhóis face a 71% dos portugueses consideram que as relações bilaterais são boas, concordando ambos com a importância do ensino de ambas as línguas na escolaridade obrigatória.

---

<sup>1</sup> ENGUITA, Fernández Mariano (Universidade Complutense de Madrid), CUÉ, Santiuste Salvador (CASUS, Universidade de Salamanca), MACHADO, Fernando Luís e COSTA, Firmino, António da (CIES-IUL), "46% dos portugueses querem a União Ibérica", *Jornal ECONOMICO*, Lisboa, 05 de Abril de 2011.



Este desejo cíclico de aproximação Ibérica, que esporadicamente se revela nos seus povos, sem nunca sair realmente da dialéctica de eruditos e intelectuais, tem e sempre teve várias abordagens práticas. Podemos então dizer, bastando apenas espreitar a história, que as tentativas de unificação da Península Ibérica já conheceram vários caminhos para a sua concretização, entre eles destacamos os mais relevantes: o caminho político (união de forças políticas num só centro de decisão), o caminho social (exaltação das massas), o caminho militar (força tradicionalmente mais utilizada), e o caminho económico (união económico-comercial dos interesses Peninsulares).

Neste estudo, e por não termos a possibilidade de abordar todas as possibilidades de unificação, iremos centrar a nossa atenção na vertente económica, e na forma como esta pode ser utilizada para, paulatinamente, unir Portugal e Espanha mais do que qualquer outro caminho antes utilizado tenha conseguido unir. Paralelamente às tentativas de criar uma economia Ibérica, veremos também como Portugal utiliza as suas forças internas para contrariar esta dinâmica de união que, de não ser contida, poderá mudar os próximos capítulos da história Peninsular.

Vamos, portanto, identificar as possibilidades de se vir a efectivar a união dos países Ibéricos através da economia. Assim, é importante observar a estratégia espanhola em matéria de aproximação a Portugal, bem como a contra-estratégia portuguesa numa tentativa de defesa nacional. Dois países historicamente unidos estão hoje num mesmo núcleo, numa mesma realidade, perante um mesmo dilema, o dilema da união Ibérica.

O objectivo central deste estudo será o de apresentar a situação actual da economia espanhola e portuguesa para analisá-las comparativamente e conseguir, deste modo, identificar quais as verdadeiras probabilidades que a economia lusa tem de alterar as pretensões e os avanços espanhóis sobre os mercados nacionais. Assim, e para conseguir chegar a uma resposta elaborada sobre esta matéria, sublinhamos três objectivos específicos. O primeiro prende-se com a observação da relação histórica dos povos Ibéricos, de como se formou Portugal e da luta travada pelo seu povo para manter a independência do território nacional face a terceiros. O segundo visará apresentar as propostas Iberistas e anti-Iberistas, que ao contemplar os interesses dos dois países dão uma resposta consistente à questão da "Ibéria". E por último analisaremos as potencialidades e fragilidades actuais da economia portuguesa quando confrontada com a realidade espanhola, para definir assim os princípios da contra-manobra económica.

Assim, começaremos por apresentarmos a história das relações Ibéricas do século V<sup>2</sup> ao século XVII, abordando quer o período pós Império Romano e as sucessivas tentativas de união Peninsular, quer as subsequentes guerras travadas para conseguir a independência do “inimigo” castelhano. Será com esta viagem histórica que conseguiremos ver mais de perto o ambiente vivido na Península, analisando-o desde um prisma mais abrangente e fiel à complexa relação que, desde sempre, nos uniu. O século V é aqui escolhido como ponto de partida da nossa análise, pois supõe o fim da primeira unificação Ibérica, e o início da luta dos povos para restituir essa unidade. É o século V o que enquadra de maneira mais clara o começo de uma luta de ambições imperialistas que culminaram na formação de Espanha e Portugal. O século XVII é o limite temporal da análise histórica, pois, e embora depois dele ainda se tenham registado alguns conflitos pontuais e movimentos unificadores na Península, este foi considerado o século em que as mais vorazes tentativas de união tiveram fim.

Será com este suporte histórico que tentaremos, ainda, responder a uma questão derivada daquela que será a questão central do nosso trabalho e é que: *Será que podemos, à sombra do caminho percorrido pela Ibéria, considerar que é na sua unificação que reside o sucesso Luso-espanhol?*

Em segundo lugar seremos palco para as teorias de autores históricos e contemporâneos que, imbuídos dos laços da história, criaram um sólido repertório de teorias sobre quais os caminhos a adoptar para conseguir uma harmonia Ibérica. Dentro deste ponto contaremos ainda com as convicções de quem apoiava a união, assim como contrabalançaremos com os ideias nacionalistas daqueles que se negavam a ver a sua pátria cedida, ou em fusão com um outro Estado.

Procuraremos, igualmente, dar resposta à nossa segunda questão derivada: *Dos teóricos que trataram o Iberismo, quais souberam “agarrar” a história mais firmemente, de modo a aplicar as suas conclusões na prática?*

Finalmente, e pelo facto da economia ser o elemento que traduz a máxima expressão do poder nacional de um país, delimitaremos o nosso campo de estudo recorrendo a uma abordagem detalhada da economia portuguesa e espanhola: primeiro a nível macroeconómico (com o posicionamento da economia espanhola e portuguesa no mundo), seguida da observação da sua relação e parceria comercial. Para aprofundar a

---

<sup>2</sup> O século V marca o fim do Império Romano (séc. III a.C – séc. V d.C), aquele que foi o Império que conseguiu unificar, pela primeira vez, o espaço Ibérico sob um só domínio, e que deu início a uma nova vaga de invasões estrangeiras que visavam, igualmente, unir o território peninsular.

visão da realidade actual destas economias em funcionamento, faremos uso, ainda, duma Matriz SWOT, que nos permitirá ver quais são os pontos fortes e os pontos fracos que caracterizam a nossa economia, e qual a possível conjugação que a fazer com as possíveis oportunidades e ameaças vindas de Espanha, visando o benefício de Portugal.

Através da interpretação do terceiro e quarto pontos deste estudo levanta-se a nossa seguinte questão derivada, a questão da subversão económica, isto é: *A actual aproximação económica de Espanha poderá supor uma ameaça real para a economia portuguesa?*

E é também aqui, nos dois últimos pontos da nossa análise, onde serão dados os elementos necessários para responder à nossa questão central. Será precisamente nestes pontos onde serão facilitadas as pistas fundamentais, as respostas práticas, e as derradeiras conclusões à questão que aqui nos prende.

Deste modo, e por base ao antes exposto, definiremos a seguinte questão central para o estudo *O Caminho Da Ibéria: Se através de uma manobra económica Espanha conseguir criar a Ibéria, poderá Portugal reverter essa estratégia?*

Para conseguir abordar com precisão todos os elementos do nosso estudo, recorreremos a vários métodos de análise inter-disciplinar. Assim, e devido à diversidade temática aqui apresentada, a metodologia aplicada baseou-se numa combinação de métodos: análise qualitativa (história e teorias), e quantitativa (dados económicos), tendo utilizado a pesquisa bibliográfica e documental (leitura e análise de enciclopédias, obras históricas, livros de ciência política e de relações internacionais, documentos públicos de autores de interesse incontornável para a aproximação ao tema Ibérico, obras dos mesmos, e citações e reflexões das suas teorias) e ainda a entrevistas não estruturadas à Ex-conselheira de Assuntos Europeus da Embaixada de Portugal em Madrid (Dra. Maria João Furtado) que nos ajudou a ampliar conhecimentos e ter uma visão mais clara daquilo que são hoje as relações bilaterais Luso-espanholas. Foram ainda fundamentais os elementos facilitados pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal e Espanha.

O vasto tema do Iberismo tem ainda muitas portas por explorar, e muito embora não nos tenha sido possível abrangê-las a todas nesta análise, não deixamos de sublinhar a importância de um superior aprofundamento histórico, pois cada detalhe pode fazer a diferença, a relevância dos estudos desta área já realizados pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN), a clareza das ideias de autores como Sinibaldo de Más, assim como a

comparação exaustiva do ânimo nacional dos dois povos perante uma possível união Ibérica.

Contudo, procurámos ao longo deste estudo fazer uma apresentação ampla e detalhada daquilo que são as relações entre Portugal e Espanha, o que nos ajudou a abraçar o conceito do Iberismo desde um prisma mais crítico, prático e próximo daquilo que são hoje as ligações existentes entre os dois países Peninsulares.

## I. EVOLUÇÃO DOS POVOS E DAS RELAÇÕES PENÍNSULARES: UNIÃO E AFASTAMENTO - UMA DICOTOMIA HISTÓRICA

Mergulhar no conceito de Iberismo é fazer uma viagem histórica às origens territoriais e sociais de duas nações; é submergir-se num leque de conhecimentos que nos ajudam a transportar-nos do passado, até às actuais relações bilaterais entre dois países intimamente unidos, entre dois países com um caminho comum, entre dois países outrora tão poderosos como o foram Portugal e Espanha.

Assim, regressaremos a estas origens, ao começo da sua unificação enquanto território uno-ibérico, momento no qual passa de albergar no seu seio uma ampla variedade de povos, reinos e territórios ocupados e desconexos entre si, a ser uma área geográfica homogénea que começou assente numa base comum, a religião - pilar e chave desta uniformização.

Recuando no tempo, verificamos que a primeira unificação vitoriosa da Península Ibérica deu-se com o Império Romano (Séc, III a.C – Séc. V d.C). Com o seu desaparecimento assentam na Península vários povos dispersos que irão recuperar a velha ambição romana, embora não com os mesmos resultados. Nesta época, já no século V, o território Ibérico foi palco de conflitos entre germanos e indígenas, sendo epicentro das guerras promovidas desde Bizâncio<sup>3</sup>. Estas guerras tinham por objectivo a expulsão das populações germânicas<sup>4</sup>, para a posterior reconstrução da unidade do Império, contudo, este objectivo não se veio a concretizar - a união não passou de um sonho, uma tentativa fracassada, que deu passo à efectiva divisão do território.

---

<sup>3</sup> Bizâncio: Colónia grega construída no séc. VII a.C., junto ao Bósforo (reino grego estabelecido na Crimeia). No seu sítio fundou-se Constantinopla, capital do Império Bizâncio e, mais tarde, do Império Otomano, com o nome de Istambul. Veja-se OLIVEIRA, Leonel de, *Nova Enciclopédia Larousse*, Círculo de Leitores, Volume 4, 1997, p. 1076.

<sup>4</sup> Germanos: Povo indo-europeu, originário da Escandinávia Meridional (...) Em meados do séc. III, os Germanos invadiram o norte da Itália e dos Balcãs: foi o prelúdio de vários séculos de invasões no Ocidente, onde acabaram por formar vários reinos (séc. V). Veja-se Idem, Volume 11, 1997, pp. 3309-3310.



**Ilustração 1** - Mapa dos povos da Península Ibérica no Século V<sup>5</sup>.

Paralelamente os germanos ocupam a Península até ao século VI, momento em que se dá a invasão visigoda. Esta invasão estendeu-se pela totalidade do território Peninsular, feita através de avanços paulatinos na conquista de novos espaços. Visigodos<sup>6</sup> virão ocupar a área que vai da costa Atlântica à Mediterrânea, dando uma visão material e palpável daquilo que os sucessivos povos existentes na Península tentarão conseguir: uma união completa do território sob um poder central. Porém, rapidamente surgem divisões tribais que desestabilizaram o trabalho feito até à data pelos visigodos, sendo finalmente os francos resguardados pelos seus contínuos ataques os que os obrigaram a refugiar-se no Mediterrâneo, deixando o resto do território desprotegido e, por isso, facilmente acessível às mãos de francos e burgúndios<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Mapa disponível em: <http://ccsocials.blogspot.com/2008/02/los-orgenes-del-correo-desde-la.html>.

<sup>6</sup> Visigodos: do ramo dos Godos, (“Godos sábios” ou “Godos valentes”) instalado no séc. IV entre o Dniepre e o Danúbio, e convertido ao arianismo (...). Quando os muçulmanos desembarcaram em Espanha, o reino visigodo desmoronou-se rapidamente (711-714). Veja-se OLIVEIRA, Leonel de, Nova Enciclopédia Larousse, Círculo de Leitores, Volume 22, 1997, p. 7012.

<sup>7</sup> Burgúndios: Povo germânico de origem escandinava, instalado na Gália e na Germânia no séc. V. Foram submetidos pelos Francos em 532, tendo dado o seu nome à Borgonha. Veja-se OLIVEIRA, Leonel de, Nova Enciclopédia Larousse, Círculo de Leitores, Volume 11, 1997, pp. 3309-3310.

Com este vazio de poder os ostrogodos passam a dominar a Península, com firmes pretensões de recuperar a unidade Imperial. Mas este momento nunca chegou, pois os ostrogodos<sup>8</sup> foram defrontados por bizantinos e visigodos, perdendo o poder outrora conquistado. A história vê assim o poder de um vasto território passar, uma vez mais, para mãos visigodas, numa altura em que a Península se encontrava dividida em cinco regiões políticas:

- A dos bizantinos (Bética).
- A dos Suevos (Galiza e norte de Portugal).
- As tribos das montanhas cántabro-vascas (território que não reconhece nenhuma autoridade política).
- Visigodos (suevos, vascões e bizantinos).
- A das tribos Ibéricas (independentes mas com influências de forças visigodas)<sup>9</sup>.

São estes factos que acompanham a realidade da Península desde a idade antiga, os que nos ajudam a compreender que as tentativas realizadas para conseguir a sua unificação são um objectivo histórico, que vem do início dos séculos e que tem sido transversal a um sem fim de impérios, tribos e forças políticas unificadoras que viam neste recanto europeu – início e fim de um continente - a base para uma força que tinha e tem todo o potencial para se poder afirmar no panorama internacional, não só a nível militar, mas também económico, político e social. Um “puzzle” de comunidades, culturas, etnias e religiões, idealmente unificado numa só extensão territorial e sob um só poder.

Assim, com este objectivo como ponto de partida, e no seguimento desta vaga de conquistas e disputas territoriais, forma-se o reino de Toledo (ano 555), que mais adiante nos mostrará o quão importante foi pelo seu poder estratégico, poder este que culminou num cúmulo de alianças entre seu rei e os reis dos demais territórios e condados que *a posteriori* se irão formar na Península.

O reino de Toledo foi, sem dúvida, um primeiro e significativo passo nas tentativas de homogeneização religiosa da Península (factor que veremos ser de extrema importância para o processo), embora depois de intensos desacatos religiosos (entre a imposição do arianismo<sup>10</sup> defendida por Leovigildo, e a do catolicismo, por Hermenegildo), tivesse de

---

<sup>8</sup> Ostrogodos: antigo povo germânico que constituía uma das grandes subdivisões dos Godos. (...) O reino não conseguiu resistir à reconquista bizantina e desapareceu em 555. Veja-se Idem, Volume 17, pp. 5219-5220.

<sup>9</sup> ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, “El asentamiento visigodo”, *Historia de España*, ESPASA, volume 3, pp. 5-7.

<sup>10</sup> Arianismo: Heresia cristológica e trinitária do século IV professada por Ario e seus discípulos e que nega a divindade do Verbo, considerando-o como uma criatura secundária ou subordinada. Foi condenado pelo

esperar pelo rei Recaredo (reinado 586-612), para conseguir acalmar as massas e pôr um fim aos distúrbios. Nessa altura, e depois do Concílio de Toledo (589), que impunha o catolicismo, foi aliás fundida a aristocracia hispano-romana com a nobreza visigoda. Com esta iniciativa, de religião comum, afastam-se suevos, minora-se o papel de bizantinos, controlam-se os vascões, e consegue-se a aceitação e controlo total de visigodos, conseguindo, por fim, dar os primeiros passos para a estabilização da base da união Ibérica<sup>11</sup>.

Apesar do caminho homogéneo seguido pelos reinos da Península logo após a sua adopção comum do catolicismo e das suas regras de convivência e gestão, a Península sofre um novo altercado, marca da eterna ânsia da conquista Ibérica. No século VIII os muçulmanos invadem a Península – Al-Ándalus, que apesar de ter ganho o domínio sobre o território, não acabou com alguns dos princípios e métodos adoptados pelos visigodos, nomeadamente no que à sua estrutura social, económica e eclesiástica se refere.

A presença dos muçulmanos e os seus comportamentos incentivaram o desenvolvimento do centro urbano (taifas), do seu comércio e da sua cultura, tornando-se numa verdadeira referência para o mundo. O período de ocupação muçulmana foi, visto à lupa da história, um período de estável e admirável convivência de dois modos de vida num mesmo território; duas sociedades, duas economias, e o que é mais importante, duas religiões opostas e extremamente arraigadas nas suas áreas de influência; a sul do país o islamismo era a religião praticada, enquanto no norte se pregava e defendia o catolicismo tradicional. Este princípio de convivência pacífica (isto é, se não for tido em conta o historial de conflitos latentes e inevitáveis que se verificaram entre árabes/muçulmanos e muçulmanos/cristãos), é um sinal, uma luz orientadora de como a diversidade que ocupa a Península não tem de ser uma inimiga directa da paz e colaboração entre os povos, de como a diferença destes, das suas culturas e sociedades, não tem que ser uma interferência para a manutenção de uma economia conjunta, de uma política de cooperação consensual, e de um respeito intrínseco pela diferença<sup>12</sup>. Aos olhos dos autores que estudam o Iberismo esta pacífica e natural interacção multicultural é a chave para o bom desenvolvimento do espaço Peninsular independentemente da época e vicissitudes que o tempo possa gerar, pelo

---

concílio ecuménico de Niceia, em 325. Veja-se OLIVEIRA, Leonel de, Nova Enciclopédia Larousse, Círculo de Leitores, Volume 2, 1997, p.598.

<sup>11</sup> ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, “El reino de Toledo”, *Historia de España*, ESPASA, volume 3, pp. 7-9.

<sup>12</sup> ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, “Al-Ándalus, Provincia del Islam”, *Historia de España*, ESPASA, volume 3, pp. 15-16.



que o método organizacional utilizado pelos muçulmanos é, para muitos, a solução e o exemplo a seguir na história.

Este período de ocupação muçulmana prolongou-se no tempo, embora não no espaço, pois o seu assentamento deu-se principalmente no sul do território ibérico já que a norte tinha uma grande força de contenção e combate liderada pelos astures – população do norte não submetida à influência muçulmana - sendo que estes foram os primeiros a proclamarem-se vitoriosos contra grupos militares muçulmanos, que apesar de tudo não se sentiram verdadeiramente perturbados até ao fim do século VIII. Já em 750 a seca na Meseta foi de tal maneira intensa que a população viu-se praticamente dizimada e, por isso, eram uma força frágil, o que permitiu os avanços de Alfonso I (rei de astures e cântabros entre 739-757), sobre os muçulmanos, acabando com os seus assentamentos em torno do rio Douro, e juntando a população desta zona - os hispanos visigodos, ao resto dos povos que já habitavam as montanhas. Deu-se então a criação do reino Astur, dominado política e culturalmente por visigodos. Este reino foi experimentando ao longo deste século uma cada vez maior independência dos grupos muçulmanos, e deve parte da sua razão de ser às revoltas e sublevações que se deram na altura, já em época de Alfonso II<sup>13</sup>.

Um século mais tarde, o clero moçárabe (que detinha uma força de elevada dimensão na Península), considerava que o seu rei, rei de Leão, e seu por os ter albergado – Alfonso III, não só era o único rei legítimo da Península, como tinha a obrigação, direito e dever de dominar as terras ocupadas por muçulmanos, e reconquistar as ex-terras visigodas incluídas nos domínios do Al-Ándalus e do cristianismo, pelo que numa ânsia de unificar o espaço e materializar a fusão Ibérica sob o poder do seu monarca, quiseram immortalizar este sentimento de posse e missão ao atribuir-lhe o título de imperador<sup>14</sup> – o que tanto significava para o clero, e tão pouco para o resto de reinos e poderes espalhados pela Península.

Mais tarde, no início do século X, e depois das diversas tentativas frustradas de unificar os reinos, o condado de Castela (sob o comando do Conde Fernán González) consegue a sua independência, o que, como veremos, em muito virá marcar as futuras relações hispano-portuguesas, e as suas sucessivas alianças matrimoniais, que eram todas elas realizadas com base na estratégia da paulatina unificação Peninsular. Castela esperou um século até ser considerado reino, e foi então que se fundiu com Leão, já no reinado de

---

<sup>13</sup> ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, “Al-Ándalus, Provincia del Islam”, *Historia de España*, ESPASA, volume 3, pp. 22-28.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

Fernando I<sup>15</sup> (1038-1065) - mais conhecido por Fernando Magno, conde de Castela e rei de Leão. Fernando I viria a ser responsável pelo começo da grande vaga de expansão do cristianismo na Península, dividindo as terras ocupadas e os reinos muçulmanos existentes, impondo-lhes o pagamento de tributos (pairas), que mais tarde seriam repartidos entre os três reinos por si criados (Castela, Leão e Galiza). Foi sob o escudo da cristianização que o rei foi conquistando a Península e tendo-a sob seu poder. Podemos dizer que foi este momento histórico o que abriu as portas à já referida unificação de Castela e Leão, assim como o que impulsionou o caminho e as bases para a independência do condado Portucalense – deram-se então os primeiros passos para a formação do que viria a ser mais tarde Espanha e Portugal<sup>16</sup>.

Aquando da morte de Fernando I assume o poder o seu filho, Afonso VI (1065-1109), que dá continuidade à linha de pensamento estruturada por seu pai, e que pelas suas inúmeras iniciativas em muito contribuirá para a separação da Hispânia e a formação de Portugal.

No início do seu reinado avança na conquista dos espaços Peninsulares; ocupa Toledo, antiga capital Visigoda, proclama-se imperador, e aumenta fortemente o poder político unitário através da restauração da sede eclesiástica, sendo este último facto realizado a fim de atribuir ao arcebispo o poderoso título de primado de toda a Hispânia, e consegue unir pela primeira vez os reinos de Leão e Castela<sup>17</sup>.

Contudo, este período de unidade imperialista baseada na realização do sonho histórico da Ibéria pouco durou, já que na época se deu a unificação de Al-Ándalus por parte dos almorávides, que perpetraram sucessivos ataques contra os cristãos, assim como a entrada dos cruzados e a nobreza franca na Península para combater os mouros. Mas esta “visita” de terras vizinhas deu origem a um vasto leque de alianças matrimoniais entre os francos e os descendentes de Afonso VI. Sua filha Urraca casa com Raimundo, Conde de Borgonha, e a sua outra filha, Teresa, casa com D. Henrique, sendo-lhes atribuído a estes o

---

<sup>15</sup> Fernando I, filho de Sancho III Maior de Navarra, contraiu matrimónio com Sancha, filha de Afonso V de Castela “O Nobre”, tornando-se rei de Leão e conde de Castela, o que lhe permitiu proceder à unificação destes dois territórios. Veja-se ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, “La división leonesa”, Historia de España, ESPASA, volume 3, pp. 225-226.

<sup>16</sup> ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, “El império de los clérigos leoneses”, Historia de España, ESPASA, volume 3, pp. 28-32.

<sup>17</sup> Afonso VI de Leão, que tinha sido aliado do seu irmão Sancho II (rei de Castela), na conquista do reino da Galiza, vê-se agora enfrentado a este, que ocupa o seu reino e consegue por primeira vez proceder à unificação de Leão e Castela. Mas Sancho morre em 1072, e Afonso VI vê assim o poder dos três reinos, Leão, Castela e Galiza, ficar sob seu domínio. Veja-se MARTÍN, José Luís, “La herencia de Sancho el mayor de Navarra”, Historia de España, ESPASA, volume 4, pp.34-35.

condado da Galiza e o condado Portucalense e de Coimbra respectivamente. Todos estes movimentos e divisões territoriais levaram o reino a um período de crise em pleno século XI, o que inevitavelmente o deixou debilitado e sem reacção perante as insistentes tentativas de D. Henrique de desassociar os territórios e torná-los independentes. Esta insistência veio permitir a separação do condado Portucalense do resto dos reinos hispânicos – ano 1096 – que passa, assim, a ser o berço da nação portuguesa.

Em 1112, aquando da morte do conde D. Henrique, a situação do Condado Portucalense ficou seriamente fragilizada à falta de um herdeiro pronto a assumir a sua regência, situação que culminou, por falta de boa gestão, nas invasões espanholas de 1127 – perpetradas por Afonso VII (1126-1157), Rei de Leão e Castela<sup>18</sup>. Nessa altura, já na sua idade adulta e uma vez deposta a sua mãe, D. Teresa, que até à data ocupava o cargo de regente, o herdeiro, D. Afonso Henriques (1139-1185), protegeu o seu território de ofensivas externas, e estabeleceu a ordem dentro das suas fronteiras, papel que desempenhou fervorosamente contra ataques de Castela e invasões muçulmanas (Batalha de Ourique 1139). Estas contenções fizeram-no senhor do seu Condado e levaram-no a intitular-se rei de Portugal<sup>19</sup>.

Para oficial reconhecimento do seu título, D. Afonso Henriques procurou legitimar a sua posição junto de seu primo, Afonso VII, seguido das altas instituições da Santa Sé – o Papa, na altura Inocêncio II (1130 - 1143). Contudo, e na ânsia de conquistar regiões perdidas e que considerava suas, como a Galiza, a luta com Castela prosseguiu até 1140, zelando-se finalmente a paz em 1143 – Conferência de Zamora, onde é atribuída a independência a Portugal<sup>20</sup>.

Com base nesta paz negociada desenrolou-se um novo e longo período histórico de alianças matrimoniais que visavam garantir a paz com os demais países europeus mas, sobretudo, conter a ameaça que se adivinhava e temia por parte do país vizinho. Assim, destaca-se o período entre 1250 e 1350, onde os enlances matrimoniais entre descendentes reais portugueses e da Casa real de Castela e Aragão se sucederam, com o objectivo de perpetuar a paz entre os povos, afiançar as fronteiras, e enaltecer o poder da Península Ibérica como um todo.

---

<sup>18</sup> Rei Afonso VII, filho de D. Urraca e Raimundo de Borgonha.

<sup>19</sup> CALVET, José de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, Publicações Europa-América, 1990, pp. 13-15.

<sup>20</sup> CALVET, José de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, Publicações Europa-América, 1990, pp. 14-16.

Tendo em conta a análise dos factos unificadores considerados verdadeiramente relevantes, e com consequências significativas na história da Península Ibérica, é importante ressaltar, de entre outros, um episódio de grande repercussão no seguimento destas relações entre coroas. Deu-se entre 1280 e 1315, durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), que provou ser um monarca com um sentido estratégico único no que à sua gestão das questões territoriais da Península Ibérica se refere.

O rei D. Dinis casou com D. Isabel, filha de Pedro III de Aragão, união que se considerou fundamental para Portugal devido à significativa importância que Aragão tinha adquirido recentemente na economia e política mediterrânicas, o que abria novas e poderosas portas ao seu reino. O monarca adquiriu com o tempo uma transcendência política superior à praticada por Aragão e Castela, que mais tarde recorreram a ele a fim de que os ajudassem a sancionar os acordos em curso sobre o fim de disputas territoriais entre estes outros dois reinos hispânicos, o que aproximou as relações políticas dentro da Península e, claro, as relações entre as coroas, estabelecendo um período de boas relações entre Portugal e os reinos vizinhos<sup>21</sup>.

Um exemplo da cooperação entre os reinos Ibéricos é a constituição e adesão conjunta à Ordem de Cristo (promulgada na Bula papal de 14 de Março de 1319), que nasceu por iniciativa de D. Dinis com o objectivo de converter aqueles que pertenciam à extinta e perseguida Ordem dos Templários, a quem Filipe o Belo de França (1285-1314), com o apoio da Santa Sé, combateu e exterminou. Primeiro Castela e mais tarde também Aragão se juntaram a uma liga além fronteiras. Esta ajuda conjunta aos integrantes Hispânicos da Ordem dos Templários<sup>22</sup> viria conseguir que estes salvaguardassem os seus domínios e bens, assim como que não tivessem que temer pelas suas vidas. Este episódio é especialmente importante porque representa uma união multilateral que serve interesses

---

<sup>21</sup> MATTOSO, José (coord), “2 Séculos de vicissitudes políticas”, *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Volume 2, pp. 149-153.

<sup>22</sup> Em 1307 Filipe, o Belo, levanta acusações de heresia sobre a Ordem dos Templários, o que leva a Clemente V a celebrar na Hispânia um concílio que averiguasse a veracidade dos factos. Os padres que se reuniram em Salamanca para deliberar, chegaram a um consenso sobre a inocência destes, muito embora o papa não contente com tal determinação avançasse com a ordem de sequestro dos seus bens na Península. Esta medida não o foi bem acatada por D. Dinis, que desde sempre protestou e se aliou nessa iniciativa a Fernando IV de Castela.

Em 1312, no *Concílio de Viena*, já extinta a Ordem dos Templários, e uma vez cedidos todos os seus bens, o sumo pontífice exceptua desta cedência a todos aqueles que se encontravam na Hispânia, o que permitiu que com autorização do papa ambos reis instituíssem a Ordem de Cristo, para os ajudar a salvaguardar os seus bens, que em muito os poderia vir a beneficiar futuramente. Veja-se MATTOSO, José (coord), “2 Séculos de vicissitudes políticas”, *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Volume 2, pp. 147-149.

comuns, e que consegue reunir as vontades de povos vizinhos mas que até à data não partilhavam uma mesma voz<sup>23</sup>.

À luz da perspectiva da união Ibérica, estas boas relações que se tinham cimentado entre coroas, especialmente entre a Castelhana e a Portuguesa, são um sinal de como em épocas de paz e diálogo cordial, as políticas bilaterais contribuem para acalmar os ânimos expansionistas e imperialistas, e respeitam o progresso e individualidade da nação vizinha. Assim aconteceu neste caso, sendo que os monarcas tinham por objectivo (sobretudo na passagem do século XIII para o século XIV), estabelecer as fronteiras entre si, por modo a deixá-las estáveis e indiscutíveis num futuro. E as medidas para marcar as diferenças entre os reinos foram mais longe quando D. Dinis adopta o português como língua a ser utilizada na chancelaria e seus documentos legais, o que o separa do comum latim, utilizado no resto da Hispânia e da Cristandade, e trilha o seu caminho como reino independente dos demais - como um poderoso reino dono do seu futuro<sup>24</sup>.

Como se verifica no decorrer da história, as relações com outros reinos da Hispânia eram sempre um dos pontos-chave da política externa de todos os reis portugueses. As boas relações de vizinhança eram fundamentais para não ver perigar a estabilidade dos domínios nacionais. D. Dinis, que não foi excepção na cordial aproximação Ibérica, também recorreu ao sistema de matrimónios devidamente programados, visando a conveniência do reino, mas conseguiu, além disso, impor o seu nome, o seu poder e o seu país, pelas suas políticas, pela sua capacidade estratégica, e pelo seu saber fazer.

Como já referimos, o monarca foi mediador nos conflitos entre Aragão e Castela, assim como um forte financiador do rei desta última, o que deixava ambos reinos numa posição delicada mas segura, com uma garantia de não agressão em nome do favor devido. A estabilidade das relações Peninsulares mostra, assim, que se podem desenrolar harmoniosamente com base num negócio, num apoio, numa ajuda pontual ou num consciente entendimento das debilidades próprias e das grandes potencialidades dos vizinhos, que se irão querer por aliados.

Já no simplificado sistema de alianças matrimoniais, a que foi chave da diplomacia durante séculos, não sempre se verificaram os alicerces suficientes para travar os conflitos que periodicamente se sucediam na Península. É um facto que os acordos de paz se

---

<sup>23</sup> MATTOSO, José (coord), "2 Séculos de vicissitudes políticas", *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Volume 2, pp. 147-149.

<sup>24</sup> MATTOSO, José (coord), "2 Séculos de vicissitudes políticas", *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Volume 2, pp. 153-155.

seguiam a cada um dos altercados, mas a verdade é que os próprios laços de parentesco foram fonte de discórdia<sup>25</sup>. As tréguas sucederam-se, as derrotas de Castelhanos em território português e a sua sede de avançar sobre o mesmo, eram um factor recorrente, e por sua vez os progressos territoriais portugueses não cessaram, o que em nada facilitou a manutenção da paz nos dois extremos da Península.

Sucedeu a D. Dinis o seu filho Afonso IV<sup>26</sup> (1325-1357), que cedo viu no seu vizinho castelhano, Afonso XI (1312-1350), um aliado seguro para afiançar o seu reinado. Ambos monarcas procuraram estabelecer um pacto para impedir que nenhum dos dois pusesse em causa os seus respectivos tronos, celebrando, assim, no ano de 1328, um acordo na cidade de Escalona no qual confirmavam todos os Tratados estabelecidos pelos seus antecessores, e que visavam a paz e colaboração entre Portugal e Castela. O acordo em causa estabelecia ainda a realização de casamentos cruzados entre membros das duas famílias reais, para poder, assim, reforçar os laços políticos e familiares entre as ditas Casas Reais. Este é, sem dúvida, mais um exemplo dos esforços feitos por modo a evitar os perigos expansionistas que a história mostrou serem mais facilmente contidos tendo por base a harmonia e o consenso entre os monarcas.

E para selar este compromisso casou então a filha de Afonso IV, a infanta D. Maria, com Afonso XI de Castela, e seu filho, infante D. Pedro, com uma sobrinha de Afonso XI, D. Branca. Contudo, o primeiro casamento demonstra os aspectos negativos decorrente da política de matrimónios entre os reinos, uma vez que se provou que estes podiam levar ao afastamento entre as coroas como então ocorreu pois, aqui, com o pretexto de desentendimento entre D. Maria e o rei de Castela, a relação entre os reinos deteriorou-se ao ponto de gerar uma série de conflitos bilaterais<sup>27</sup>.

A guerra deu-se entre 1336 e 1339, pondo fim a um longo período de boas relações entre as dinastias. O distúrbio que se vivia na Península apenas teve fim por pressão do papa Bento XII, que advertiu para uma potencial invasão do exército muçulmano - esta sim uma ameaça contra a qual a Península deveria estar unida e com os seus esforços apostos, independentemente das diferenças verificadas internamente<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> CALVET, José de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, Publicações Europa-América, 1990, p. 27.

<sup>26</sup> O reino de D. Dinis foi marcado internamente pela sua controversa política anti-senhorial e pelo consequente apoio desta nobreza descontente a seu filho, o príncipe D. Afonso, que honrou este voto de confiança declarando a guerra a seu pai. Deu-se, então, uma guerra civil entre 1319 e 1324. Veja-se MATTOSO, José (coord), "2 Séculos de vicissitudes políticas", *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Volume 2, pp. 158-161.

<sup>27</sup> RAMOS, Rui (coord), *História de Portugal*, Esfera dos Livros, 2009, pp. 123-124.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

Esta ofensiva islâmica veio a concretizar-se um ano mais tarde e conseguiu, directamente, despertar uma nova união entre os povos Peninsulares cristianizados. Afonso IV deslocou as suas forças militares até ao sul de Península, onde os cristãos saíram vencedores, pondo assim um ponto final definitivo às invasões muçulmanas. Começa, então, um período de paz Peninsular que irá durar mais de uma geração, tanto com D. Pedro I<sup>29</sup> (1357-1367) no trono, como D. Fernando I (1367-1383).

O reinado de D. Fernando foi, tal como já tinha sido o de seu avô Afonso IV, dividido entre um período de paz, seguido de uma vaga de guerras - três consecutivas - que o fizeram dar as costas a Castela. O seu reinado decorreu durante um conturbado período político, não só a nível nacional como internacional, marcado por pandemias catastróficas e as ditas repetidas guerras com Castela (de 1369 a 1382), que apenas viram o seu fim com a celebração da paz e a proposta feita por D. Fernando a Juan I de Castela (1379-1390), de que este se casasse com a sua filha Beatriz, enlace acordado no Tratado de Salvaterra de Magos (1383).

Com a morte de D. Fernando I, que faleceu sem ter deixado nenhum filho varão legítimo, e tendo apenas como descendente directa a sua filha D. Beatriz, as coroas estavam destinadas à união; uma união tão almejada, uma união que teria feito a diferença na história e nos seus capítulos posteriores caso se tivesse efectivado. Perante esta situação pode-se dizer que estavam assim reunidas todas as condições para que além da crise social e económica que se respirava desde mediados de século, se desse também uma crise dinástica na Península<sup>30</sup>.

A situação foi contornada quando a rainha D. Leonor Teles (1383-1384), mulher de D. Fernando, assume as funções de regente, despoletando a revolta de povo e nobreza que reclamam a D. Juan I como rei de Portugal. Estas revoltas foram lideradas por um filho bastardo de D. Pedro I<sup>31</sup> (1357-1367), D. João mestre de Avis (1385-1433), que obrigaram a D. Leonor a pedir auxílio a seu genro, D. Juan I, para garantir a continuidade da sua regência. As tropas castelhanas invadiram Portugal, e em Janeiro de 1384 Leonor Teles

---

<sup>29</sup> D. Pedro I, filho de D. Afonso IV, com quem se enfrentou numa segunda guerra civil entre pai e filho. Desencandeou, assim, um período conturbado na história de Portugal. Veja-se MATTOSO, José (coord), “2 Séculos de vicissitudes políticas”, *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Volume 2, pp.483-490.

<sup>30</sup> RAMOS, Rui (coord), *História de Portugal*, Esfera dos Livros, 2009, pp. 128-131.

<sup>31</sup> Meio-irmão de D. Fernando, falecido rei de Portugal.

renuncia à regência em favor de sua filha e do rei de Castela, abrindo novamente as portas à possibilidade da união das coroas Ibéricas, sob domínio de um rei castelhano<sup>32</sup>.

Contudo não foi possível, pois os confrontos entre castelhanos e tropas de D. João continuaram, saindo quase sempre vitorioso este último devido às múltiplas derrotas do exército castelhano, e à parcial dizimação dos seus soldados vítimas da peste negra<sup>33</sup>. Apesar do impasse em que se encontravam, teve a história de esperar por 1411 pela assinatura do Tratado de paz, e a aliança entre D. João I de Portugal e João II de Castela<sup>34</sup> (1406-1454), sendo que o reconhecimento, pelo rei de Castela, da Casa de Avis como a nova dinastia reinante em Portugal só aconteceu em 30 de Outubro de 1431 em Medina del Campo<sup>35</sup>.

Com esta segunda dinastia reinante em Portugal abrem-se novos caminhos e adoptam-se novos rumos para o país, pelo que as tradicionais altercações Peninsulares pelas fronteiras e limites do território Ibérico, até aí base das disputas existentes entre ambos, trespassaram todas as fronteiras quando os dois reinos, Castela e Portugal, se lançam ao mar em pleno século XV, conquistando novos espaços, novas terras, novos domínios de um continente até então por explorar - África.

---

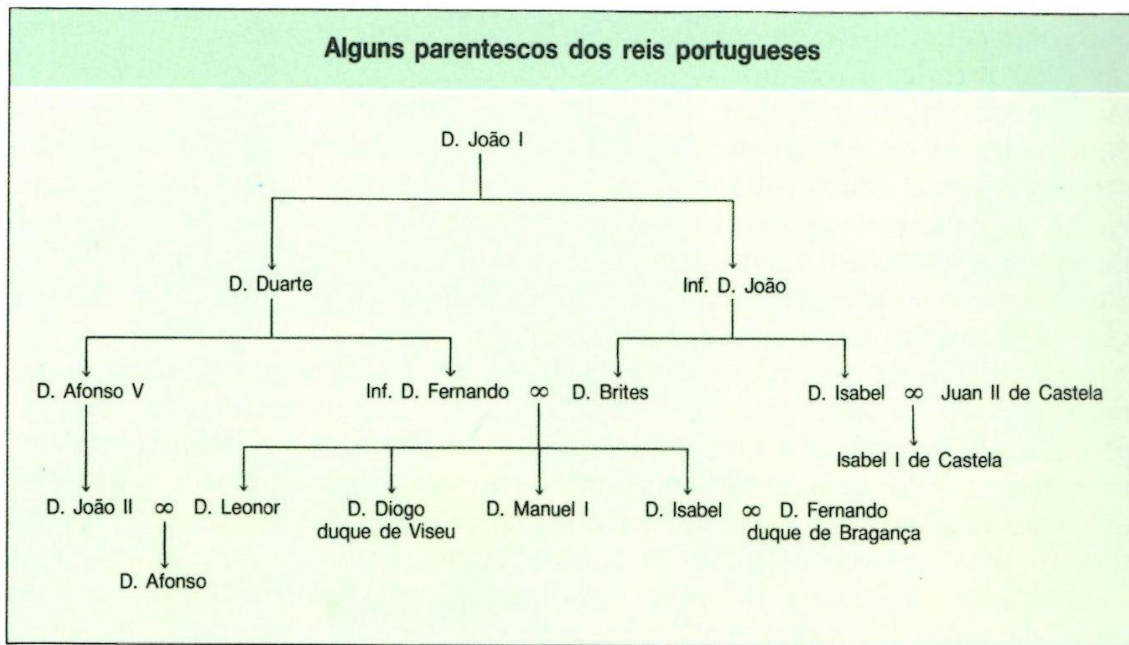
<sup>32</sup> MATTOSO, José (coord), “2 Séculos de vicissitudes políticas”, *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Volume 2, pp. 494-495.

<sup>33</sup> RAMOS, Rui (coord), *História de Portugal*, Esfera dos Livros, 2009, pp. 135-144.

<sup>34</sup> D. João II de Castela era filho dos reis castelhanos D. Beatriz e D. Juan I.

<sup>35</sup> A definitiva assinatura do Tratado viu-se constantemente adiada devido aos conflitos internos que se viviam na altura em Castela, o que dificultava a sua concretização.





**Ilustração 2** – Parentescos da Dinastia de Avis<sup>36</sup>.

Portugal teve, desde o início desta grande aventura marítima, a bênção do Papa Nicolau V, que com a *Bula Dum Diversis*, de 18 de Junho de 1452, permitiu que emprendessem uma viagem à descoberta, uma viagem que prometia levar aos novos cantos da terra a religião e a sabedoria do nosso mundo, podendo ficar em compensação com os bens do povo muçulmano - o então conhecido Direito de Padroado concedido pelos papas a Portugal. Por seu lado Castela, em nada contente com estes privilégios concedidos a Portugal, e dando um novo ênfase às disputas que tradicionalmente se deram entre estes reinos, ameaça atacar o país caso este não se retire da costa africana que, a seu ver, lhes pertencia. Mas o rei castelhano, João II, falece na mesma altura, o que permitiu ao papa Nicolau V decretar que as terras já descobertas ou prestes a serem descobertas pertenciam ao reino de Portugal - atribuindo ao monarca português o monopólio comercial na área<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Os régios protagonistas do poder”, *História de Portugal*, Círculo de leitores, Volume 3, p. 514.

<sup>37</sup> CALVET, José de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, Publicações Europa-América, 1990, p. 43.



**Ilustração 3** - Mapa dos Reinos Peninsulares no Século XIV<sup>38</sup>.

As disputas entre os monarcas Peninsulares não se dissolveram facilmente. Muitos reis castelhanos iriam ainda entorpecer a labor colonizadora de Portugal, como aconteceu em época dos Reis Católicos em Espanha (1479-1508), e a sua expansiva penetração no comércio colonial português da costa de África. Muitos acordos viriam ainda a ser assinados para conseguir impedir o avassalamento de um vizinho sobre o outro, como o derradeiro e decisivo Tratado de Alcáçovas – 1479, onde se pactuava a restituição das vilas, aldeias e terras tomadas por um reino ao outro, definiam-se os títulos dos monarcas, a divisão dos territórios colonizados e pactuaram-se, à margem, uma nova série de compromissos matrimoniais que visavam a manutenção desta mesma paz<sup>39</sup>.

Findo o século XV, com a morte do monarca D. João II em 1495 (1481-1495), e mais uma vez na ausência de descendência directa, sobe ao trono D. Manuel I (1495-1521), seu primo. O novo rei de Portugal não ignora os passos dados por João II em matéria de política externa, sendo estes: boa paz; vigilante e cordial entendimento com Castela, evitando uma hegemonia com os Reis Católicos; boa convivência com o Papado, sem obvia subordinação à Corte Romana; neutralidade nos conflitos europeus, em especial cuidando de não se deixar arrastar para posições castelhanas; guerra com os mouros de Marrocos visando a

<sup>38</sup> Mapa disponível em: <http://www.arteguias.com/biografia/losreyescatolicos.htm>.

<sup>39</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Os régios protagonistas do poder”, *História de Portugal*, Círculo de leitores, Volume 3, p. 515.

boa defesa e alargamento do domínio costeiro; e especial atenção à conquista de novas rotas de navegação até à Índia<sup>40</sup>.

Manuel I dedica, assim, parte da sua agenda nesta missão colonizadora no continente Asiático que viria engrandecer o país, dar vias alternativas, novas matérias-primas e uma revigorada autonomia ao seu povo dentro do espaço Ibérico, sendo este último um ponto de especial importância, pois quanto mais fortemente Portugal pisasse lá fora, através das suas conquistas, mais bases negociais e argumentos de peso teria para firmar a sua poderosa independência dentro da Península. E como vimos anteriormente, a história mostra-nos que não só nas alianças matrimoniais e na eventual troca de favores assenta a paz e cordialidade entre os povos, mas sim no poder e saber fazer de um rei, que é imagem e guia do seu país.

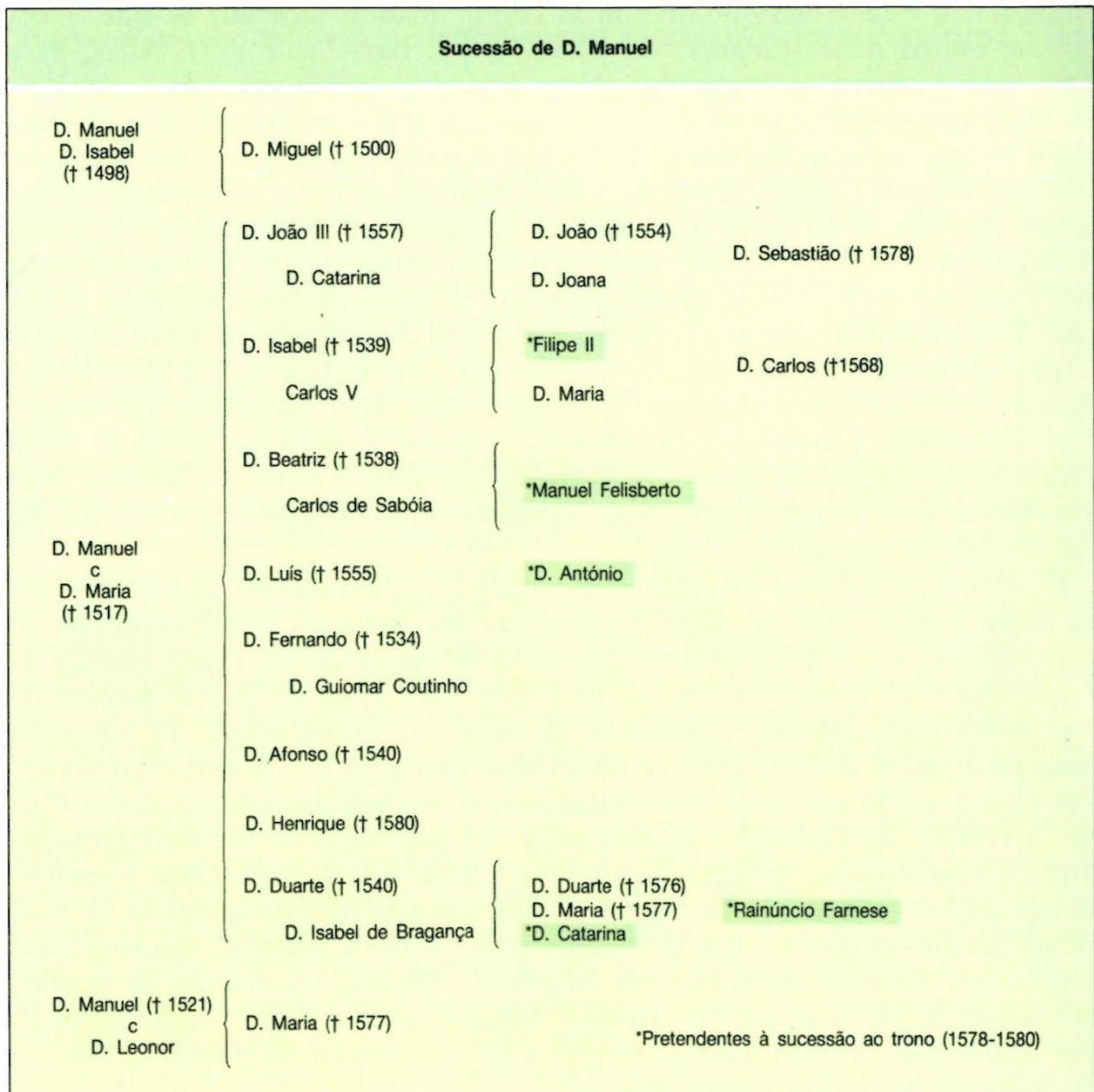
Contudo, D. Manuel I é, uma vez mais, claro exemplo da larga lista de laços matrimoniais estabelecidos entre as cortes Peninsulares. O seu principal objectivo passava por unir as coroas e ter assim o total controlo da Península. Para tal, o monarca realiza três matrimónios consecutivos, sendo o primeiro com uma herdeira directa do trono de Castela, visando com esta união a consumação do seu objectivo máximo, a união dos tronos. Este seu primeiro casamento é com D. Isabel<sup>41</sup>, viúva do Príncipe D. Afonso, e que por morte de seu irmão D. João era herdeira de Leão-Castela e Aragão, esta foi a primeira e principal tentativa de unir as coroas, embora com a morte de D. Isabel e de seu filho, D. Miguel da paz, o sonho da união se tenha desvanecido. Contraí segundo matrimónio com D. Maria, irmã da sua primeira mulher (que também faleceu pouco depois), e finalmente casa com D. Leonor de Áustria. O irremediável fracasso do sonho ibérico, que tinha sido construído com esse seu primeiro matrimónio, deixou a chave do futuro da união Ibérica na descendência do seu segundo casamento, e foi assim que se deu a união da sua filha D. Isabel com Carlos I de Espanha (Imperador Carlos V), e a atribuição da continuidade da dinastia a seu outro descendente João III de Portugal, sobre quem recaiu o trono<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> MAGALHÃES, Joaquín Romero, “Os régios protagonistas do poder”, *História de Portugal*, Círculo de leitores, Volume 3, pp. 521-5225.

<sup>41</sup> D. Isabel de Castela era filha dos reis Católicos, Isabel e Fernando.

<sup>42</sup> *Ibidem.*, pp. 529-530.



**Ilustração 4** – Alianças Matrimoniais e descendência de D. Manuel I<sup>43</sup>.

Em 1521, após a morte de D. Manuel, sobe ao trono o seu filho D. João III (1521-1557), casado posteriormente com D. Catarina de Áustria (recorde-se que esta era irmã do poderoso imperador Carlos V), dado de extrema importância se com isso recordamos também o grande peso e influência que o papel desta desempenhou na corte. D. Catarina era uma Habsburgo, prestava toda a sua fidelidade a seus familiares (a seu irmão Carlos V, e mais tarde a seu sobrinho, Filipe II), deixando a sua actuação bem patente no seu papel

<sup>43</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Os régios protagonistas do poder”, *História de Portugal*, Círculo de leitores, Volume 3, p. 552.

activo enquanto consorte. Em 1557, e depois de ter aumentado a herança que seu pai D. Manuel lhe deixara, morre o rei sem deixar testamento nem ter nomeado digno sucessor, pelo que a sucessão se disputou entre seu irmão, o Cardeal D. Henrique, e o seu neto, D. Sebastião, que era ainda menor de idade.

Perante esta nova vaga da crise dinástica portuguesa, a infanta D. Catarina assume a regência até 1562, ano em que subirá ao poder o Cardeal D. Henrique até 1567. Um ano depois, 1568, D. Sebastião (1568-1578) sobe ao trono e empreende uma caminhada exaustiva que o iria preparar para a guerra, essencialmente para a ocupação militar que pretendia fazer na Índia e Marrocos (atitudes não apoiadas nem por D. Catarina, nem por D. Henrique), ocupação esta que mais tarde levaria à sua morte na Batalha de Alcácer-Quibir (1578)<sup>44</sup>.

E foi esta morte dramática e prematura que abriu um novo período de crise na sucessão dinástica. D. Sebastião morrera sem deixar herdeiros, levando a que seu tio, o Cardeal D. Henrique, assumia novamente o poder, desta vez como rei. Porém o seu reinado durou apenas um ano e cinco meses, pois foi interrompido pela sua morte (31 de Janeiro de 1580), ficando como único herdeiro legítimo o então rei de Espanha, Filipe II – neto de D. Manuel por parte de sua filha Isabel, casada com o Imperador Carlos V.

Filipe II enfrentou ainda as candidaturas de D. Catarina (mulher de D. João III), e de D. António Prior do Crato, contudo estas duas iniciativas não tiveram a força suficiente para se manter, pelo que em 1580 se nomeou a Filipe como rei de Portugal e Espanha (Filipe I de Portugal e II de Espanha) (1581-1598), efectivando-se sob o seu reinado a histórica e fervorosa vontade da união da Península Ibérica numa só monarquia<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Os régios protagonistas do poder”, *História de Portugal*, Círculo de leitores, Volume 3, pp. 541-546.

<sup>45</sup> *Ibidem.*, p. 563.



**Ilustração 5** – Tomada da Coroa portuguesa pelos “Filipes” de Espanha<sup>46</sup>.

Este período de reinado comum dos dois territórios deu origem à chamada dinastia Filipina, que durou três gerações – desde Filipe I de Portugal e II de Espanha, a Filipe III de Portugal, IV de Espanha (1621-1640). Esta gestão conjunta do território sob a coroa espanhola desencadeou inúmeros conflitos em terras portuguesas, sobretudo gerados no seio da nobreza lisboeta, que desconforme com a administração geral, e com a submissão devida a Espanha, se revoltaram ao ponto de gerar o golpe de 1 de Dezembro de 1640, dia em que se celebra a Restauração da Independência Portuguesa. A nobreza estava cada vez mais empobrecida, perdia os seus bens e liberdade, era obrigada a pôr-se ao serviço do rei Felipe IV, e sentia os severos efeitos de ver o seu país tratado como sendo uma província do país vizinho, país este que ignorava os interesses e necessidades da população, que apenas lhe servia para sustentar as despesas do império espanhol que à data também se encontrava em declínio<sup>47</sup>. Esta revolta foi feita por um grupo aproximado de 40 nobres<sup>48</sup> liderados por D. João, duque de Bragança, cuja ligação com o trono de Portugal fazia-se através da sua avó, D. Catarina infanta de Portugal, neta do antigo rei D. Manuel I.

<sup>46</sup> Imagem disponível em: <http://static.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/11/uniao-iberica.jpg>.

<sup>47</sup> RAMOS, Rui (coord), *História de Portugal*, Esfera dos Livros, 2009, pp. 295-302.

<sup>48</sup> Grupo conhecido posteriormente como “Os 40 restauradores”.

Prévias a este golpe deram-se várias revoltas nos territórios a sul de Portugal, que visavam derrubar os representantes do rei no país, ano 1637, e que tiveram não só o apoio popular como o das forças estrangeiras francesas. Já em 1640 os levantamentos gerais conseguem efectivar a expulsão dos espanhóis do território português, e mais tarde, em 1641, nomeia-se a D. João de Bragança como legítimo rei de Portugal – D. João IV (1640-1656), iniciando-se assim a quarta e última dinastia do país, a dinastia de Bragança (1640-1910). Deste modo se pôs termo ao primeiro e único episódio verdadeiramente Iberista da nossa história, o período Filipino.

Sucederam-se vários encontros e desencontros entre os dois países foram-se sucedendo os episódios de instabilidade e desconfiança, fazendo-se seguir de perto por diversos e novos tratados de paz, alianças e acordos de mútua defesa. Contudo, e apesar destes esforços por acalmar o fogo Peninsular, ambos sempre viram no outro um rival, um falso amigo que se apresentava como uma força temerária à estabilidade do seu país.

Em definitiva, a evolução histórica dos povos da Península, aqui apresentada, mostra como neste espaço se deram inúmeros confrontos entre povos estrangeiros que rumaram a este extremo europeu com o único objectivo de conquistar um espaço único, espaço este que lhes permitiria não só dispor de um território com dimensões inigualáveis, como ficar, cada vez mais, a um passo do outro lado do mundo. Fica igualmente reflectido que apesar dos esforços realizados para controlar a Península, as forças separatistas dos povos Ibéricos desde cedo se fizeram ouvir, demarcando uma separação natural entre aquilo que seria o domínio castelhano, e o domínio português. Lutaram, assim, pela sua independência e soberania.

Tal objectivo foi conseguido desde a constituição do Reino de Portugal, e a demarcação das fronteiras com a vizinha Espanha, e embora o período filipino tenha sido um parêntese neste caminho de independência Peninsular, a soberania nacional de Portugal foi, sem dúvida, o destino almejado e no qual se centraram todos os esforços lusos.

É depois deste recorrido pela história Ibérica que nos tentaremos aproximar da resposta à questão que este ponto levanta: *Será que podemos, à sombra do caminho percorrido pela Ibéria, considerar que é na sua unificação que reside o sucesso Luso-espanhol?*

Se nesta viagem Iberista conseguimos ver os pontos altos das relações Peninsulares, podemos então também dizer que por mais esforços que se tenham dado para unir os seus povos, foi quando separados que se viu a grande evolução individual de cada um. Não tirando a importância desta história conjunta, é também verdade que foi graças à sua independência que os países conseguiram olhar para si, construir estratégias decisivas para a sua evolução, expansão e crescimento. Foi graças a essa mesma independência que Espanha e Portugal se impuseram no sistema internacional, com a força que só um Estado soberano pode ter.

É quiçá por estes exemplos passados, e por constatar que aquando da sua união as discórdias não demoraram em aparecer, que hoje podemos olhar para trás, com uma previsão futura, e assim dizer que estamos perante dois países de extrema força histórica, perante dois países intimamente unidos, mas que não deixarão nunca de ser exactamente isso; duas pátrias que deverão zelar pela sua sobrevivência individual, e boa relação conjunta, sem que isso interfira no poder que cada um deles tem de gerir unilateralmente o seu espaço, a sua nação e o seu futuro.



## II. INTERPRETAÇÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIÃO IBÉRICA

A Península Ibérica tem sido desde sempre alvo de discórdia, não só pela sua divisão territorial e pela partilha da soberania, como pela incontornável necessidade que os historiadores desta temática tradicionalmente tiveram por conhecer a verdadeira origem da sua denominação. Para estes, não é possível ignorar a procedência do seu nome, já que para poder teorizar sobre a Península, é necessário conhecer primeiramente a designação que lhe é dada desde a sua formal intitulação.

Assim, podemos dizer que a definição de Península Ibérica é, em si mesma, fonte de discórdia entre historiadores e defensores da causa Ibérica. É na terminologia desta união territorial onde reside um dos grandes pontos de clivagem de defensores e opositores da união, uns e outros por acharem que o conceito deveria, ou não, englobar ambos os países como sendo um só. Deste modo, e para melhor compreender a evolução histórica da palavra, iremos retroceder até ao período Helénico, onde a palavra Keltiké foi a escolhida para designar por primeira vez este espaço Peninsular, a ela seguiu-se o termo Ibéria, que foi usado em primícia por Erastótenes, homem que definiu deste modo o território, baseando-se na perspectiva do seu sentido geográfico (a Ibéria teve assim o seu nome pelo rio Ibero, hoje rio Ebro).

A evolução da terminologia não cessou, e a Hespéria apareceu como conceito logo depois da Ibéria<sup>49</sup>. Com esta nova designação queria apelidar-se a constituição geológica da Península, que parte do maciço Hespérico ou, o que é o mesmo, massa Hespéride, que constitui um conjunto estrutural de origem paleozóica sobre a que assenta a Península. Só no ano 205 a.C., após a colonização romana, passa a designar-se com o termo Hispânia, nome que surgiu com o objectivo de distinguir a Península do território de Itália, a quem os gregos também chamavam Espéria. E assim se chegou finalmente ao termo Península Hispânica, que inclui ambos os países (Espanha e Portugal), e que evoluiu até baptizar territórios mais além das nossas fronteiras, dando nome aos países posteriormente por eles colonizados do outro lado do Atlântico – a Hispano-América.

Uma vez analisadas as transformações léxicas pelas que o nome dado à Península passou ao longo dos vários períodos históricos, torna-se igualmente importante perceber a complexidade deste mesmo espaço Peninsular, vendo-o desde vários prismas. Assim,

---

<sup>49</sup> DIEGUEZ, Valentín Cabrero. *Iberismo e Cooperação, Passado e futuro da Península Ibérica*, Porto, Campo das Letras, 2005, p. 9.

perceber a importância da Península Ibérica resulta ser uma tarefa bastante mais simples se conseguirmos recolher em poucas palavras toda a sua riqueza e diversidade, todas essas especificidades que fazem deste um espaço único, um espaço que representa ainda a porta de entrada e saída da Europa, o início e o fim de um continente.

A Península Ibérica ocupa o segundo maior território do sul europeu, no total são mais de 580 mil Km<sup>2</sup> quadrados de Península que constituem um continente em miniatura<sup>50</sup>, com uma considerável mistura de paisagens características de diferentes continentes, com diferente fauna, flora, diferentes raças e diferentes origens; o que em palavras de Saramago seria o chamado “mosaico Ibérico”. Desse espaço, Portugal continental e ilhas ocupam um quinto do território, o equivalente a 92.235 Km<sup>2</sup>. E para em mais reforçar esta ideia de diversidade, é importante frisar que na sua cultura, convenções sociais, e idioma, estes dois países nutrem grandes diferenças, tendo características demasiado próprias e exclusivas de cada uma das regiões Peninsulares. Desde as diferenças idiomáticas, que atribuem independência moral aos povos, aos cultos praticados pelos mesmos, a Península é desde há séculos palco de uma pluralidade única e complexa, que a tornam um recanto abundante nesta peculiaridade descrita por cada espaço que a define. Esta referida riqueza heterogénea não deixa de ser interessante e surpreendente simultaneamente pois, de facto, apesar de uma história em comum, e desse passado conjunto já analisado, os caminhos trilhados pelos dois povos foram-se definindo separadamente, o que os levou a assimilar costumes e hábitos díspares, que contribuíram significativamente para enriquecer ainda mais todos os elementos que constituem as bases e as tradições dos grupos populacionais que nesta Península habitam.

Esta dualidade entre a aproximação histórica e o afastamento conceitual, ajudam a perceber as múltiplas teorias surgidas sobre qual o destino que honraria o nome e a grandeza dos dois países Peninsulares, teorias estas que se têm vindo a multiplicar nos últimos séculos e que, vindas de diferentes autores, deram origem a obras de renome que em muito têm contribuído para ajudar a perceber quais as possíveis vantagens e desvantagens da ideia que paira na Península sobre a “salvação” que suporia a união total e central de todo o território – ideia que sustenta que esta seria a chave fundamental e decisiva para devolver a grandeza outrora roubada à “Hispania”. Estes movimentos unificadores começaram principalmente no século XVIII, época que viu serem levantadas duas correntes divergentes, pois em reacção aos movimentos que clamaram com

---

<sup>50</sup> DIEGUEZ, Valentín Cabrero. *Iberismo e Cooperação, Passado e futuro da Península Ibérica*, Porto, Campo das Letras, 2005, p.11.

intensidade a união, apareceram aqueles que se insurgiram contra qualquer tentativa de aproximação ao “eterno inimigo”.

Para contextualizar e melhor perceber o conceito do que irá ser referido por muitos autores como o “eixo do mal” ou o já mencionado “eterno inimigo”, é importante voltar à história que une os nossos países e aos episódios em que ambos estiveram de costas voltadas um para o outro. Foram esses momentos conturbados os que deixaram uma profunda marca nos povos Peninsulares, que à margem daqueles teóricos que nem identificam nem reconhecem o perigo vindo do país vizinho, vêem no passado sinais da sede de poder que ambos tiveram para com o outro. Estes episódios de conflito foram de tal maneira marcantes, que o zelo pela manutenção da soberania e da integridade da pátria, passou a estar intrínseco nas populações, que temendo qualquer aproximação que pudesse derivar na ocupação do seu território, os fez ser combativos e pouco abertos às aproximações da nação vizinha.

Em pleno século XXI, e depois de todos os avanços que foram feitos a nível bilateral, a realidade transformou-se e, onde outrora se via uma ameaça, hoje poderá estar um aliado. Deste modo, e através do estudo separado dos autores que tão bem explicaram esta temática, desde todas as suas vertentes, tentaremos perceber quais as possibilidades práticas de avançar para uma união Ibérica, sem que isso suponha uma ameaça para nenhum dos dois países; assim como analisaremos consoante a teoria de cada autor quais as bases que teriam de marcar essa aproximação para que esta se desse sem incidentes que pudessem vir a marcar negativamente a história conjunta de ambos, fazendo-lhes recuar no tempo e nas suas actuais conquistas.

## II.1. TEORIAS PRÓ-IBERISMO

A discussão que desde há séculos se trava sobre a possibilidade de efectivar a união Ibérica, levou a que muitos intelectuais se debruçassem sobre esta temática com o objectivo de pontualizar quais os riscos que poderiam advir da mesma.

O perigo que outrora Castela representou para Portugal veio a ser prolongado por Espanha. Quem olha para a história e teme o poder castelhano, olha hoje para o seu vizinho e vê nele a mesma fonte da ameaça do passado. Os anos não apagaram o caminho dos países Ibéricos, e onde antes houve um conflito aceso, há hoje uma incógnita mascarada, pouco clara mas latente, uma ânsia de saber até que ponto poderia haver mais; mais da ibéria, mais de um só país num território unificado, mais de dois Estados sob um só poder central, menos independência e maior concretização dos desejos históricos que, seguindo a lei do mais forte, iriam beneficiar principalmente a Espanha. E assim o viam os conservadores portugueses, que numa tentativa de abrir os olhos aos teóricos que defendiam a unificação, alertaram para a possível dominação espanhola. Contudo, nunca deixou de haver uma corrente de pensadores que se agarravam à ideia da Ibéria como sendo a que marcava o destino da história dos dois países.

O ânimo expansionista que estava ligeiramente mais calmo desde o século XVII, época dedicada internamente ao fortalecimento da independência de Portugal, da sua cultura e das suas bases como país soberano, fizeram com que o país se afastasse cada vez mais dos seus vizinhos, e tivesse uma visão anti-Iberista; à vez que desde Espanha se levantavam movimentos unionistas, não conformes com a força interna portuguesa. E só mais tarde, já entrado o século XIX, e depois dos altercados franceses de 1848<sup>51</sup>, ressurgiu em Portugal um grupo de defesa Iberista, grupo este que defendia a necessidade de ultrapassar as desavenças históricas com “Castela”, para dar novo rumo a um projecto Peninsular comum. O movimento unificador, que reaparece periodicamente após longas temporadas desligados da causa, rapidamente se desvanece ao ver crescer a possibilidade

---

<sup>51</sup> O período revolucionário Europeu, que teve o seu início em França, espalhou as suas ideias para além dos Pirenéus, chegando à Península Ibérica em forma de propostas anexionistas e renovadoras. Os ideais republicanos, federalistas e socialistas não se fizeram esperar e rapidamente ocuparam as páginas escritas pelos intelectuais luso-espanhóis, que visavam com isso sugerir novas propostas para o enaltecimento Ibérico e, em grande e específica parte, português.

real de que a união se dê<sup>52</sup>. O Iberismo é, por isso mesmo, um caso de estudo que surpreende por recuar à medida que se aproxima da realização do seu objectivo.

E foi o fim do século XIX, com a humilhação de Espanha ao perder as suas colónias ultra-marinas perante os Estados Unidos (1898)<sup>53</sup>, e com Portugal afastado da Europa e dos seus aliados depois do estabelecimento do mapa cor-de-rosa - e a consequente cedência de terras africanas, que os países Ibéricos se vêem derrotados, sem expressão nem reconhecimento internacional, acendendo assim, novamente, as luzes do Iberismo como solução. Eis que aparece um grupo de pensadores marcados pela história, uma elite intelectual, dos dois lados da fronteira, que vêm defender a causa Ibérica com o fim de lhe devolver a voz e a importância que se tinha vindo a perder até à data. “Os vencidos da vida” em Portugal, e a “Geração do 98”, em Espanha, abriram um novo capítulo na panóplia de possibilidades que facilitavam e davam peso à ideia da aproximação Ibérica, já fosse desde um ponto de vista federativo e republicano, ou desde uma defesa monárquica. Cada autor com os seus ideais irá ajudar a construir uma nova ordem social e política para estes dois países simultaneamente debilitados interna e externamente.

Autores portugueses como Antero de Quental (1842-1891) e a sua *Causa da decadência dos povos Peninsulares*<sup>54</sup>, Guerra Junqueiro (1850-1923) com *Finis Patriae*<sup>55</sup>, ou Oliveira Martins (1845-1894) e a *História da civilização Ibérica*<sup>56</sup>, acreditavam firmemente na República, na Nova Pátria e claro, na união Ibérica. Estes autores viam na aliança dos povos a chave para o enaltecimento das nações Peninsulares, e chegaram mais além das palavras; avançaram propostas práticas para uma eventual aproximação política.

Exemplo claro deste movimento foi Antero de Quental, defensor apaixonado de uma união republicana e democrata, desenvolveu a teoria de uma República democrática e federativa para a Península, pondo em causa o princípio básico das nacionalidades. Para o teórico, deveria haver na Península uma conciliação da igualdade e da liberdade entre todos os indivíduos, criando para o efeito vários centros de poder em todo o território, e evitando uma centralização geral<sup>57</sup>.

---

<sup>52</sup> NOGUEIRA, Franco, *As Crises e os Homens*, Lisboa, Ática, 1924, p. 378.

<sup>53</sup> MONTERO, Feliciano e TUSELL, Javier, “La guerra de Cuba”, *Historia de España*, Madrid, Espasa, Volume 11, 1997, pp. 176-177.

<sup>54</sup> QUENTAL, Antero de, *Causa da decadência dos povos Peninsulares*, Lisboa, Tinta-da-china, 2008.

<sup>55</sup> JUNQUEIRO, Guerra, *Finis Patriae*, Porto, Porto Editora, 1890.

<sup>56</sup> MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História da civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Editores, 2007.

<sup>57</sup> MARQUES, Fernando Pereira, “A Questão Ibérica em Antero de Quental”, in *Revista Res-pública*, 5 de Junho de 2007, pp. 73-76.

Antero de Quental acreditava que na federação Peninsular se encontrava o segredo da cordial convivência dos povos, assim como a sua fonte de liberdade. O abismo económico, social e cultural em que ambos países teriam caído nesta época, seria assim resolvido, graças à Federação Peninsular, que descentralizaria as forças governativas e daria voz a todos os sectores existentes nas nações Ibéricas. Para tal o país teria de passar por uma revolução, acabando com o impedimento que são as nacionalidades na evolução do país. Assim a nacionalidade dos países Ibéricos desapareceria, e dar-se-ia o que Quental chamou “O abraço ibérico”<sup>58</sup>. Por suas palavras:

“Se não é possível sermos justos, fortes, nobres, inteligentes, senão deixando cair nos abismos da história essa coisa a que se já chamou *nação portuguesa*, caia a nação, mas sejamos aquilo para que nos criou a natureza, sejamos, inteligentes, nobres, fortes, justos, sejamos homens, muito embora deixemos de ser portugueses.”<sup>59</sup>.

Apesar deste projecto renovador Iberista ter sido posteriormente abandonado pelo autor, aquando do fracassado exemplo espanhol na sua tentativa de Primeira República Federativa (1873-1874), a verdade é que a sua simples existência na história fez repensar a capacidade que os teóricos teriam de, com as suas ideias, transformar toda a dinâmica de um país, e o pensamento das próprias elites políticas governantes.

No seguimento daquilo que foram as teorias de carácter político dos intelectuais, temos ainda o exemplo da Federação Ibérica de Teófilo de Braga. O autor português, que se assumiu como férreo defensor do Iberismo, afirmava que a história conjunta de Portugal e Espanha faziam desta união um facto óbvio. Assim, seria criada a Federação Ibérica, na qual Espanha passaria a ser uma república dividida em territórios autónomos, incluir-se-ia nessa federação a Portugal, e Lisboa seria a capital Federal.

Do lado espanhol, não menor foi o número de escritores e filósofos que deram ao Iberismo centenas de páginas geradoras de força e motivos pró-Iberistas. Emília Pardo Bazán (1851-1921) foi o exemplo da corrente hispano-luso-gala, e que a modo de reforço das suas ideias publicou na sua terra, la Coruña, a *Revista de Galicia*<sup>60</sup>, publicação defensora de ditas ideias. O debate aceso entre partidários e não partidários da opção Ibérica não travou os avanços de alguns intelectuais espanhóis que eram, por sua vez, acérrimos defensores da literatura portuguesa - dos princípios defendidos por terras lusas, e

---

<sup>58</sup> MARQUES, Fernando Pereira, “A Questão Ibérica em Antero de Quental”, in *Revista Res-pública*, 5 de Junho de 2007, pp. 77-78.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> Revista publicada durante o ano 1880 e que foi o berço do confronto e debate entre os naturalistas e os antinaturalistas dessa corrente hispano-luso-gala.

foi esse o caminho que se seguiu afincadamente durante o fim do século XIX, um caminho de autores luso-espanhóis que através dos seus escritos divulgavam do outro lado da fronteira uma teoria que se enriquecia à vez que encontrava no seu vizinho um ponto de apoio e de defesa Iberista.

O espanhol Valle-Inclán (1866-1936) idealizou um dos modelos mais activos de defesa e aproximação Iberista. Abordou, assim, duas vertentes práticas fundamentais: por um lado iniciou um importante movimento de tradução de obras portuguesas, principalmente do autor Eça de Queirós, o que denota a sua admiração por autores lusos e a sua defesa pela introdução da nossa literatura no seio literário espanhol, e por outro deu os primeiros passos no mundo político. Neste último âmbito, e tal como já o teria feito o português Antero de Quental, também Valle-Inclán propôs um modelo territorial e governamental para a Península Ibérica.

Segundo Valle-Inclán, a Península deveria dividir-se em quatro zonas principais: Cantábria, Bética, Tarraconense e Lusitana. Cada uma destas áreas teria a sua capital, que neste caso seriam: Bilbao, Sevilha, Barcelona e Lisboa, às quais seria atribuída a independência necessária para a sua gestão e funcionamento - sendo Madrid o centro de um governo federal. Valle-Inclán afirmava que Portugal unido à Galiza daria suporte económico à Ibéria, devido às suas colónias, e apenas faltaria recorrer a peritos e geógrafos para definir o limite fronteiriço desta nova organização territorial Peninsular<sup>61</sup>. Para Valle-Inclán assim ficariam assentes os passos necessários para concretizar a unificação, acabando com um período histórico que desde há séculos teria condenado ambos os países a ignorar a sua grandeza conjunta.

A par dos passos de Valle-Inclán, também outro autor espanhol se debruçou sobre a questão Ibérica dando novas opções que, a seu ver, eram viáveis para a união pacífica e benéfica dos dois países. Leopoldo Alas Clarín (1852-1901) expôs, no *El Porvenir*<sup>62</sup>, um amplo testemunho de qual era a sua visão sobre a possível aproximação dos Estados Ibéricos. Clarín considerava que previamente à união política devia existir uma união cultural, que seria a base da estima dos povos. Assim, conhecendo melhor a nação vizinha e, claro, o seu idioma, Clarín considerava que o medo da aproximação se dissiparia, os povos iriam ser mais empáticos e, por isso, a posterior união política estaria, desde logo, facilitada. Para o efeito defende: a criação de uma revista bilingue (como o foi a *Arte Peninsular*), uma liga literária hispano-portuguesa e, por fim, a respectiva difusão cultural nos jornais. Clarín

---

<sup>61</sup> INCLÁN, Valle, in *La Gaceta Literária*, Madrid, Ed. Toledo, Ano II, Novembro 1928.

<sup>62</sup> CLARIN, Leopoldo Alas, *El Porvenir*, Madrid, Ed. Bella Bellatrix Istmo, 1988.

propunha deste modo um leque de ideias através das quais pretendia não só incentivar uma fusão Ibérica, assente numa estrutura monárquica, assim como adicionar um elemento chave à grandeza Peninsular. Para o autor as ambições Ibéricas não se poderiam ficar apenas pelo continente, era necessário ir mais além das fronteiras, pois a união apenas culminaria vitoriosamente com a unificação de Espanha, Portugal e das respectivas Américas, formando assim uma só nação inter-continental. E para a concretização ideológica desta Liga Literária hispano-portuguesa Clarín tinha como aliados importantes autores de renome tanto espanhóis como portugueses, nomeadamente o açoriano Antero de Quental.

O número de autores luso-espanhóis que se iam associando à causa Ibérica não parou de aumentar na transição entre o século XIX e XX, dando um sentido renovado ao sentimento que os povos Ibéricos poderiam ter sobre esta união, assim como inspiraram, instigaram e abriram novas portas com esta bateria de ideias que iluminou a mente de muitos pensadores e políticos da época. Estes autores criticavam as estruturas políticas e morais dos seus países, e pretendiam mudar o sistema desde a raiz, e por isso lutaram até à exaustão através das suas escritas.

Célebre ficou então, pela sua visão Iberista, o espanhol Miguel de Unamuno (1864-1936), que em muito se assemelha à ideia de Ibéria proposta por Leopoldo Alas Clarín, embora tivesse uma visão anti-monárquica. Unamuno, autor da obra *Por tierras de Portugal y España*<sup>63</sup>, advogará nas suas obras a necessidade de aproximar as línguas e a influência Peninsular na América, e assim como Clarín tinha defendido a criação da Liga Literária, revistas e jornais bilingues. Também Unamuno fez referência à importância de unir culturalmente os dois países, de maneira a que estes se conheçam e não tenham alguma desvantagem na posterior e desejada unificação política. O objectivo seria o de criar uma revista de nome *Ibéria*, que seria editada em castelhano, português e catalão. Esta publicação iria plasmar todos os ideais bilaterais, assim como textos de escritores dos dois países.

Em Portugal, e também com um sentido extremamente apurado sobre a necessidade de cultivar a aproximação Peninsular desde uma base literária e cultural, surge o autor Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), que defende uma aproximação de pensamento, uma ligação de intelectualidade e sentimentalidade Ibérica<sup>64</sup>. Oliveira Martins

---

<sup>63</sup> Na obra *Por tierras de Portugal y España* (1911) estão recolhidos artigos escritos pelo autor entre 1906 e 1909, onde numa primeira parte fala amplamente das suas impressões sobre o país e a literatura portuguesa, e numa segunda parte falará, então, da sua visão sobre estes aspectos desde a perspectiva de espanhola.

<sup>64</sup> MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.



assumia a sua desilusão perante um Portugal que lhe tinha defraudado ao não saber impor o seu papel no mundo, por este motivo afirmava que a união Portugal-Espanha era a única solução viável para devolver às duas nações o papel que a natureza teria escrito para elas.

Assim como os seus demais contemporâneos aqui analisados, também Martins acreditava na ideia de que separados os países não teriam futuro, e que só aliados poderiam sonhar com uma voz sonante no panorama internacional. Paralelamente à sua defesa do Iberismo, Oliveira Martins alerta para os perigos que correria Portugal se substituísse o seu aliado (nefasto), Reino Unido, por um seu similar, Estados Unidos, pois em ambos os casos o país apenas estaria a enaltecer a grandeza alheia sem tirar partido da situação. Quanto a uma aliança latina o autor confia na igualdade que há entre Espanha e Portugal e, por isso, nos benefícios que essa união iria trazer à nação<sup>65</sup>.

Oliveira Martins reconhece a importância de Portugal, o seu passado histórico e a influência que a sua presença pode ter no mundo, pelo que nos seus escritos se pode ver plasmada a sua ideia de que Espanha almeja uma aproximação a Portugal, pois vê na mesma a chave para ser valorizada internacionalmente; a chave para chegar à América, uma América que lhe é vedada pelo seu vizinho mais próximo, a chave para ver o mar e poder alcançar outras nações e ser visível ao mundo. Neste sentido, o elo mais fraco não estaria do lado português mas sim do espanhol, o que dá ao autor a confiança necessária para defender a possibilidade de avançar com uma união Peninsular, sem que isso possa vir a ser prejudicial para o nosso país.

“Aliadas as nações Peninsulares, conjugadas as suas forças para um fim superior comum, os perigos de uma absorção afastam-se na própria razão directa da consistência do círculo político”<sup>66</sup>

Sob o conceito do Iberismo, termo utilizado por Oliveira Martins para designar a questão da união Ibérica, e com base numa ideia de grandeza partilhada, de união estruturada e respeitadora das entidades nacionais, o autor vem propor uma Aliança Peninsular onde ambos países têm pleno domínio sobre o seu território e poder político, mas que se juntam numa coligação que tem por objectivo último o reavivar do esplendor das nações Ibéricas.

---

<sup>65</sup> MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História da civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Editores, 2007.

<sup>66</sup> Estrato retirado da obra SARDINHA, António, “Federalismo Ibérico”, *A aliança Peninsular*, [S.l.], QP, 1975, referente a um texto da autoria de Joaquim Pedro de Oliveira Martins.

Renegando o termo Iberismo - por considerar que este anula e diminui o verdadeiro valor e importância de Portugal, e sob o mote do Hispanismo, o célebre autor português António Sardinha (1887-1925) virá, ao longo das suas obras, expor os seus sustentados argumentos a favor desta unificação. No seguimento das suas teorias pro-união, António Sardinha fala de quão importante é realizar uma aliança, um texto escrito que comprometa e resguarde ambas nações, pois só assim, com uma base textual, se poderá salvaguardar a integridade dos Estados, sem temer a ameaça de um sobre o outro<sup>67</sup>.

Sardinha era apologista de que não existia para Portugal maior humilhação do que ter ódio a Espanha, pois isso era sinónimo de ignorar a sua pertença à grande Península Ibérica, que é um bloco natural do qual não nos podemos nem devemos separar. Para o autor a separação de Portugal e Espanha apenas traz como consequências a fragilização dos dois países, e o conseqüente engrandecimento de terceiros, uma vez que não têm a grande Hispânia a fazer-lhes frente. Sardinha reaviva a ideia de Camões, lembrando a Portugal que é, de facto, a cabeça da Europa, o início de um continente que tem no país Atlântico a porta para o resto do mundo<sup>68</sup>.

Para dar um suporte à sua teoria, Sardinha viaja no tempo e relembra o período da Renascença, onde o intercâmbio cultural era uma constante, o país vizinho não era visto como um inimigo mas sim como uma fonte de cultura e de aprendizagem, o que possibilitou que se dessem inúmeros desenvolvimentos pedagógicos e literários. Em vez de afastar, esta época uniu os países sem que nenhum deles saísse prejudicado, pelo contrário, o povo cultivou-se, as elites falavam ambos os idiomas, e do outro lado da fronteira situava-se um Estado igual, ao que não era necessário fazer frente, e com o qual se partilhavam os avanços e mais-valias culturais do país, para benefício de ambos.

Sardinha propunha ainda um sistema político que garantisse a independência dos Estados. Ao contrário dos seus contemporâneos aqui referidos, este autor apadrinha a ideia da existência de duas coroas conjuntas, duas casas reais, dois poderes centrais numa aliança única entre Portugal e Espanha. Assim cada um dos países detinha o poder e controlo sobre si mesmo, sem os perigos da invasão ou arremesso de poder por parte do outro, pois os seus sistemas estariam separados, mas em estreita colaboração, e actuando como um só, unindo forças para actuar perante o sistema internacional.

---

<sup>67</sup> SARDINHA, António, *A aliança Peninsular*, [S.l.], QP, 1975. Cap. I.

<sup>68</sup> *Ibidem.*, Cap. II.

Para a criação desta união de Estados independentes, o autor defende uma série de passos fundamentais, a serem cumpridos pelas partes para garantir a sobrevivência de ambas, passos referidos na sua obra *Madre-Hispânia*.

“Primeiro que tudo, impõe-se-nos a criação dum estado de espírito extensivo a ambos os países, - estado de espírito em que se pese devidamente que é próprio e essencial a cada um deles, completando-o em seguida com o que aos dois seja comum. Isto é, a consciência clara, bem determinada, de quanto nos afasta e de quanto nos liga. Portanto, o respeito sagrado das duas soberanias políticas, em que a Península se reparte (...)”<sup>69</sup>.

Com estas palavras Sardinha afirmava, uma vez mais, a imperial necessidade de manter separados os princípios dos dois países, adiantando ainda: “Enganam-se, - e enganam-se numa cegueira lamentável os que olhando apenas à lição superficial das aparências, confundem “unidade” com “unitarismo”. É “una”, sem dúvida, Península, mas a sua “unidade” alimenta-se da sua “diversidade” (...)”<sup>70</sup> palavras contundentes de um teórico que ao mesmo tempo que amava a sua pátria, os seus costumes e a sua natureza, defendia a Hispânia e a sua grandeza mundial, assim como a necessidade de fazer dela uma arma de força e prestígio internacional, uma arma de quem atravessou fronteiras e se apoderou do mundo, de quem deteve as Américas das quais não podia, nem devia, prescindir.

Como pudemos aqui verificar, muitos foram os autores do século passado que elegeram o Iberismo como elemento central das suas obras. Ao longo destas tentaram apresentar soluções e respostas às questões e incógnitas que ainda assolavam a mente dos povos Ibéricos.

Já na transição entre o século XX e XXI, com a mudança verificada na Europa pela criação da Comunidade Económica Europeia (CEE - 1957) e a posterior adesão de Portugal e Espanha (1986) a esta Organização Supra-nacional, surgiram novos autores, novas teorias e novas oportunidades para a Península Ibérica.

José Saramago (1922-2010), autor português conhecido pela sua férrea visão Iberista e pela controvérsia das suas palavras, disse em seu dia em entrevista ao *Diário de Notícias*<sup>71</sup> “Não sou profeta mas Portugal acabará por integrar-se na Espanha”, e com estas palavras deixa explícita a sua visão sobre um tema que já no fim do século XX toma novos e

---

<sup>69</sup> SARDINHA, António, *Madre-Hispânia*, 1924. Disponível em WWW: “[http://www.angelfire.com/pq/unica/il\\_as\\_1924\\_madre\\_hispania.htm](http://www.angelfire.com/pq/unica/il_as_1924_madre_hispania.htm).” pp. 226-227.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>71</sup> CÉU E SILVA, João, “ARTES”, in *Jornal Diário de Notícias*, 15 de Julho de 2007, pp. 1-15.

inevitáveis contornos. Ainda na citada entrevista Saramago vai mais longe e reafirma a sua ideia Iberista ao considerar “natural” o domínio espanhol sobre a economia portuguesa, ao que resta importância por considerar que desde há décadas o país está igualmente minado pela concorrência Norte Americana, Inglesa e demais, sem que isso suscite o nosso medo.

No que toca a outras áreas, nomeadamente no domínio cultural e social, o autor tem ainda uma visão muito própria, pois acredita que a integração neste campo não é nem vai ser uma realidade. Saramago acolhe a ideia de que Portugal tudo teria a ganhar com a integração, pois em nada se veria submetida à grande Espanha, que por sua vez já sabe conviver com infindáveis diferenças dentro de si - sem com isso usurpar a identidade dos seus povos. Esta mesma teoria Iberista é fortemente defendida no seu livro *A jangada de Pedra*<sup>72</sup>, onde faz uma revisão à história de Portugal, fugindo da, para si, mais do que evitável União Europeia, e defendendo a aproximação da Península Ibérica como um todo, aos seus territórios africanos e latino-americanos – espaço naturalmente pertencente à Península. Une-se aqui aos seus colegas antecessores Valle-Inclán e Unamuno, que também defendiam que o grande espaço Inter-continental era devido à Península Ibérica, e através do qual se irá conseguir recuperar a sua grandeza e voz internacional.

Como refere O Professor Dr. José Manuel de Barros Dias (2009)<sup>73</sup>: “... é mister que Espanha e Portugal se conheçam, e que ambos os Estados da Península Ibérica conheçam os mundos que portugueses e espanhóis criaram. Custa-nos acreditar que, num clima de europeização feérica, como é aquele que vivemos, os portugueses sejam mais xenófobos para com os espanhóis do que para com qualquer outro conjunto de povos – e vice-versa (...)”.

Saramago apresenta uma visão cirúrgica e quiçá até realista daquilo que era o Portugal de 1986, um Portugal empobrecido, socialmente frágil, culturalmente estagnado e ansioso por uma nova realidade que o fizesse despertar para o novo século que se avizinhava, e perante o qual teria de se levantar e retomar o esplendor outrora tão enaltecido e tão real como o foi nos *Lusíadas* de Camões. Olha igualmente para Espanha, que embora esteja notoriamente à frente de Portugal em desenvolvimento e nível económico, não deixa de ser um país debilitado pela sua História.

---

<sup>72</sup> SARAMAGO, José, *A jangada de Pedra*, Lisboa, Ed. Caminho, 1986.

<sup>73</sup> BARROS DIAS, José Manuel de, “Da questão Ibérica à União Europeia. Constantes e Mutações no relacionamento entre Espanha e Portugal”, in *Revista Militar*, Lisboa, Inovação, Forças Armadas e Instituições Militares, Junho de 2009, *passim*.

O autor propõe a “Ibéria”, um novo país, uma nova constituição política e geográfica, mas que mantenha a mesma ordem social e cultural para cada uma das províncias desse novo e unificado espaço Ibérico. Avança assim um modelo de gestão bilateral mas centralizado, isto é, um sistema com partidos de ambos os países que se fazem representar num parlamento único, sem invalidar a presença de um parlamento próprio em cada uma das autonomias da Ibéria<sup>74</sup>. As tensões continuariam a existir, as crispações políticas, sociais e económicas seriam inevitáveis, mas a aproximação dos povos e a consciencialização da sua grandeza conjunta, levariam à compreensão - chave do apaziguamento das tensões geradas.

Importante é também referir que sobre o espaço “intercontinental hispânico” - já tão referido e defendido pelos autores luso-espanhóis, deu-se igual vaga de pensamento do outro lado do Atlântico. Em pleno Século XX, o Professor universitário brasileiro Vamireh Chacon reforçou a ideia já proclamada na Península. Assim se dá um novo impulso à ideologia global hispânica, que passa a ser promulgada além fronteiras, não deixando que a ideia caia no esquecimento dos povos. Chacon, fiel defensor do Iberismo, e que tratou amplamente a unificação Ibérica considerando a perspectiva dos dois países Peninsulares, dá especial relevância à expansão da área de acção Ibérica, pois acredita que o mundo está preparado e necessita de uma forte união dos países latinos<sup>75</sup>. Podemos ver as suas ideias reflectidas em palavras na sua obra *A Grande Ibéria*:

“A grande Ibéria nada tem de sonho, e sim inspiração e desafio a ser correspondida e respondido, ou não, pelas gerações futuras em suas consciências e conveniências. Assim se pode ter brio pessoal e social, muito diferente da xenofobia, absurda porque suicida ao ser genocida”.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> CÉU E SILVA, João, “ARTES”, in *Jornal Diário de Notícias*, 15 de Julho de 2007, pp. 4-15.

<sup>75</sup> Assim a Grande Ibéria seria composta da seguinte maneira: Do lado português – Brasil, Cabo Verde, Guiné-bissau, Angola, Moçambique, Goa, Macau, Timor e São Tomé e Príncipe.

Do lado espanhol – México, Puerto Rico, Costa Rica, El Salvador, Cuba, Colombia, Perú, Ecuador, Venezuela, Uruguay, Paraguay, Chile e Argentina. Veja-se CHACON, Vamireh, *A Grande Ibéria*, São Paulo, Unesp, 2005.

<sup>76</sup> *Ibidem.*, p. 40.

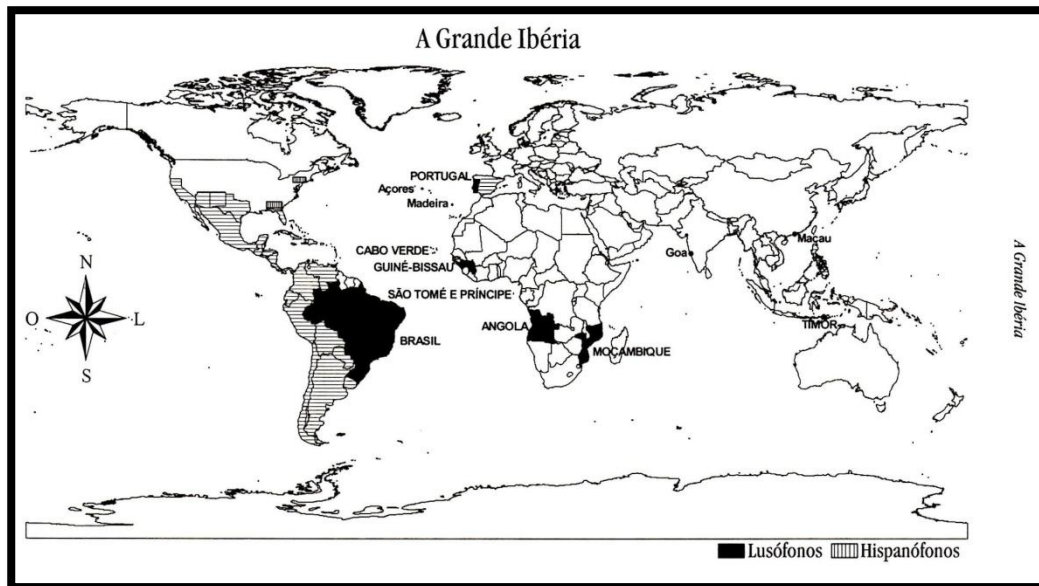


Ilustração 6 - Mapa da Hispânia proposto por Chacon<sup>77</sup>

Podemos afirmar que houve, de facto, uma voz intelectual significativa nos meios intelectuais hispânicos, defensora da afirmação e do “expansionismo” Ibérico. Os modelos políticos que foram sendo propostos por uma panóplia variada de autores do século passado, multiplicaram-se à medida que os dois países Peninsulares se foram aproximando, e à medida que as exigências da entrada em blocos comuns, como a NATO, ou a Comunidade Económica Europeia (CEE) posteriormente União Europeia (UE), os levaram a um entendimento forçado, necessário; tão necessário que sem ele a sua permanência nesses grupos internacionais não seria de todo possível.

Assim, Espanha e Portugal têm-se vindo a reconhecer amigavelmente a passos largos e forçados. Para uns é uma aproximação perigosa, mas para outros, é como disse Padre António Vieira (1608-1697): “Todos nos cansamos em guardar Portugal dos Castelhanos, e devêramo-nos cansar mais em o guardar de nós. Guardemos o nosso Reino de nós, que nós somos os que lhe fazemos a maior guerra”<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> CHACON, Vamireh, *A Grande Ibéria*, São Paulo, Unesp, 2005, p. 21.

<sup>78</sup> VIEIRA, Padre António, (*Sermões. I*), p. 257, *apud*. BARROS DIAS, José Manuel de, “Da questão Ibérica à União Europeia. Constantes e Mutações no relacionamento entre Espanha e Portugal”, in *Revista Militar*, Lisboa, Inovação, Forças Armadas e Instituições Militares, Junho de 2009.

## II. 2. TEORIAS ANTI-IBERISTAS

Tal como nos movimentos iberistas, também nos anti-iberistas surgiram nos dois lados da fronteira um considerável número de autores que se juntaram contra uma causa que novamente assolava a Península, pondo em questão, segundo estes, a soberania dos países. Apareceu assim uma corrente contrária ao Iberismo, e que até hoje sustenta os seus argumentos fervorosamente para defender a integridade e independência da pátria. Principalmente do lado português, o por alguns considerado o lado mais fraco, surgiu então um conjunto de vozes espalhadas no tempo, que quiseram deixar a sua marca, a sua pegada, na luta intelectual contra o Iberismo.

O Iberismo, como vimos, sempre teve um lado pouco sólido, não só pelo temor que a alguns as suas teorias provocavam, despertando assim movimentos nacionalistas e, por isso, anti-iberistas, mas também pela fragilidade das propostas de implementação prática. Como sugeriu Maria da Conceição Meireles Pereira no documento *Iberismo e Nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão*, este fenómeno é em si um “Discurso eminentemente teórico, carente ora de franca implantação, ora de confirmação histórica, o Iberismo não foi todavia, longe disso, exclusivamente académico, pelo que suscitou uma vastíssima literatura apologética e de contestação (...)”<sup>79</sup>, o que muitas vezes veio dar razão a todos aqueles que não acreditavam que as teorias iberistas fossem a melhor solução para um, indesmentivelmente, deteriorado Portugal.

A verdade é que em Portugal nunca se formou um partido anexionista, nem sequer federalista, o que limitou qualquer tentativa de unificação Ibérica outrora almejada pela elite portuguesa.

Enquanto alguns duvidavam da capacidade que o país teria de continuar a sua caminhada sozinho, sem uma aliança externa com Espanha, autores como Teixeira de Pascoaes (1877-1952)<sup>80</sup> puseram por palavras aquilo que muitos outros sentiam, e afirmou assim: “o país resiste há oito séculos ao poder invasivo de Castela, o que faz de si a nação com mais força e raça de entre todas as demais”. O saudosismo de Pascoaes pelos tempos áureos do seu país trazia de volta o esplendor já perdido, numa tentativa de perpetuar na

---

<sup>79</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Iberismo e Nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão - O futuro de Portugal visto do Porto 1881”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, No. 237, Porto, Universidade do porto – Faculdade de Letras, 1992, p. 237.

<sup>80</sup> Teixeira de Pascoais é autor da célebre obra “A arte de ser português” onde é realizada uma análise das características mais significativas do povo português. Veja-se PASCOAIS, Teixeira de, *A arte de ser português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.

memória nacional o que Portugal já tinha sido, e o que poderia voltar a ser com a força de todos.

Com estas palavras o autor recupera o passado e engrandece Portugal, lembrando que o país não tem motivos para olhar para trás e sentir que a história pesa negativamente sobre ele, e por isso também não necessita de se render a nenhuma outra força externa apenas por considerar que assim poderá vir a ter mais protagonismo na cena internacional. O país já é, em si mesmo, uma força histórica capaz de se valer por si, e de manter o seu nome apesar das adversidades que achesse. Portugal, uma terra que já criou outros povos, que já levou a sua cultura e as suas gentes a todos os cantos da terra, não deveria agora ser instado a unir-se com outros por medo a deixar de ser considerado relevante no exterior, deve, isso sim, agarrar-se à sua grandeza e devolver a si aquilo que já foi e, sobretudo, aquilo que ainda pode vir a ser.

Assim pensam muitos teóricos nacionalistas para os quais a Questão Ibérica não passa de uma saída desesperada daqueles que não se atrevem a lutar pelo país. Hipólito Raposo (1885-1953), vai mais além na sua teoria, e em *Folhas do meu cadastro*<sup>81</sup>, chega a acusar de “traidores” a alguns portugueses republicanos progressistas que, segundo o autor, vendiam o país, animavam e fomentavam a invasão espanhola sobre o território, pouco ou nada preocupados com os efeitos desta suposta submissão face ao “inimigo”. Estes ditos traidores fugiam da responsabilidade de manter a dignidade do seu país intacta, daí as duras palavras de Raposo, que afirmava que por mais tempo que passasse, em Espanha “sempre vive e palpita em segredo a aspiração do perigoso dualismo de Filipe II ou o intento de absorção de Filipe IV”<sup>82</sup>. Raposo considerava que o “perigo” castelhano era ainda uma realidade, pelo que não se contentava com a ideia de uma pátria oferecida àqueles de quem tanto se tinha defendido durante séculos e, por isso, a sua crítica foi sempre feroz aos que não garantiam a perpetuação de Portugal.

Ao invés do que mais tarde seria dito por Saramago, Raposo defendia que apenas Castela foi um perigo real, consumado e constante para o país. Como bem explicou no seu artigo “*Filologia política*”: “... sólo el peligro castellano para Portugal fue una realidad, y, por lo tanto, sólo él merece ser incluído en el balance histórico-político (...)”<sup>83</sup>. No mesmo artigo o autor enaltece ainda o seu país, lembrando que este era país como tal, desde o século

---

<sup>81</sup> RAPOSO, Hipólito, *Folhas do meu cadastro*, Lisboa, Gama, Volume I, 1940.

<sup>82</sup> *Ibidem.*, p. 25.

<sup>83</sup> RAPOSO, Hipólito, “*Filologia política*”, in *Acción Española*, Tomo I, No. 411. Madrid, 1 de Fevereiro de 1932, p. 411. [N.T.] “...Apenas o perigo castelhano foi para Portugal uma realidade e, por isso, só ele deve ser incluído no balanço histórico-político (...)”.



XII, enquanto Castela apenas se tinha conseguido reunificar como um só reino no século XV, o que faz dele um Estado menos sólido do que o nosso.

Já no século XX o diplomata português Franco Nogueira (1918-1993) vem reavivar o espírito nacionalista e de defesa da pátria, ao mesmo tempo que aproveita para relembrar que os movimentos Iberistas se dão dos dois lados da fronteira, é certo, mas que enquanto a parte portuguesa deseja uma integração e colaboração conjunta para proveito de ambas nações, a espanhola deseja anexar Portugal, e detê-la sob o seu poder para assim alcançar o que desde sempre quis: o domínio total do território para chegar ao mar.

Em *As crises e os homens* (1971) o diplomata abordou os seus contemporâneos Iberistas, aos quais critica nomeadamente pela sua postura, como foi o caso das palavras dirigidas ao português António Sardinha e a sua *Aliança Peninsular* - onde o autor defende a união da Hispânia para recuperar a sua grandeza no mundo, enquanto Franco Nogueira relembra ao sublinhar este aspecto: "...atribui à divisão da Península a incapacidade de esta conduzir uma missão mundial, esquecendo-se de que a Espanha e Portugal desempenharam uma missão mundial precisamente no período áureo que se seguiu a Aljubarrota e em que foi bem vincada a separação dos dois povos"<sup>84</sup>. O autor de *As crises e os homens* dá assim uma perspectiva muito clara do poder que, a seu ver, têm estas nações quando separadas, da força que ganham quando lhes é atribuída uma denominação diferencial.

Franco Nogueira refuta as ideias de Sardinha, a quem contradiz ao longo da sua obra. Este confronto é especialmente interessante se temos em conta a repercussão que as obras de ambos autores tiveram na devida época. Sobre as ideias de Sardinha através das quais se defendiam as duas pátrias separadas mas unificadas numa Hispânia, para segurança e boa governação de ambas, Nogueira refere a respeito do perigo que Espanha poderia supor para Portugal e vice-versa: Espanha é perigosa devido ao seu desejo unificador, enquanto Portugal apenas representa um perigo para o país vizinho, caso entrem forças invasoras pelo Atlântico, não sendo os temores comparáveis.

O século XXI continua a ser palco da discussão ideológica do Iberismo, como é o caso do escritor português Paulo de Pitta e Cunha<sup>85</sup>, que no seu artigo *A União Ibérica e a união Europeia: Refutando a tese Iberista*<sup>86</sup> relembra que não existe uma necessidade real

---

<sup>84</sup> NOGUEIRA, Franco, *As crises e os Homens*, Lisboa, Ática, 1974, p. 384.

<sup>85</sup> Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

<sup>86</sup> PITTA E CUNHA, Paulo, "A União Ibérica e a união Europeia: Refutando a tese Iberista" in *Jornal Público*, 18 de Abril de 2008.

de anexar Portugal a Espanha, pois o argumento de que estamos rodeados por ela e de que a anexação seria uma maneira pacífica de não nos “sufocarmos” definitivamente, não corresponde à realidade da nossa história. Portugal escolheu para si o caminho Atlântico, a abertura ao novo mundo logo, a passagem por Espanha é insignificante, da mesma maneira que poderiam vir para o país ameaças por terra, poderão também chegar ameaças por mar aos espanhóis, o que os faria temer-nos tanto como nós a eles.

Assim se vê que, de facto, não há uma razão tácita para esta união, pois há argumentos eternamente fracos e pouco úteis para sustentar esta teoria. O escritor defende ainda que uma integração Ibérica não iria ajudar a recuperar o atraso económico que paira sobre Portugal, pois a integração, ao invés de estimular a nossa economia e a fundamental alteração das estruturas que nos compõem, iria acentuar as diferenças territoriais, mantendo a situação de estagnação em que nos encontramos.

Ao encontro das palavras de Pitta vai o autor espanhol Cabrero Dieguez, que como referiu no seu livro mais recente (2005); há um espaço fronteiro entre os dois países que será sempre discriminado, pois tem-no sido até hoje, ficando atrasado e desaproveitado em relação ao resto da Península, e assim continuará por mais tentativas de união que haja. Por este motivo, e num Portugal fragilizado, mas com uma enorme riqueza por explorar no interior do seu território, não é viável nem em nada positivo procurar ajuda de um parceiro que não iria investir nessa mesma área – área que é para Portugal tão fértil e promissora, mas que seria ignorada uma vez que não é a área de interesse do hispano.

Recuperando o histórico poema Los Borges, do argentino Jorge Luis Borges (1899-1986), expresso na sua obra *El otro, el mismo*<sup>87</sup>:

“Nada o muy poco dé de mis mayores  
Portugueses, los Borges: vaga gente  
Que prosigue en mi carne, oscuramente,  
Sus hábitos, rigores y temores.  
Ténues como si nunca hubieran sido  
Y ajenos a los trámites del arte,  
Indescifrablemente forman parte  
Del tiempo, de la tierra y del olvido.

---

<sup>87</sup> BORGES, Jorge Luís, *El otro, el mismo*, Buenos Aires, Emecé, 1967, p. 93.

Mejor así. Cumplida la faena,  
Son Portugal, son la famosa gente  
Que forzó las murallas del Oriente  
Y se dio al mar y al outro mar de arena.  
Son el rey que en el místico desierto  
Se perdió y el que jura que no ha muerto”

Este poema encerra em si toda a força que o autor sente face ao que é verdadeiramente Portugal, uma pátria que foi, que pode ter ficado esquecida no seu caminho, mas que não morreu, não deixou de ser. Deixou, isso sim, a sua marca em todos os cantos do mundo, e por isso não há espaço na terra que não deva reconhecer ao país a força e determinação que tanto o caracterizaram. É por ideias de sustentação patriótica como estas, que desta vez partem de um autor Ibero-americano, que o país deve reflectir quando confrontado com opções para o seu futuro que podem passar por cima dos interesses nacionais em benefício de terceiros.

Para além das teorias expostas por estes autores, todas elas baseadas em diversos elementos históricos que nos fazem repensar a viabilidade da Grande Ibéria, será importante debruçar a nossa atenção sob a realidade dos dois países. Na teoria o medo da submissão portuguesa, do imperialismo espanhol ou do inquietante desaparecimento dos Estados, existe, será então que é possível num país já tão dividido como Espanha, um país com tantas clivagens internas e mitos separatistas, anexar mais um território que lhe é alheio e em nada, ou quase nada, similar? Será igualmente viável para Portugal ser a parte minoritária de um imenso território e de um estruturado sistema central, que ultrapassa ao seu controlo? Que implicações práticas teria se a Ibéria se concretizasse, e o desenvolvimento dos países não fosse paralelo? Que benefícios traria para Portugal uma união Peninsular, e que mais-valias teria, com isso, a Espanha?

O Iberismo apresenta-se para estes autores como o centro da sua análise teórica, e podemos ver através dos exemplos aqui expostos que a questão em análise desperta um sem fim de ideias que dão força ao movimento Ibérico, já seja desde uma perspectiva favorável ou contrária.

Na vertente pró-Iberista erguem-se aqueles que acreditam na grandiosidade conjunta da Ibéria. Segundo estes autores se Portugal e Espanha se unissem, em conjunto com as suas ex-colónias em África e na América Latina, poderiam reverter a tendência decrescente da sua economia e influência internacional. Tal como referiu o português Antero de Quental, que idealizou uma Federação Democrática Ibérica, ou o espanhol Valle-Inclán, com a sua proposta de divisão Peninsular e aproximação colonial, seria graças a esta união que o futuro da Península ganharia novos e prósperos contornos.

Da perspectiva anti-Iberista destacam-se as vozes que indicavam que a chave da superioridade dos países residia na sua autonomia e independência. A História foi o suporte das teorias nacionalistas como a de Hipólito Raposo, que relembra a inimizade histórica com Espanha, ou a do Embaixador Franco Nogueira, que sublinhava a importância de não questionar a capacidade que cada Estado tem de defender o seu espaço, e de saber aproveitar as suas potencialidades a favor da nação.

Vistas estas duas correntes teóricas, surge a questão: *Dos teóricos que trataram o Iberismo, quais souberam “agarrar” a história mais firmemente, de modo a aplicar as suas conclusões na prática?*

Nesta resposta não seria correcto relacionar directamente o volume de teorias, uma vez que foram aqui vistos mais autores pró-Iberismo do que “anti”, de facto, muitos mais são os autores que abraçaram a causa a favor, daí que não se possam pôr na mesma balança. Contudo, podemos afirmar que os teóricos que defenderam a união Ibérica fizeram-no dando alternativas consistentes, e contribuindo à causa com opções práticas, mais ou menos exequíveis, mas sempre relevantes. Foi precisamente esse o seu ponto mais forte, e é que estes não se basearam apenas na visão do passado, mas sim em dar soluções para o futuro da relação entre Espanha e Portugal. Por sua vez os autores anti-Iberistas olharam com saudosismo e orgulho para o passado, embora sem dar soluções viáveis para ambos os países, apenas defendiam que Portugal deveria seguir o seu caminho paralelamente para ter o respeito internacional, sem criar um modelo a seguir para alcançar esse objectivo.

### II.3. TRANSIÇÃO: DO AFASTAMENTO HISTÓRICO À NECESSÁRIA COOPERAÇÃO

Para conseguir perceber a transição daquele que foi um período de notável afastamento Peninsular, àquilo que serão as relações bilaterais no fim do século XX, é importante referir como essa transição foi feita, o porquê, e como os países mudaram as suas estratégias de relacionamento na política de vizinhança, em muito influenciados pelos novos contornos que o fim do século veio trazer à Europa. Todas estas alterações são extremamente importantes para a percepção da situação e do posicionamento actual dos países, pois veio trazer um novo rumo às relações económico-comerciais Luso-espanholas.

A forte corrente anti-Iberista criada, e em certa medida imposta no século XX, nomeadamente a partir de 1926, com a mudança do sistema político em Portugal, e perante a coincidente ditadura em ambos os países Peninsulares, afastou temporariamente a voz sonante da "Ibéria". Contudo, é importante perceber que não era da vontade dos dois países estar de costas voltadas, pois muito cedo a Falange espanhola deixou ver as suas intenções anexionistas sobre Portugal, aumentando novamente a desconfiança lusa perante o seu vizinho. Tendo em conta esta realidade, e para evitar ao máximo a materialização dessa força, foram forjados laços de união como por exemplo *O Pacto Peninsular* (1942), feito sob a maestria do Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar (1889-1979), que percebendo as suas limitações militares, fez uso da diplomacia para negociar o bom entendimento com as forças do General Francisco Franco (1892-1975)<sup>88</sup>. Apesar dos pactos travados entre os dois líderes<sup>89</sup>, a desconfiança mútua não cessou, culminando nas tensas, embora cordiais, relações entre Espanha e Portugal.

Se observamos a cultura lusa da época vemos como esta incentivava o amor à pátria, e cultivava o firme afastamento do resto da Península. A educação de um povo neste sentido começava com os míticos *Livros da Primeira Classe*, onde tão fortemente era evidenciado o esplendor de Portugal. Fazendo-se acompanhar pela Mocidade Portuguesa, organização juvenil de convívio e aprendizagem que educava no sentido do amor patriótico, o Estado Novo veio dar um banho de defesa da Nação que fez o país olhar para si como o centro, evadindo-se das ideias unionistas outrora persistentes.

---

<sup>88</sup> RIBEIRO, Silva António, *Organização Superior de Defesa Nacional*, Lisboa, História Militar, 2004, p. 177.

<sup>89</sup> Exemplos destes Tratados foram: Tratado de Amizade e não Agressão (1939), ou o realizado em 1949, Tratado de defesa comum de civilização ocidental ameaçada pelas ideias de leste, da ordem, da paz e da justiça na Península Ibérica.

Os movimentos mais radicais e contrários aos então impostos “ideais nacionalistas” do Estado não deixaram de existir, muito embora estes se tenham desenvolvido na clandestinidade, devido, claro, à forte censura da época. Simultaneamente, o discurso do Presidente do Conselho de Ministros (Oliveira Salazar) era um, e firme, tendo este clamado rotundas frases como<sup>90</sup>:

“A Nação é para nós sobretudo uma entidade moral”

“Decididamente, decisivamente, pela Nação, por nós e...até por eles”

“Quem não é patriota não pode ser considerado português”

“Tudo pela Nação, nada contra a Nação”

Com este conjunto de frases do ex-governante podemos observar como este marcava com cada palavra o discurso directo e o sentimento de cada português, fazendo do cidadão um fiel defensor da sua Nação e dos espaços por ela conquistados no mundo. Este foi um trabalho árduo feito por um líder que acreditava no seu país e na sua força, por um líder que acreditava cegamente no caminho individualista de Portugal no mundo, sem que este necessitasse de terceiros para garantir a sua subsistência. A soberania de Portugal durante o Estado Novo era um facto incontornável.

Do lado espanhol, ou o que é o mesmo, por vontade de Franco, o carácter nacionalista das medidas do seu governo multiplicavam-se e deixavam fortes marcas na posição de Espanha perante o mundo. Franco iniciou uma política de afastamento internacional e de auto-suficiência (impulsionada, principalmente, após o seu confronto com a Rússia e o comunismo), o que deixou o país à margem do sistema internacional, e confinado ao espaço Ibérico. Contudo, e numa tentativa de conseguir apoios sólidos, desenvolveu um mecanismo de aproximação “Hispanica”, visando dar a mão às suas ex-colónias para delas obter o apoio necessário contra o comunismo soviético (o seu mais exaltado temor).

Nas relações de vizinhança criou um conflito latente, pois o Iberismo Franquista colidia directamente com o anti-iberismo de Salazar, que bem soube perceber as intenções Imperialistas do seu homólogo. Do lado português intensificavam-se gradualmente as medidas nacionais de defesa da pátria, enquanto do lado espanhol Franco procurava novas formas de se aproximar dos centros de poder portugueses, para assim controlar a situação

---

<sup>90</sup> Pensamentos e Frases Emblemáticas de Oliveira Salazar, ditas durante a sua estada na governação do país. Disponíveis em: [www.oliveirasalazar.org](http://www.oliveirasalazar.org).

de perto. Para tal, atribuiu a seu irmão, Nicolás Franco, o papel de Embaixador de Espanha em Portugal, cargo que ocupou durante 20 anos (1938-1958)<sup>91</sup>, e que permitia ao General saber de primeira e fiável mão todos os passos dados pelo nosso país, tanto na sua política interna como nos seus contactos com as potências internacionais. Esta posição aglomeradora nada tem a ver com a praticada pelo líder português, que se desdobrou em esforços para evitar o persistente avanço espanhol sobre o território “moral” e físico luso.

Só mais tarde, na já referida entrada para a CEE, em 1986, foi possível estabelecer um (necessário) diálogo fértil com Espanha, retomando o inevitável debate Iberista. A Ibéria voltava a ser o centro das atenções do mundo e, por isso, o centro das atenções dos intelectuais luso-espanhóis.

Com a alteração da realidade dos dois países, e com o início da nova etapa para uma nova Península democrática, é fundamental olhar para o desenvolvimento que os países tiveram desde 1986, e analisar a forma como aproveitaram o impulso gerado com a entrada na CEE. Passar a fazer parte dos então 12 países membro supôs uma revolução na diplomacia luso-espanhola, pois as regras de convivência mudaram forçosamente para dois países que: se viram obrigados a abraçar projectos comuns, a eliminar as alfândegas, as fronteiras, a permitir a livre circulação de pessoas e mercadorias, a adoptar novas regras e obrigações conjuntas, e ainda a colaborar no equilíbrio do Estado vizinho, agora membro da mesma coligação e, por isso, um Estado a respeitar e defender. Todas estas medidas mudaram radicalmente todos os esquemas que até então regulavam as relações dos Estados Ibéricos.

Desde uma vertente mais técnica e prática, e depois da notável evolução que os dois países experimentaram a partir da entrada na CEE, vamos centrar a nossa atenção nas relações económicas, que são a base do desenvolvimento dos Estados e, por isso, a expressão mais clara do seu poder nacional.

Iremos analisar a situação económica dos últimos anos. Em primeiro lugar observaremos o estado das economias globais dos dois países – abrangendo uma perspectiva macroeconómica, verificando o seu posicionamento global, e procederemos depois à observação detalhada da troca comercial directa entre ambos.

---

<sup>91</sup> CHACON, Vamireh, *A Grande Ibéria*, São Paulo, Unesp, 2005, pp. 194-200.

### III. SITUAÇÃO ECONÓMICA DE PORTUGAL E ESPANHA: DA ANÁLISE MACROECONÓMICA AO RELACIONAMENTO BILATERAL

O início do Século XX não foi, de todo, marcado pela paridade entre as economias dos países Peninsulares. As tensas relações existentes entre os governantes dos países Ibéricos, relações já aqui analisadas, foram aquilo que podemos considerar como a porta de entrada para a sua desigualdade. Ambos seguiram caminhos comerciais de costas voltadas, desenvolveram as suas estruturas económicas de maneira diferente, e optaram por estratégias opostas. Formaram-se, assim, dois blocos distintos dentro da Península, que caminhavam a ritmos diferentes e em busca da concretização de objectivos díspares.

Contudo, a entrada de ambos os países na CEE (1986) e a adesão ao Espaço Schengen (1991) veio aumentar a capacidade competitiva dos mesmos, abriu as economias ao mundo e intensificou o volume de trocas comerciais. A livre circulação de activos financeiros foi o empurrão definitivo para facilitar a presença espanhola no nosso território. Portugal, atento a esta situação, aproximou-se da vizinha Espanha na procura de um parceiro económico ao qual se pudesse aliar para operar numa Europa cada vez mais pujante. Mas por razões lógicas, e que estudaremos neste ponto, a Espanha obteve os meios necessários para estruturar uma abordagem massiva à economia portuguesa, enquanto que do lado luso os passos eram mais lentos e periclitantes. Espanha passou a ser, então, um dos principais investidores na nossa economia, enquanto nós mostrávamos uma inferior capacidade inferior de penetrar no mercado espanhol. Esta desigualdade marcou o início de uma autêntica guerra económica entre os países, pois o avanço de um (Espanha) submergia o outro (Portugal), vincando as diferenças entre eles e criando desequilíbrios grandes na balança comercial bilateral.

A grande alteração que se verifica neste cenário, e que pressupõe uma reviravolta positiva para Portugal, registou-se nesta última década. O país alcançou um nível superior no patamar económico que nos liga a Espanha. O motivo que despoletou este crescimento reside na necessidade que tiveram algumas empresas nacionais de alargar o negócio para outros mercados, uma vez que o nacional é pequeno e já não assimilava mais volume comercial em determinadas áreas. Por este motivo os empresários lusos têm vindo a ocupar terreno, um terreno cada vez mais fértil, no país vizinho, o que ajudou consideravelmente a reduzir o distanciamento existente para com Espanha e, ao mesmo tempo, a equiparar o saldo da balança comercial Ibérica.



Para efectuar uma fiel análise factual dos intercâmbios económicos Luso-espanhóis, é necessário começar pelas características base de ambos os países, o que vem a ser *per se* ora uma condicionante, ora um impulso para o seu crescimento. Aspectos específicos como as dimensões territoriais, a densidade populacional ou a distribuição económica no país são, muitas vezes, a chave para perceber as divergências existentes entre os elementos em estudo, assim como para melhor compreender os resultados práticos das suas economias.

Perante territórios de dimensões tão desiguais, contando Espanha com 505.000Km<sup>2</sup>, e Portugal em contraposição com 92.208Km<sup>2</sup>, as bases para as divergências materiais e de projecção são, por isso, facilmente perceptíveis. Se à dimensão territorial se une também uma enorme discrepância quanto ao número de habitantes de ambos, então encontramos perante uma soma de elementos de por si incentivadores para Espanha, e algo mais limitadores Portugal. O primeiro detêm em si quarenta e sete milhões de habitantes<sup>92</sup>, enquanto o segundo tem dez milhões seiscentos mil habitantes<sup>93</sup>.

O diferencial entre estes elementos é a fonte de desigualdade natural da Península, pois a sua existência supõe-se que Espanha tem mais possibilidades práticas de investimento nacional, de aproveitamento de recursos e de disponibilização de mão-de-obra, que Portugal, que tem uma clara limitação espacial, e uma muito inferior capacidade de organização, de iniciativa, de planeamento estratégico, e de recruta de recursos humanos para a produção e o avanço do país. As suas economias terão, por isso, distintas bases e recursos, e, conseqüentemente, distintas fontes e benefícios.

Estando na posse das bases das diferenças dos países, passaremos então para as principais diferenças no que ao comportamento macro e microeconómico se refere. Veremos os distintos mercados em que operam, os sectores chave de cada país, os mecanismos de investimento, e os princípios de actuação perante os desafios dos tempos modernos. As diferenças referidas poderão contribuir para acentuar as disparidades já existentes entre Portugal e Espanha, mas poderão supor, ao mesmo tempo, um mote de reflexão para a questão em análise – A Grande Ibéria.

---

<sup>92</sup> Dados relativos a 1 de Janeiro de 2010. Informação disponível em [www.ine.es](http://www.ine.es).

<sup>93</sup> Dados de 2010. Informação disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (estatísticas).

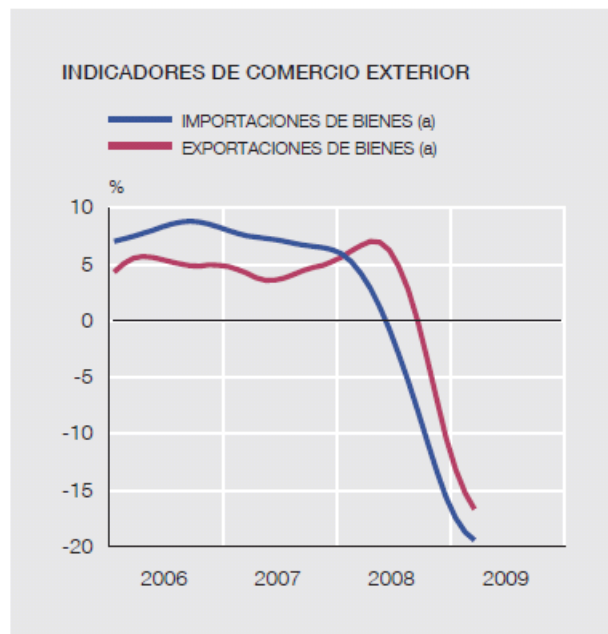
### III. 1. Dimensões e Posicionamento Macroeconómico

No aproveitamento das suas características conjunturais específicas, e aproveitando os fundos atribuídos com a adesão à CEE, Espanha foi fazendo crescer a sua economia paulatinamente, sendo das economias que mais cresceu na última década. Contudo, o seu auge deu-se já em pleno século XXI, quando no ano 2008 foi considerada como a 9ª economia mundial<sup>94</sup>. Mas a crise económica que atravessamos também atingiu o país vizinho, fazendo-o perder esta posição no ano de 2009, ano em que se viu fortemente abalado devido à perda de investimento externo, e à diminuição verificada no consumo a nível interno. Este retrocesso despelotou um conjunto de medidas de incentivo económico mas, e apesar das mesmas, não foi possível evitar a desarticulação das finanças públicas.

Os anos seguintes ao início da recessão económica (2009), foram acompanhados de uma série de medidas de recuperação, medidas estas que foram consecutivas e bastante abrangentes, mas que não foram suficientes para fazer aumentar os números então praticados. Muitas iniciativas de redução de custos se somaram aos incentivos estrangeiros, e à medida que se anunciavam uma série de inevitáveis descidas dos gastos públicos, prometiam-se facilidades ao investimento estrangeiro, com o propósito de tentar captar mais activos vindos de fora e que por sua vez pudessem contribuir para diminuir o número de desempregados – números em ascensão na altura. Não obstante, os mercados internacionais, fugindo de uma crise que se prognosticava geral, temiam a aproximação a mercados estagnados, reacção que podemos comprovar no seguinte gráfico.

---

<sup>94</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Espanha – Ficha país*, 2011.



FUENTES: Comisión Europea, Instituto Nacional de Estadística, Departamento de Aduanas y Banco de España.

a. Tasas interanuales sin centrar, calculadas sobre la tendencia del indicador.

**Figura I:** Gráfico de Indicadores do Comércio Externo Espanhol<sup>95</sup>.

Face à conjuntura da economia espanhola, que até à data tinha demonstrado capacidade em manter a confiança nela depositada, veio experienciar uma recessão de elevada magnitude, a par e passo da recessão vivida a nível global nestes últimos anos, por todas aquelas economias sem uma verdadeira base sólida de sustentação. Contudo é importante, se não fundamental, referir que a economia espanhola desde cedo se aproximou das economias mais influentes e promissoras, criando para si um amplo mercado de bens e serviços nos quatro cantos do mundo, e foi precisamente esta rede de contactos internacional a que permitiu que apesar de uma descendente economia, Espanha ainda tivesse mãos para se agarrar a uma gradual recuperação económica.

Esta estratégia de comércio diversificado realizada por parte de Espanha é símbolo da capacidade que o país tem demonstrado à hora de criar uma rede de segurança forte o suficiente como para, e junto ao seu sistema de produção interna, sustentar as possíveis quedas da sua economia. É precisamente esta capacidade a que confere confiança ao país,

<sup>95</sup> Gráfico retirado do Boletín Económico de Mayo de 2009, In página oficial do Banco de Espanha. [www.bde.es](http://www.bde.es).

e a que o faz ressurgir com impulso face a novos desafios, e não ficar estagnado perante as dificuldades.

#### Evolução da Balança Comercial

(10 <sup>6</sup> EUR)	2006	2007	2008	2009	2010*
Exportação	170.438,6	185.023,2	189.227,9	159.889,6	185.799,0
Importação	262.687,2	285.038,3	283.387,8	206.116,2	238.081,6
Saldo	-92.248,6	-100.015,1	-94.159,9	-46.226,6	-52.282,6
Coeficiente de cobertura (%)	64,9	64,9	66,8	77,6	78,0
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	18 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>	16 <sup>a</sup>	nd
Como importador	12 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	nd

Fontes: Secretaria de Estado do Comércio de Espanha

Nota: (\*) 2010 – dados provisórios

n.d. – não disponível

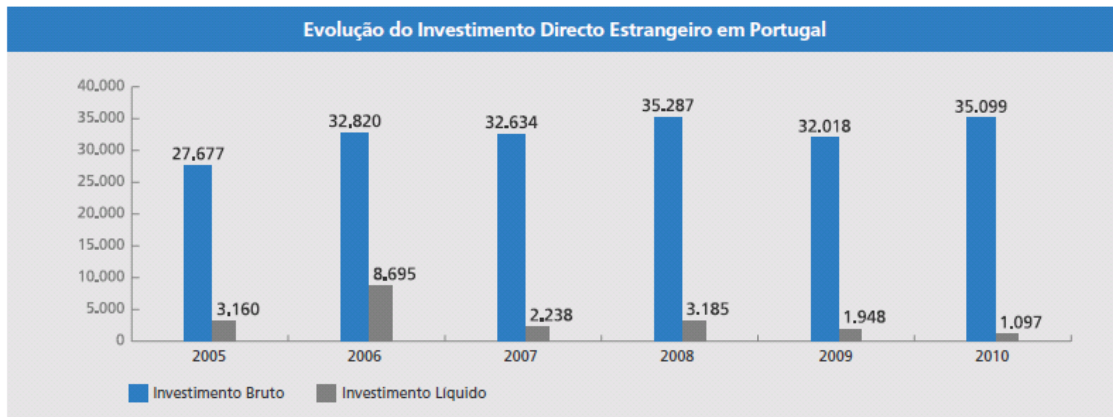
**Figura II:** Quadro da Balança Comercial Espanha-Mundo<sup>96</sup>.

E situação semelhante se passou do lado português. O abrandamento do crescimento económico nacional, e a diminuição do investimento externo, começou a par dos outros países europeus, e registaram-se fortes alterações no relacionamento económico com o exterior. Os investimentos que desde 2005 até 2008 estavam em ascensão para o país, deparam-se em 2009 com uma queda bastante significativa. Esta falta de investimento por parte de economias externas veio limitar a actuação de Portugal noutros mercados, devido a uma falta de liquidez que lhe permitisse ter um papel activo, e derivando na diminuição do intercâmbio comercial entre os países.

Para reverter esta situação, foram necessárias fortes medidas governamentais. Estas revelaram-se bastante estritas nos gastos públicos, e de grande impulso na captação do interesse dos mercados internacionais. Os resultados das iniciativas foram positivos no início do ano passado. No ano de 2010 verificaram-se alguns sinais de recuperação nas transacções comerciais: Importações e exportações nacionais.

A apresentação de um gráfico ser-nos-á útil para perceber a evolução do investimento directo estrangeiro, assim como para ter uma noção mais clara dos momentos chave do declínio, assim como da sucessiva (e paulatina) recuperação económica.

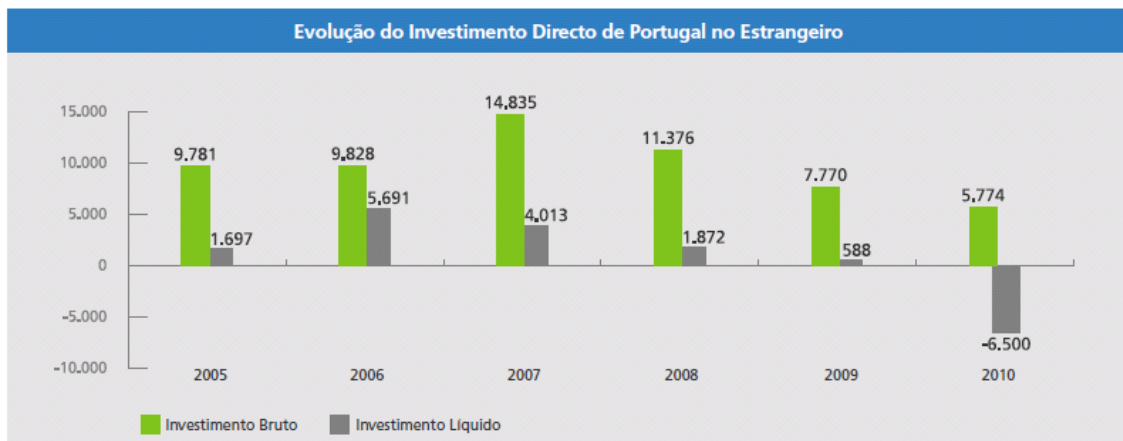
<sup>96</sup> AICEP – PORTUGAL GLOBAL – *Espanha Ficha País*, 2011, p. 8.



Fonte: Banco de Portugal (Fevereiro 2011) Unidade: Milhões EUR

**Figura III:** Gráfico da Evolução do Investimento Directo Estrangeiro em Portugal<sup>97</sup>.

Para perceber a capacidade de Portugal para participar nos mercados externos, apresentaremos igualmente um gráfico demonstrativo desta evolução do investimento directo português no estrangeiro, mostrando os períodos críticos vividos desde o ano de 2009. Importante será também ver como no ano de 2010 o investimento líquido foi negativo, o que demonstra que apesar das tentativas de resgate económico, a estratégia não parecia ser suficiente ou, pelo menos, demonstrava não estar a ser totalmente bem direccionada.



Fonte: Banco de Portugal (Fevereiro 2011) Unidade: Milhões EUR

**Figura IV –** Gráfico da Evolução do Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro<sup>98</sup>.

<sup>97</sup> Gráfico retirado AICEP. PORTUGAL GLOBAL, "Ficha País de Portugal", 2011, p.8.  
<[http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao\\_portugal/ficha\\_pais\\_PT/](http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao_portugal/ficha_pais_PT/)>

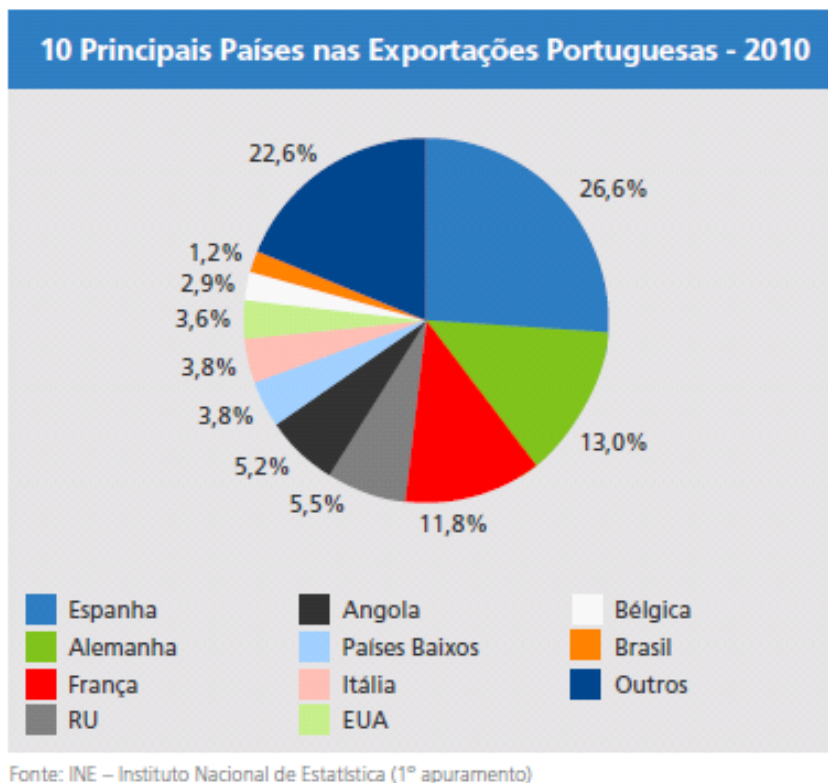
<sup>98</sup> Gráfico retirado AICEP. PORTUGAL GLOBAL, "Ficha País de Portugal", 2011, p. 9.  
<[http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao\\_portugal/ficha\\_pais\\_PT/](http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao_portugal/ficha_pais_PT/)>

O valor destes indicadores macroeconómicos seria menos relevante, embora igualmente alarmantes aquando das suas quedas de valores, se não houvesse em comum praticamente os mesmos mercados de destino. É certo que os bens transaccionados pelos dois países não são os mesmos, e que em termos de exportação este não deveria ser um factor impeditivo, mas certo é também que num período crítico como o actual, onde paira no sistema internacional uma crise que ameaça perdurar, cada economia que vise entrar no mesmo mercado que nós, independentemente do bem ou serviço que exporta, é um elo decisivo para o abrandamento da nossa presença no mesmo – se a economia de um país tem de escolher entre todos os seus “fornecedores”, os mais fracos perderão posição activa. Além do mais, temos de ter em conta as profundas diferenças existentes entre os países; se em 2009 a OMC (Organização Mundial de Comércio) situava a Espanha como o 19º país na lista internacional de exportadores, Portugal situava-se na posição 48, indubitavelmente atrás do seu vizinho económico e, por isso, com menos vantagem competitiva para disputar posições de mercado.

E é que os principais mercados captadores dos produtos e serviços Ibéricos, são, de facto, os mesmos: a França e a Alemanha. A presença simultânea de ambos nos mesmos mercados pode, como já foi aqui referido, criar grandes desavenças derivadas da falta de “espaço” comercial para elas. A situação financeira internacional requer escolhas, decisões e novas opções favorecedoras das suas economias, criando autênticas guerras entre fornecedores, e esta é a situação que se verifica quando a manobra de importação é mais baixa, e a concorrência é feroz. Portugal e Espanha encontram aqui um novo ponto de discordância, um ponto que é mais forte do que qualquer outro, pois põe em causa a real sobrevivência das suas estruturas económicas, sociais e governativas.

Contudo, e apesar da frágil situação que aqui verificamos devido à luta por mercados, e perante um contexto delicado das finanças mundiais, este não chega a ser um factor decisivo de separação e dissonância Ibérica. A guerra pelos seus interesses económico-comerciais é já um dado adquirido, pois não é possível que estes dois vizinhos se olhem sem perceber a quase inevitável impossibilidade do seu entendimento, no que a assuntos económicos se refere, mas o facto de terem mercados alternativos e igualmente significativos para ambos, ajuda a que o enfrentamento directo seja menor e até pacífico. Ter fontes alternativas de rendimento é um alicerce às boas relações Peninsulares, pois permite que o desenvolvimento das suas economias seja fluido e não entre em conflito, logo, se pautarem por este princípio, afastar-se-á a principal questão de discórdia: a eventual guerra económica.

O Gráfico seguinte mostra-nos, genericamente, os mercados que pertencem ao grupo económico de destino de Portugal, e a Tabela os países que são receptores das exportações espanholas.



**Figura V** – Gráfico da Representação dos países de destino das exportações portuguesas<sup>99</sup>.

<sup>99</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Ficha País de Portugal*, 2011, p. 7.  
<[http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao\\_portugal/ficha\\_pais\\_PT/](http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao_portugal/ficha_pais_PT/)>.

Principais Clientes

Mercado	2008		2009		2010	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
França	18,3	1ª	19,1	1ª	18,3	1ª
Alemanha	10,5	2ª	11,1	2ª	10,5	2ª
<b>Portugal</b>	<b>9,1</b>	<b>3ª</b>	<b>9,1</b>	<b>3ª</b>	<b>8,9</b>	<b>3ª</b>
Itália	8,1	4ª	8,2	4ª	8,8	4ª
Reino Unido	7,1	5ª	6,3	5ª	6,2	5ª
EUA	3,9	6ª	3,7	6ª	3,5	6ª
Holanda	3,2	7ª	3,0	7ª	3,1	7ª

Fonte: World Trade Atlas (WTA) / EuroStat  
Dados 2010 - Ministério de Indústria, Turismo e Comércio

**Figura VI** – Quadro de Representação dos mercados de destino das exportações espanholas<sup>100</sup>.

Os papéis das duas economias no panorama internacional não poderiam ser mais distintos em pleno século XXI. Enquanto a economia espanhola, branda mas latente, têm um prognóstico por parte do *Economist Intelligence Unit* (EIU) de crescimento para 2011-2013<sup>101</sup>, a economia portuguesa não evidência sinais de recuperação.

Para Espanha o EIU definiu um quadro claro daquilo que será o período 2011-2013, no qual poderemos contar com:

- Aumento do PIB em 0.5% no ano corrente, chegando a +1.6% em 2013.
- O consumo privado a situar-se em +0.7% em 2011, mas com aumentos de até +1.8% já em 2013.
- O consumo público vê-se ligeiramente contraído - em 1.6% no corrente ano, e em 1.1 pontos percentuais no ano 2013.
- O sector do investimento, que apesar de algo estagnado nos 1.2% em 2011, crescerá em 2.6% em 2012 e 2.9% em 2013.
- A taxa de inflação que, se prevê, continue nos 1.5%.
- A taxa de desemprego, actualmente situada nos 20%, descerá para 16% no fim do período em análise.
- O défice espanhol a descer, passando dos -6.6% do PIB em 2011 para -4.2% em 2013. Já o rácio da dívida pública tenderá a agravar-se - passando dos actuais 69.7% para 72.6% em 2013.

<sup>100</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Ficha País de Espanha*, 2011, p. 9.

<sup>101</sup> AICEP – PORTUGAL GLOBAL, *Ficha País de Espanha*, 2011, p. 7.



- A Balança Comercial, hoje deficitária, espera-se que venha a representar 4% do PIB no período 2011-2013. As exportações espanholas, a cair em 2011, remontarão em 2012-2013 (2.6% e 2.9% respectivamente), assim como as importações, que também verificarão um aumento (3-4% neste período).

As perspectivas de crescimento e de estabilidade atribuídas a Portugal, apresentam um quadro bastante diferente. Enquanto os sucessivos Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC's) surgiam associados a medidas de austeridade que permitissem às finanças do país encontrar o seu equilíbrio, a realidade impôs-se, pondo em causa os resultados que até ao primeiro trimestre de 2011 se esperavam para o país.

Assim, as previsões pós-PEC I assinalavam o seguinte panorama para Portugal<sup>102</sup>:

- Crescimento de 0.9% do PIB, tal como indicava o FMI (Fundo Monetário Internacional). O Banco de Portugal previa 1.4%.
- A taxa de desemprego estimava-se que em 2011 seria de 9.8%.
- A taxa de Inflação seria de 1.9% em 2011.
- A dívida pública do Estado ascenderia a 88.9% do PIB no ano corrente.

Em traços gerais as entidades financeiras e governativas do país acreditavam na recuperação económica deste e, apesar de confirmar um abrandamento económico para o presente ano, defendiam o início da melhoria comercial (moderada) já em 2012. Contudo a falta de dados oficiais consistentes, relativos às perspectivas reais para o período 2011-2013, levam-nos a concluir que a actual situação portuguesa era, desde há tempo, a “crónica de uma morte anunciada”.

Segundo dados do FMI, Portugal será o único país europeu em recessão no ano de 2012<sup>103</sup>, o que mostra uma ainda mais longínqua recuperação. Devido ao agravamento da situação, no primeiro trimestre do ano (2011), o país viu-se forçado a dar os primeiros passos para a aceitação da crise, e do conseqüente estado do sistema financeiro nacional. Um panorama desolador apresentava-se em forma de Bancarrota ou buraco financeiro, empurrando o país não só para uma (quijá) óbvia crise política, mas também para o início de uma etapa de profunda crise económica, moral e social. E é que, de facto, as crises económicas não seriam tão aterradoras se com elas não viessem também as intensas e acentuadas crises morais, espirituais e político-sociais.

---

<sup>102</sup> AICEP – PORTUGAL GLOBAL, *Portugal, perfil país*, P. 40-44.

<[http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao\\_portugal/ficha\\_pais\\_PT/](http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao_portugal/ficha_pais_PT/)>.

<sup>103</sup> AGUIAR, Nuno (2011). “Portugal será o único país da EU em recessão em 2012”, *Ionline*. 12 de Abril de 2011. <<http://www.ionline.pt/conteudo/116725-portugal-sera-o-unico-pais-da-ue-em-recessao-em-2012>>.

No início do mês de Abril de 2011 Portugal pede oficialmente ajuda externa para resolver a falência da banca. O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e o FMI irão tomar, a partir dos próximos meses, as rédeas da economia portuguesa. Adivinha-se, então, que deixarão uma marca profundamente vincada não só na economia do país, como no espírito do seu povo. Nada garante que esta intervenção externa seja absolutamente positiva para a confiança do país, contudo espera-se, isso sim, que estabilize as contas públicas e ajude a resolver a incapacidade de organização e gestão nacional, dando novas oportunidades, novos rumos e abrindo, assim, uma nova janela para a eterna grandeza do Iberismo.

### III.2. Relações económicas bilaterais: Ou de como uma economia pode vir a subverter outra

As relações económicas mantidas entre Espanha e Portugal têm vindo a variar ao longo dos tempos. É certo que a sua proximidade desde sempre incentivou o intercâmbio de recursos de um e outro lado da fronteira, mas também é verdade que determinadas etapas históricas fecharam o comércio Ibérico, e instituíram o auto-abastecimento como regra<sup>104</sup>. Contudo, no fim do século passado a situação forçou o comércio bilateral e foi assim que se foram criando disparidades acentuadas nos dois mercados Ibéricos.

Apesar dos altos e baixos que se têm verificado na balança comercial Peninsular, esta tem sido tendencialmente desfavorável a Portugal. Deste modo cria-se uma dinâmica repetitiva, viciante e prejudicial para o equilíbrio das relações bilaterais. É de esperar que perante um mercado dimensionalmente tão superior como o espanhol, o nosso não consiga competir em igualdade de condições, e é por essa mesma razão que uma vez mais o país se deve interrogar acerca das vantagens reais do mercado ibérico; será que a união comercial os poderá equiparar? Ou será que a aproximação só iria realçar as lacunas existentes entre ambos? O que poderia vir a ganhar o país mais pequeno, menos competitivo e, de momento, menos estável, com essa união?

Todas as questões que a unificação comercial da Península pode suscitar são, de facto, uma preocupação geral, não só para as classes políticas e as elites governantes, mas para todos os cidadãos.

Para melhor compreender as preocupações que desta aproximação económica podem advir, é importante debruçar a nossa atenção sobre os números, os dados oficiais que reflectem as actividades económicas de Espanha e Portugal, e que nos mostram claramente não só o caminho que cada um dos mercados segue, como o posicionamento real, e prático, que adquiriram no país vizinho ao longo dos últimos anos.

No último ano as exportações portuguesas com destino a Espanha ascenderam aos 9.787 milhões de Euros, o que corresponde a um aumento bastante considerável no que concerne o ano de 2009 (+13.1%). Muito embora os resultados tenham sido mais consistentes do que no ano anterior, Portugal continua numa luta acérrima com a sua

---

<sup>104</sup> O momento recente mais marcante no sentido da auto-subsistência foi o período das ditaduras Peninsulares durante o século XX, pois as tensas relações que se respiravam entre os dois líderes Ibéricos, o General Francisco Franco e o Presidente português António de Oliveira Salazar, levaram a que escolhem-se para os seus países um sistema de independência e de mínima colaboração/vínculo com o exterior.

balança comercial bilateral, pois perante os 17.685 milhões de Euros importados a Espanha (+5.5% do que em 2009), esta continua a ser extremamente deficitária para o país luso.

No seguinte Quadro podemos observar a diferença dos montantes exportados e importados a Espanha nos últimos anos. O saldo da nossa balança comercial não só é deficitário para o lado português, como tem vindo a piorar desde 2006, ano em que a diferença, apesar de bastante significativa, era menor à verificada actualmente.

COMÉRCIO DE BENS							
BALANÇA COMERCIAL	2006	2007	2008	2009	2010	Var % <sup>a</sup> 06/10	Var % <sup>b</sup> 09/10
Expedições	10.136.283	10.978.895	10.875.695	8.652.918	9.786.636	0,0	13,1
Chegadas	17.386.807	18.618.894	19.786.691	16.764.743	17.685.210	0,9	5,5
Saldo	-7.250.524	-7.640.000	-8.910.997	-8.111.825	-7.898.574	--	--
Coefficiente Cobertura	58,3%	59,0%	55,0%	51,6%	55,3%	--	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Unidade: Milhares de euros

Notas:

(a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2006-2010

(b) Taxa de variação homóloga

Inclui estimativas para as não respostas e empresas situadas abaixo dos limiares de assimilação (isentas de declaração)

**Figura VII** – Quadro da Balança Comercial Luso-espanhola<sup>105</sup>.

Os números falam por si e devem ser uma fonte de inspiração para os empresários lusos, no sentido de modificarem as suas estratégias e das suas empresas na abordagem ao mercado vizinho, sobretudo quando estas se encontram, como referimos anteriormente, um momento de estagnação interna, não apenas pela frágil situação da economia portuguesa, mas pela falta de espaço no mercado interno.

Se em Espanha operam hoje 3.324 empresas portuguesas (dos mais diversos sectores), em Portugal há mais de 8.504 empresas espanholas a trabalhar cada dia<sup>106</sup>. Assim, podemos dizer que o volume de mercado conseguido pelos espanhóis na (pequena) economia portuguesa é imensamente superior ao verificado no sentido contrário, sendo que a capacidade de absorção do mercado espanhol é maior, com mais possibilidades, e com maior diversidade nas alternativas disponíveis para a implementação de uma empresa.

<sup>105</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Relações Económicas Bilaterais entre Portugal e Espanha*, 2006-2010, p. 15. <[www.Portugalglobal.pt](http://www.Portugalglobal.pt)>.

<sup>106</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Relações Económicas Bilaterais entre Portugal e Espanha*, 2006-2010, pp. 16-17. <[www.Portugalglobal.pt](http://www.Portugalglobal.pt)>.

É precisamente este ponto o que desperta a atenção dos analistas económicos, pois a deficitária balança comercial poderá chegar a ser compreensível se a justificarmos desde o ponto de vista de que Portugal importa aquilo que não tem capacidade de produzir internamente e, por isso, a proximidade com Espanha passa por ser a solução mais viável para obter ditos bens ou serviços a um custo mais barato. Contudo, a situação que concerne às empresas é muito diferente, pois mostra um claro empreendedorismo por parte espanhola e uma apatia portuguesa, que não deixa de ser constrangedora quando vemos que estamos perante um mercado quatro vezes maior, com mais possibilidades, aberto à Europa e ao Mundo, uma nova fonte para escoar os nossos materiais, e para expandir o comércio nacional além fronteiras.

Portugal precisa, apesar das dificuldades, de definir novas realidades, novos desafios e estratégias elaboradas a pensar na inserção comercial no mercado vizinho. Esta aproximação deverá ser feita, segundo as teorias de vários economistas, numa abordagem periférica, evitando os centros de poder. Esta teoria prende-se com o facto de a nossa proximidade cultural e económica com o norte de Espanha e com o espaço fronteiriço ser, sem dúvida, muito mais elevado, o que facilita o sucesso da implementação de empresas lusas em território espanhol.

As trocas comerciais realizadas entre os dois países Ibéricos podem ser analisadas desde diferentes perspectivas, e neste estudo serão tidas em conta os seguintes elementos: troca de produtos, serviços, turismo e investimento directo.

Assim, e baseando-nos nos dados facilitados pela AICEP no seu relatório anual do mercado espanhol, podemos ver que os cinco principais produtos exportados por Portugal para Espanha representam 52% do total das exportações para esse mercado e são: metais comuns (13.6%), veículos e outros materiais de transporte (10.3%), produtos agrícolas (10.2%), plásticos e borracha (8.9%), e máquinas e aparelhos (8.8%).

Importante será também destacar que dentro das vendas ao país vizinho, o sector dos produtos experienciou aumentos consideráveis com respeito aos valores obtidos no ano de 2009. Assim, os elementos que mais cresceram no passado ano foram: combustíveis minerais (+40.1%), pastas celulósicas e papel (+30.3%), produtos químicos (+26.7%), metais comuns (+21.2%), plásticos e borracha (+20.7%), e veículos e materiais de transporte (+19.6%). Pela negativa também houve resultados significativos tais como:

Produtos alimentares (-6.5%), máquinas e aparelhos (-1.4%), e madeira e cortiça (-1%)<sup>107</sup>. Como podemos ver, e apesar dos produtos cuja taxa de exportação diminuiu, os resultados de vendas gerais a Espanha aumentaram muito consideravelmente durante o ano findo, um passo importante para o paulatino avanço de Portugal na conquista de quota de mercado.

Por sua vez, a lista dos principais produtos importados por Portugal a Espanha, e que representam 57% das compras realizadas ao país, reflecte: produtos agrícolas (13.8%), máquinas e aparelhos (13.1%), metais comuns (11.3%), veículos e outro material de transporte (10.8%), e produtos químicos (8.3%).

Ao nível da exportação, os grupos de produtos que registaram um maior crescimento no ano de 2010 face ao ano anterior foram: metais comuns e combustíveis minerais (ambos +18%), veículos e outro material de transporte (+12.3%), e os produtos químicos (+11.2%). Por sua vez a compra de máquinas e aparelhos decresceu (-7.1%), assim como de minerais e minérios (-4.4%), e os instrumentos de óptica e precisão (-1.5%)<sup>108</sup>.

Na área dos serviços, uma área cada vez mais importante em Portugal, e que já conta com um amplo historial de existência do outro lado da fronteira, constatamos que: Espanha é o segundo cliente dos serviços fornecidos por Portugal, o que representa 14.3% das vendas neste sector. Já Portugal têm em Espanha o seu principal fornecedor de serviços, representando 23.1% das entradas de serviços no país. No gráfico seguinte “Balança comercial de serviços com a Espanha”, podemos observar a evolução desta relação.

---

<sup>107</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Relações Económicas Bilaterais entre Portugal e Espanha*, 2006-2010, p. 18. <[www.Portugalglobal.pt](http://www.Portugalglobal.pt)>.

<sup>108</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Relações Económicas Bilaterais entre Portugal e Espanha*, 2006-2010, p. 19. <[www.Portugalglobal.pt](http://www.Portugalglobal.pt)>.

Balança Comercial de Serviços com a Espanha

(10 <sup>3</sup> Euros)	2006	2007	2008	2009	2010	Var % <sup>a</sup> 06/10	Var % <sup>b</sup> 09/10
Expedições	2.256.176	2.607.861	2.768.745	2.434.253	2.507.248	3,2	3,0
Chegadas	2.246.033	2.462.422	2.700.651	2.389.800	2.514.505	3,3	5,2
Saldo	10.143	145.439	68.094	44.453	-7.257	--	--
Coefficiente Cobertura	100,5%	105,9%	102,5%	101,9%	99,7%	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2006-2010; (b) Taxa de variação homóloga

**Figura VIII** – Quadro da Balança comercial luso-espanhola do sector Serviços<sup>109</sup>.

Podemos então dizer que o sector serviços é sector mais equilibrado, tendo dado uma grande vantagem a Portugal sobre o mercado espanhol. Em 2010 Portugal vendeu a Espanha serviços pelo valor de 2.507 milhões de Euros, importando 2.515 milhões de Euros em serviços daquele país. Apesar de neste sector os valores estarem mais equilibrados, pela primeira vez nos últimos cinco anos, Portugal ficou atrás na Balança Comercial luso-espanhola de serviços.

A Espanha, Portugal vende principalmente os seguintes serviços: viagens e turismo (44.5%) transportes (25.8%) serviços fornecidos por empresas (15.9%), serviços de construção (6.1%), e de comunicação (2.4%). E compra neste mercado: viagens e turismo (36.5%) transportes (29.8%), serviços fornecidos por empresas (14.5%), serviços de natureza pessoal, natural e recreativa (4.1%), de comunicação (3.4%), serviços financeiros (2.8%), seguros (2.8%), informação e informática (2.6%), e construção (2%)<sup>110</sup>.

Os serviços que registaram consideráveis aumentos foram: do lado das expedições portuguesas serviços de natureza pessoal e cultural (+49% com relação a 2009), outros serviços fornecidos por empresas (+8%), e viagens e turismo (+6%). Do lado da importação de serviços, a Espanha verifica-se um aumento em: serviços financeiros (+50%), seguros (+15%), e serviços de natureza pessoal e cultural (+11%).

<sup>109</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, <Espanha – Ficha país>, 2011, p. 20.

<sup>110</sup> *Idem*.

Já na área do turismo, uma das grandes apostas dos últimos anos a nível Ibérico, procurando captar o máximo de atenção possível do outro lado da fronteira<sup>111</sup>, encontramos uma colaboração directa entre os dois países.

No ano passado, Espanha foi o principal emissor de turistas para Portugal. O número de espanhóis que visitaram o nosso país, ajudando assim a dinamizar a nossa economia e os seus mais diversos sectores, ascendeu a 1.3 milhões de visitantes (20.1% do total de turistas que visitaram o país). Um sinal positivo para Portugal, sem dúvida, que viu assim aumentar a percentagem de visitantes espanhóis em 2.6% face ao ano de 2009. Deste modo as receitas geradas por turistas espanhóis aumentaram 5.6% no ano passado, ascendendo a 1.1 mil milhões de Euros (14.4% do total gerado na área do turismo em Portugal no ano 2010)<sup>112</sup>.

Por último, daremos ênfase à análise do investimento directo bilateral, que nos mostra novamente uma significativa discrepância nos números obtidos pelas duas partes:

Neste caso Portugal situa-se como primeiro investidor em Espanha, em 2010 os índices do IDE espanhol colocavam Portugal como o representante de 16.1% do total de IDE Bruto no país. Já Espanha, que no ano 2004 chegou a ser igualmente o primeiro investidor no mercado luso, ocupa hoje o quarto lugar, representando com esse investimento 13.6% do total de IDE em 2010.

Dados adiantados pelo Banco de Portugal ditam que em 2010 o Investimento espanhol no nosso mercado chegou aos 4.799 milhões de Euros brutos (+15.3% do que em 2009). Estes investimentos dirigiram-se principalmente aos seguintes sectores: indústrias transformadoras (37.1%), comércio por grosso e a retalho (35.8%), actividades de consultoria, científica e técnica (8.5%), actividades financeiras e seguros (7.3%), electricidade, gás e água (3.5%), e finalmente a área da construção (2.2%)<sup>113</sup>. No seguinte quadro podemos observar com maior facilidade os contornos e a evolução destes investimentos.

---

<sup>111</sup> Será importante relembrar os anúncios televisivos, cartazes publicitários e panfletos promocionais que as Oficinas de Turismo dos países promovem junto do seu vizinho. A ampla propaganda que tem vindo a ser feita por Portugal sobre Espanha é derivada de uma estratégia promocional dirigida exclusivamente ao público português, com o devido consentimento das entidades nacionais, para captar novos targets. A mesma situação, embora ainda que menos expressiva, se verifica do outro lado da fronteira, com a sua respectiva promoção de Portugal como país de destino turístico. O objectivo será, assim, criar um recanto Ibérico de lazer e bem-estar que se torne convidativo ao mundo pelas suas características únicas e variadas.

<sup>112</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, <Espanha – Ficha país>, 2011, p. 24.

<sup>113</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, <Espanha – Ficha país>, 2011, p. 22.



Investimento Directo de Espanha em Portugal (IDE)

(10 <sup>3</sup> EUR)	2006	2007	2008	2009	2010	Var % <sup>a</sup> 06/10	Var % <sup>b</sup> 09/10
ID Espanha em Portugal	4.196.491	5.400.448	5.507.296	4.153.064	4.798.855	5,4	15,3
Desinvestimento	1.887.525	3.750.148	5.059.200	3.470.320	6.075.052	44,3	75,1
Líquido	2.308.966	1.650.300	448.096	682.744	-1.285.197	--	--
% IDE total <sup>c</sup>	12,8	16,5	15,6	13,0	13,6	--	--
Origem <sup>d</sup>	5	2	3	5	4	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2006-2010

(b) Taxa de variação homóloga

(c) Com base no ID bruto total de Portugal

(d) Posição enquanto Origem do IDE bruto total, num conjunto de 55 mercados

**Figura IX** – Quadro da Evolução do Investimento directo de Espanha em Portugal<sup>114</sup>.

Por curiosidade económica, é de notar que as principais regiões espanholas que investiram no nosso país em 2010 foram a Andaluzia (94% do total – 593 milhões de Euros) e Madrid (4%), sendo a primeira região principalmente impulsionada pelos cortes verificados na Zona Económica Exclusiva - de Portugal (ZEE) na pesca e agricultura, o que permitiu e facilitou a entrada e o investimento andaluz nestas mesmas áreas.

O número de investidores espanhóis em Portugal, como se vê, não só tem variado como tem vindo a ser bastante flutuante, com picos de desinvestimento bastante fortes. Contudo os sectores da Banca, alimentação, confecções, hotelaria e turismo, continuam a ser muito procurados pelos espanhóis, num reconhecimento de qualidade dos serviços e da indústria portuguesa.

Por parte de Portugal, o investimento na economia espanhola tem vindo a diminuir, também devido à realidade da conjuntura interna portuguesa, tendo registado no ano de 2010 valores brutos de 928 milhões de Euros (uma diminuição de 26.2% face ao ano anterior. Já o investimento líquido não ultrapassou os 208 milhões de Euros, devido, claro, ao grande desinvestimento verificado.

Os principais sectores de destino destes investimentos portugueses foram: actividades financeiras e seguros (66.4%), indústria transformadora (11.6%), sectores da electricidade, gás e água (3.7%), comércio por grosso e a retalho (3.4%), e o sector da

<sup>114</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, <Espanha – Ficha país>, 2011, p. 21.

construção (3.1%)<sup>115</sup>. Novamente, e com a ajuda de um quadro, podemos verificar as alterações ocorridas nos últimos anos.

Investimento Directo de Portugal em Espanha (IDPE)

(10 <sup>3</sup> EUR)	2006	2007	2008	2009	2010	Var % <sup>a</sup> 06/10	Var% <sup>b</sup> 09/10
ID Portugal em Espanha	1.083.552	1.940.456	2.231.925	1.257.462	927.599	6,1	-26,2
Desinvest.	357.932	1.394.266	2.324.567	1.105.147	720.058	67,2	-34,8
Líquido	725.620	546.190	-92.642	152.325	207.541	--	--
% IDPE total <sup>c</sup>	11,0	13,1	19,6	16,2	16,1	--	--
Destino <sup>d</sup>	2	2	2	2	2	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2006-2010

(b) Taxa de variação homóloga

(c) Com base no ID bruto total de Portugal

(d) Posição enquanto Destino do IDPE bruto total, num conjunto de 55 mercados

**Figura X** – Quadro do Investimento directo de Portugal em Espanha<sup>116</sup>.

Já o investimento português dirigiu-se às seguintes Comunidades Autónomas espanholas: Castilla la Mancha (36.9%), Catalunha (29.6%) e Madrid (29.6%).

Como vimos no decorrer da análise económica Luso-espanhola, facilmente podemos perceber as diferenças existentes entre as economias e modos de actuação dos dois países Ibéricos. Já não são só as diferenças existentes no seu posicionamento macroeconómico, mas também as diferenças experimentadas a nível bilateral (naquilo a que hoje se conhece como uma economia “doméstica”), onde se verificam as grandes e acentuadas divergências Ibéricas, e a possível resposta para a disparidade entre elas.

Portugal e Espanha, dois países que até agora formavam dois blocos distintos, vêm-se hoje, mais do que nunca, unidos na mesma dinâmica de economia Peninsular. Na prática foi amplamente criada uma rede Ibérica de trabalho e sistemas de coordenação; estes passam pelos mais pequenos detalhes, como a partilha de uma rede de internet Ibérica aplicado a algumas empresas que operam dos dois lados da fronteira (rede esta que é controlada do lado espanhol, mas que fornece o sistema de internet a Portugal, passando pelos mecanismos internos do país), até um sistema de organização conjunta e aplicada indiferenciadamente a toda a Península.

<sup>115</sup> AICEP. PORTUGAL GLOBAL, <Espanha – Ficha país>, 2011, p. 23.

<sup>116</sup> *Idem*.

São todos estes avanços bilaterais os que têm vindo a marcar a diferença na gestão económica das empresas Ibéricas. Não parte apenas de um patamar político superior, mas sim de mecanismos comuns de organização que passam por unir como um todo as economias de Portugal e Espanha, como se de uma só se tratasse, para assim facilitar o funcionamento das empresas transfronteiriças. É já iniciativa de empresários, gestores, funcionários e até dos principais investidores, ver a Ibéria como um bloco central que funciona em uníssono e que não é teórica nem praticamente desagregável.

Este método funcional adoptado na última década tem sido bastante recorrente e até bastante benéfico para ambas as economias. Contudo o poder e a gestão principal deste espaço económico comum parece ter estado sempre do lado espanhol, o que em tempos de estabilidade financeira era visto com optimismo do lado luso. Havia um compromisso, um funcionamento equilibrado e respeitoso para com o sistema português, mas agora, e perante as alterações verificadas a nível interno - com a intervenção Comunitária na economia portuguesa, o perigo, o risco ou até o medo geral, reside em saber se caso Espanha venha a manter as suas empresas no país, o fará sem querer em troca um domínio muito superior ao até agora demonstrado. Sob o pretexto de necessitar absorver mais encargos, responsabilidades e controlo por “motivos de segurança”, Espanha pode galopar no mercado português reduzindo o seu espaço natural de manobra comercial. Poderá este vir a ser um primeiro passo para o definitivo controlo do mercado português? Até que ponto a nossa debilitada economia pode facilitar, e inevitavelmente encorajar, o caminho conquistador do gigante espanhol?

#### IV. ANÁLISE SWOT DA UNIÃO ECONÓMICA IBÉRICA

Com base no estudo económico anteriormente realizado, e para responder à questão central que até agora nos tem acompanhado; *Se através de uma manobra económica Espanha conseguir criar a Ibéria, poderá Portugal reverter essa estratégia?* Realizaremos uma análise SWOT<sup>117</sup> que nos permita identificar mais detalhadamente quais os pontos fortes e os pontos fracos, que existem na economia portuguesa, e como eles se relacionam e fazem frente às oportunidades e ameaças que se adivinham por parte espanhola. Tentaremos assim perceber, com base na perspectiva actual, como apesar de ter uma economia que tradicionalmente tem estado atrás em termos comparativos, é possível que Portugal consiga em si mesmo, e com as suas potencialidades, tirar o melhor partido das oportunidades surgidas, e minorar os efeitos das ameaças que inevitavelmente surgem na relação Lusa com Espanha.

A Matriz SWOT que aqui faremos consta de duas áreas fundamentais; o estudo a nível interno da situação (Portugal), e o estudo da realidade externa (Espanha). Dentro da observação interna teremos os nossos Pontos Fortes e os Pontos Fracos, enquanto a nível externo contaremos com o estudo das Oportunidades e das Ameaças existentes. A sobreposição dos elementos, num estudo intercalar, e a conjugação dinâmica dos quatro, dará à análise um carácter prático e próximo da situação actual, o que ajudará a ver desde todos os prismas os benefícios que a nossa economia tem e que deverá fomentar, assim como mostrará aqueles pontos menos estáveis mas que deverão ser ultrapassados com o aproveitamento das capacidades do mercado nacional. Tentaremos, assim facilitar o estudo económico e a posterior toma de decisões.

---

<sup>117</sup> A técnica da análise SWOT é utilizada na generalidade dos processos estratégicos. As suas siglas remetem para o essencial do seu método: Strengths (forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (oportunidades), e Threats (Ameaças). Este conjunto de elementos permite-nos perceber quais os aspectos que caracterizam a nossa posição estratégica num dado momento, prevendo futuros desenvolvimentos e impactos sobre a organização em causa.

		ANÁLISE INTERNA	
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
ANÁLISE EXTERNA	OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Porta Atlântica para a América (espaço latino) e aumento das exportações por via portuguesa.</li> <li>- Expansão de empresas portuguesas aproveitando a dimensão do mercado espanhol.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indústria portuguesa em risco de falência e potenciais investidores espanhóis.</li> </ul>
	AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabilidade Bancária portuguesa ameaçada pela superior dimensão e poder de Bancos espanhóis, podendo derivar na sua absorção.</li> <li>- Igual caso se passa com empresas portuguesas (ex: agricultura, pesca).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fuga de cérebros e trabalhadores qualificados, e absorção de mercado por parte espanhola.</li> </ul>

Figura XI – Quadro da Matriz SWOT

Para a elaboração da nossa análise SWOT seleccionámos os seguintes elementos de estudo: dois tópicos correspondentes aos Pontos Fortes e às oportunidades existentes, assim como para Pontos Fortes e Ameaças. Nos Pontos Fracos contamos com um elemento de estudo tanto para a sua conjugação com as oportunidades, como com as ameaças.

Pontos Fortes (S) e as Oportunidades (O): Internamente Portugal detêm uma série de características que fazem da sua economia o berço de grandes oportunidades de negócio, oportunidades estas que devem ser aproveitadas a todos os níveis e que sobretudo devem ser pensadas estrategicamente tendo em conta o seu parceiro comercial mais próximo, Espanha. Tendo este objectivo por base, detectámos as seguintes relações:

1. Portugal como porta Atlântica para a América e o seu espaço latino (S), e o respectivo aumento das exportações espanholas por via portuguesa (O). Este ponto tem uma importância fulcral na nossa economia, é importante ver as bases de apoio para o seu desenvolvimento. Portugal é, na Europa, o principal ponto de ligação à América, o seu espaço natural único facilita o seu acesso ao outro lado do mundo, e por isso esta passa a ser uma característica fundamental a ser trabalhada na nossa economia. Importante é, também, saber aproveitar o mercado que conosco faz fronteira, pois com ele partilhamos o imenso espaço hispano-americano com o qual tanto Espanha como Portugal têm uma íntima relação de intercâmbios comerciais.

Aproveitar a nossa Costa Atlântica passa directamente por aumentar a capacidade dos portos portugueses e a sua ligação à América Latina, sendo que com isso seriam fomentadas as exportações espanholas para o seu imenso mercado latino. Permitiríamos, assim, que através do aproveitamento dos portos portugueses passassem mais mercadorias espanholas, a níveis muito superiores aos até agora praticados. Seria criada uma rede de funcionamento em alta escala, com portos de maior dimensão, mais espalhados ao longo da nossa costa para permitir o rápido acesso às regiões fronteiriças Luso-espanholas, marcando deste modo o nosso país como a porta de saída e de entrada do comércio com as Américas. Portugal passaria a estar no centro de uma rede de importação/exportação da qual teria de tirar o maior partido possível a nível económico, e de regalias pela sua “cedência” portuária, que só ajudaria a fomentar a economia portuguesa, e em consequência a aumentar as trocas comerciais tão necessárias para o aumento do PIB nacional.

2. Expansão de empresas portuguesas (S) aproveitando as dimensões do mercado espanhol (O). Cada dia são mais as empresas portuguesas que procuram não só diversificar o seu papel como aumentar o seu campo de acção à procura de novos mercados. O que para alguns poderia supor uma barreira, no caso de Espanha e Portugal é, sem dúvida, uma ponte para o sucesso. Como vimos na nossa análise económica bilateral, a movimentação de empresas dentro do espaço peninsular é já uma realidade desde há mais de uma década, contudo, e visto desde a perspectiva portuguesa, os empresários lusos têm do outro lado da fronteira um mercado de 40 milhões de consumidores, um mercado com uma dimensão quatro vezes maior ao existente no nosso país, a quase inexistência da barreira linguística e a cada vez mais facilitada burocracia bilateral. É por isso fundamental incentivar o ramo empresarial português para que aproveite a sua, neste caso, privilegiada posição geográfica para crescer no mercado vizinho, com tudo o que de bom tem para oferecer ao nosso, ajudando com isso à internacionalização das suas empresas e dando um passo mais para se ir aproximando do resto da Europa.

Pontos Fortes (S) e as ameaças existentes (T): A par das oportunidades a serem aproveitadas, há também certas ameaças externas que deverão ser evitadas através do aproveitamento dos pontos fortes existentes a nível interno, para assim minorar os efeitos que tais ameaças possam ter na prática. Deste modo, e para perceber os limites a serem impostos por Portugal, hoje, face a Espanha, destacamos:

1. A estabilidade Bancária portuguesa (S) ameaçada pela superior dimensão e poder dos bancos espanhóis (T). A banca privada portuguesa tem tido na sua maioria uma muito

considerável estabilidade financeira, embora dados recentes mostrem que a estabilidade foi, por vezes, algo periclitante, a verdade é que o grosso dos Bancos nacionais conseguiu ultrapassar a depressão financeira sem grandes alterações práticas. Assim, ressaltamos o já referido aumento que tem vindo a experienciar noutros mercados, e o prestígio que com essa expansão tem alcançado. Contudo, o tão próximo (e como vimos por vezes benéfico) mercado espanhol, pode supor um problema para o equilíbrio da nossa banca.

Espanha tem uma rede nacional bancária muito superior à portuguesa. Se a nossa expansão no mundo é uma realidade, então a fusão e o domínio experimentando nesta área, pelos espanhóis, é um motivo de alarme para este sector luso. O poder dos seus investimentos, a grandiosidade dos mesmos e a facilidade com que hoje os bancos espanhóis se espalham pelo mundo, terão de fazer repensar a estratégia portuguesa não só na hora de captar clientes, como também no momento de se posicionar nos mercados internacionais.

Portugal é hoje um país que alberga centenas de espanhóis, e é precisamente este facto o que facilita a intervenção bancária espanhola no nosso território, a modo de aproximação dos seus emigrantes em Portugal. Aquilo que hoje ainda se poderia dizer que é uma tímida intervenção no nosso país, mostra ter tendência a aumentar, e por isso a banca nacional deverá salvaguardar todos os seus elementos estabilizadores para evitar possíveis OPAS<sup>118</sup>, assim como criar uma estratégia de acção que impeça a existência de lacunas na sua actividade e respectiva prestação de serviços, pois assim só iriam facilitar a entrada espanhola na concorrência activa contra a banca portuguesa.

2. Empresas portuguesas com sólida presença no mercado nacional (S) e a concorrência espanhola (T). Caso em muito similar ao anterior, mas agora tendo em conta as empresas nacionais (têxteis, pesqueiras, alimentares, etc.) que operam a nível nacional, tendo alcançado boas quotas de mercado e merecido reconhecimento, mas que perante uma produção em massa como a espanhola (que por produzir em tão grande escala se pode permitir a diminuição dos preços), pode vir a perder o seu espaço no mercado português e ser absorvido pelo “gigante” espanhol.

Hoje as empresas a nível global jogam no sistema internacional com uma mesma regra: a da concorrência. Esta é cada vez mais desmedida, voraz e sem limites. Toda empresa constituída, e que opere num mercado, parte do princípio de que a sua existência depende directamente dos avanços de terceiros. Voltando ao caso português e à sua

---

<sup>118</sup> Oferta Pública de Aquisição: processo através do qual um accionista ou uma sociedade pretende comprar uma participação ou a totalidade das acções de uma empresa cotada na Bolsa de valores.

proximidade territorial com Espanha, volta a ser ponto assente que o nosso país está perante uma economia bastante activa, e tal como a parte portuguesa, também ela procura novas oportunidades para além das suas fronteiras. Recuperando também as diferenças de magnitude entre os países, rápido percebemos o porquê da necessidade de acentuar a qualidade dos produtos e serviços produzidos em Portugal, a necessidade de criar uma relação próxima com o consumidor visando a sua fidelização, e a crescente necessidade de aperfeiçoar novos métodos, e novas técnicas que nos diferenciem do resto. Só assim poderemos combater na linha da frente com empresas espanholas que, sendo do mesmo sector, desejem experimentar as vantagens do mercado português.

É na já sólida presença das nossas empresas junto do público, que deve ser feito o trabalho de campo para assegurar o espaço conquistado, e impedir que uma economia externa marque aí a sua presença, retirando as empresas portuguesas do até agora seu espaço de manobra natural.

Uma vez analisadas as combinações económicas dos Pontos Fortes a nível interno, com as ameaças e as oportunidades surgidas a nível externo, passaremos à segunda parte da análise SWOT, aquela onde serão feitas as combinações dos pontos fracos da economia portuguesa, que deverão ser combatidos e minorados, perante as oportunidades e as ameaças representadas por Espanha.

Pontos Fracos (W) e as Oportunidades (O) existentes: Na nossa economia encontram-se alguns pontos fracos que a poderiam debilitar, contudo as oportunidades que surgem do lado espanhol poderão ser aproveitadas para minimizar estes mesmos pontos fracos através da estimulação e boa gestão destes benefícios externos.

1. Indústria portuguesa em risco de falência (W) e potenciais investidores espanhóis (O). Como vimos no ponto III, em Portugal muitas têm sido as empresas que por dificuldades financeiras, derivadas da actual crise, tiveram em risco de fechar, se é que não chegaram a ter de encerrar portas definitivamente. Perante esta situação, e com o crescente risco de falência apresentada por alguma da indústria chave da economia portuguesa, este sector poderá ter no leque de investidores espanhóis a solução para evitar chegar ao ponto de ruptura total.

É certo que pedir ajuda a outro mercado, e ser vendido a este mesmo, é o fim da empresa como activo do país, pois passaria a ser detida por uma economia concorrente. No caso de empresas que são símbolo da nossa economia, e que desde há décadas operam no país e que são uma referência pela sua produção, não deixa de ser igualmente



importante que estas não cessem a sua actividade. A preservação da identidade e nacionalidade da indústria é fundamental para o bom nome da mesma, pelo que em determinadas ocasiões poderá haver intervenção do Estado para evitar o trespasse da identidade desta (exemplo claro de uma situação similar deu-se na Itália quando o governo interveio para salvar a indústria leiteira italiana Parmalat, da falência). Contudo, exemplos destes não sempre são possíveis, e perante a alternativa de perder uma fonte de rendimento nacional, postos de trabalho e produção interna, há que incentivar os empresários a detectar a melhor opção dentro dos investidores espanhóis, que pela sua proximidade e futura possível colaboração, são os mais apropriados para este tipo de fusão.

Pontos Fracos (W) e as ameaças apresentadas (T): dentro dos pontos fracos registados na economia de um país, é importante ter em conta que as ameaças vindas de fora são uma constante e, por isso, e pelo efeito nefasto que podem vir a ter, devem ser combatidas. Também Portugal tem no seu país vizinho uma fonte de ameaças ao equilíbrio do país, das quais destacaremos a seguinte:

1. Fuga de cérebros e de trabalhadores qualificados (W) e absorção de activos espanhóis (T). No seguimento da crise internacional aqui analisada, Portugal tem vindo a sofrer nos últimos anos uma crescente fuga para o estrangeiro de uma nova geração qualificada, preparada e com uma enorme vontade de criar. A falta de condições económicas para a sua permanência no país, levaram a que muitos jovens e adultos em idade activa, procurassem um novo destino para o exercício das suas funções. A situação não seria de lamentar se abundasse pessoal qualificado para a manutenção das estruturas do país.

Esta perda de uma das bases mais importantes da sociedade, põe o país numa situação delicada, sobretudo em momentos como os que atravessamos actualmente em que é tão necessário recolher e pôr em prática novas ideias, novos mecanismos de salvamento do Estado, novos métodos de organização e coordenação, num momento em que é tão necessário levantar o país.

Considerado este como um ponto fraco a nível nacional, aparece como ameaça, uma vez mais, o mercado espanhol, que pela sua reiterada grande dimensão “exporta” profissionais qualificados para os quatro cantos do mundo. Um país com mais de 40 milhões de habitantes, e que também se encontra neste momento a meio de uma crise financeira, está mais aberto a encontrar para além das suas fronteiras um espaço para os seus jovens licenciados. Portugal passou, pelas condições inigualáveis que tem e pela proximidade, a ser um dos países receptores destes profissionais. O problema surge quando esta entrada

no nosso país se faz acompanhar das empresas espanholas e do poder espanhol, assim como do domínio deste sobre a nossa economia, quando esta fica “pobre” dos seus nacionais para a defenderem, pois por falta de oportunidades internas estes são levados para fora do país, deixando-o despido perante Espanha.

É sob o risco de absorver demasiada força activa espanhola, que futuramente faça perigar a estabilidade nacional dos nossos mercados, que as elites políticas junto com os empresários, deveriam urgentemente de unir esforços para travar a “fuga” dos portugueses qualificados, dando-lhes incentivos e, sobretudo, envolvendo-os emocionalmente no sentido patriótico de defesa do Estado soberano português, e na limitação da penetração económico-financeira espanhola no país. Só com um grande sentido da necessidade de preservar a nação, e com a consciência de que não é de todo impossível vir a observar uma “invasão” económica espanhola que, por ser extensiva, se apodere da gestão de importantes sectores nacionais, é que se conseguirá reduzir a imigração qualificada e a necessidade de importar mão qualificada estrangeira.

Em definitiva, e depois dos elementos aqui apresentados na análise da matriz SWOT, podemos afirmar que o nosso país conta com pontos-chave fundamentais para manter o seu equilíbrio, mas que necessita urgentemente de pensar a longo prazo, jogar as suas cartas de maneira estratégica e preventiva, de forma a preparar o futuro económico nacional.

Certo é que a situação actual não se apresenta promissora nem fácil nos mais diversos ramos da economia portuguesa, e que a sua vizinha Espanha tão rapidamente é um aliado, como uma força ameaçadora da estabilidade interna. Mas a economia portuguesa, embora debilitada, tem condições para continuar a ser capaz de fazer face a qualquer ameaça externa, assim como é extremamente capaz de actuar, sempre e quando entenda atempadamente quais os riscos que poderão fazer balançar a nossa economia, naqueles que são os seus pontos mais fracos. Pôr uma solução às ameaças ou riscos observados não sempre é possível, muito menos na conjuntura internacional em que hoje vivemos, mas o combate estratégico a cada uma das forças desestabilizadoras, é fundamental para impedir o retrocesso do país e, mais ainda, para não permitir que a sua frágil economia se afunde ou estagne ainda mais. É por isso mister dizer que Portugal deve recuperar a confiança em si, e impedir que o seu potencial estratégico (mão de obra especializada, activos financeiros, etc.) se afaste por falta de opções internas, pois esse “facilitar a fuga” é sinónimo de abrir as portas a terceiros, abrir as portas a quem poderá

dominar as principais áreas produtivas do país, tirando-lhe assim o selo da sua nacionalidade.

As economias Peninsulares apresentam, segundo os dados aqui plasmados, uma grande disparidade no seu posicionamento e influência no mundo. Assim, podemos dizer que o mercado espanhol é, hoje em dia, mais forte do que o português. As causas que influenciam estes resultados prendem-se com a dimensão e estratégia económica de cada um dos mercados em causa, sendo que o espanhol tem tido uma posição mais sólida e próxima dos mercados internacionais.

Não só a nível macroeconómico, mas também na sua relação económica bilateral, estes dois países mostram diferenças significativas na sua abordagem comercial, o que tem deixado tradicionalmente a Portugal numa posição desfavorável na balança comercial Ibérica, enquanto Espanha ganha terreno face à nossa economia. Serviços, venda de bens e produtos, ou investimento directo, em todos estes campos o país vizinho mostra um maior domínio e controlo que, até à data, Portugal não conseguiu igualar.

Se bem é verdade que a nossa realidade (social, económica, etc.) não nos permite uma equiparação, também é verdade que Portugal tem capacidades suficientes para fazer face ao domínio espanhol sem necessidade de temer uma subversão económica a nível Ibérico.

Respondendo à nossa questão derivada: *A actual aproximação económica de Espanha poderá supor uma ameaça real para a economia portuguesa?* podemos dizer que para contrariar esta tendência de absorção económica espanhola, Portugal conta com poderosos aliados nacionais, com factores internos que podem ajudar a conter o avanço da economia espanhola, e a fomentar a estratégia de posicionamento nacional.

Embora Portugal seja hoje um país inevitavelmente dependente do exterior para o equilíbrio das suas finanças, é também um país cada vez mais consciente da necessidade de desenvolver a marca “nacional” para bem do próprio país. Esta é uma “marca” que não se resume apenas aos bens transaccionados, mas que se estende a todos os elementos e serviços que possamos utilizar. O país é cada vez mais consciente do seu saber fazer e da fundamental necessidade de fomentar as suas potencialidades, o que afasta qualquer

“perigo” que venha das economias estrangeiras. É a vontade geral de um povo a que, com o tempo, pode regular e encaminhar a economia de um país.

## CONCLUSÃO

O estudo realizado “O *Caminho da Ibéria*” teve por objectivo apresentar, através da observação de uma série de factores decisivos, aquilo que são os alicerces e as debilidades das relações económicas Luso-espanholas e, principalmente, saber quais as possibilidades que o nosso sistema económico tem de fazer face ao da vizinha Espanha, para conseguir salvaguardar a economia do país. Para tal, foi aqui elaborada uma análise que procurou, desde o seu início, explicar as intensas relações que os dois países Peninsulares tiveram desde os primórdios da história.

Deste modo, e para dar uma resposta estruturada à nossa questão central: *Se através de uma manobra económica Espanha conseguir criar a Ibéria, poderá Portugal reverter essa estratégia?* Fizemos um extenso recorrido interdisciplinar que vai desde a história Ibérica, até à realidade que hoje caracteriza estes dois países. Considerámos, portanto, que só tendo um conhecimento amplo e diferenciado do Iberismo, poderíamos atender com detalhe aos requisitos de resposta desta questão central do nosso estudo.

A tripla abordagem desenvolvida (histórica, teórica e económica) permitiu-nos ter uma visão mais nítida daquilo que tradicionalmente tem sido a base dos interesses existentes entre Espanha e Portugal. Se no primeiro ponto (História), encontrávamos o diversificado leque de tentativas unionistas que se deram na Península ao longo da história, no segundo (Autores), demos voz a uma panóplia de teóricos que baseados nessa mesma história criaram dois movimentos: Por um lado encontrámos aqueles que defendiam uma união centralizada; já fosse numa República Federal – como a do açoriano Antero de Quental - ou numa monarquia partilhada – como a do espanhol Leopoldo Alas Clarín -. Os autores pró-Iberismo levantaram a voz para chegar às elites governantes, a quem pretendiam mostrar que a união Ibérica era possível desde várias perspectivas; cultural, política, emocional... fosse qual fosse a escolhida, seria a ideal como ponto de partida para a grande Ibéria. No outro lado, o anti-Iberista, exaltaram-se os autores que como o Embaixador português Franco Nogueira julgavam com receio o vizinho espanhol. Para os nacionalistas era clara a ideia de que o glorioso passado português era mais do que suficiente para fazer do país uma âncora forte do panorama internacional.

Estas duas áreas iniciais do estudo permitiram-nos responder a duas das questões derivadas desta análise, questões fundamentais para dar uma solução à nossa pergunta central. Assim, e em resposta à questão histórica: ***Será que podemos, à sombra do***

***caminho percorrido pela Ibéria, considerar que é na sua unificação que reside o sucesso Luso-espanhol?*** Afirmamos que a observação do passado dos países Ibéricos evidencia como Espanha e Portugal demonstraram ser dois países mais sólidos e prósperos quando separados, pois era essa mesma separação a que os motivava e incentivava a desenvolver as suas capacidades internas a favor do Estado. A União Ibérica revelou ser, mais tarde ou mais cedo, um factor impeditivo da evolução dos países, por fragilizar aquilo que é a sua essência.

Do lado teórico fizemo-nos ajudar pela questão: **Dos teóricos que trataram o Iberismo, quais souberam “agarrar” a história mais firmemente, de modo a aplicar as suas conclusões na prática?** Para alcançar novos pontos de vista que nos conduzissem à questão final. Assim, encontramos a resposta nos autores pró-Iberistas, por considerarmos que foram eles os que conseguiram dar uma resposta aplicável à estrutura dos países. Pese embora as suas ideias não fossem exequíveis, ou não se tenham verificado, a verdade é que foram estes intelectuais Iberistas, como António Sardinha (e a sua aliança política) ou Unamuno (e a união cultural), os que sustentaram os seus ideias com um esquema definido para a questão Peninsular.

Por último, e como centro analítico deste estudo, debruçámos toda a nossa atenção na análise das relações económicas Luso-espanholas, o que nos permitiu ver a grande lacuna que hoje as separa, isto é, o enorme avanço que Espanha tem experienciado, e a retracção portuguesa. Demos, com este ponto, resposta à questão derivada: ***A actual aproximação económica de Espanha poderá supor uma ameaça real para a economia portuguesa?*** Perante a já mencionada superioridade económica espanhola, Portugal, um país inevitavelmente dependente do exterior, encontra-se numa situação delicada, contudo tem à sua disposição elementos internos fortes e estáveis que poderão ajudar o país a contornar a “invasão” estrangeira, nomeadamente a da vizinha Espanha, bastando pôr em funcionamento o prioritário sistema comercial português.

Ao observar os indicadores económicos Peninsulares vemos que se Portugal cresceu no fim do século XX, Espanha fê-lo ainda com mais intensidade, e aproveitou a grande escala o seu mercado fronteiriço; entrou no nosso país, marcou presença em todos os sectores económicos e deixou, com isso, um aviso aos portugueses: Não basta crescer e procurar um porto seguro para as nossas economias, há que ser arrojado na expansão das empresas, há que lutar para ganhar quota de mercado, há que competir de perto com os melhores e, sobretudo, com aqueles a quem também abrimos o nosso espaço, só assim conseguiremos nivelar a balança comercial lusa com o resto do mundo.

Em âmbito mais restrito, já centrados nas suas relações bilaterais, regressamos à nossa questão central, isto é, à possibilidade de Espanha criar uma união Ibérica através da economia, e de Portugal conseguir contornar essa tentativa através do uso das suas capacidades internas: ***Se através de uma manobra económica Espanha conseguir criar a Ibéria, poderá Portugal reverter essa estratégia?*** Dando resposta à questão, e tendo em conta todos os elementos neste estudo analisados, podemos dizer que para fazer face ao “gigante” e ambicioso mercado espanhol será necessário criar métodos e técnicas defensivas como:

- Aumento da contra-manobra económica portuguesa, perante o observado superior domínio espanhol nas relações económicas bilaterais;
- Estimulação do que é “nacional” em detrimento da “invasão” espanhola, tanto em bens e serviços como em recursos humanos;
- Aproveitamento da vizinha Espanha como rampa e suporte da economia e política portuguesas no panorama europeu, criando um elo de ligação forte entre as nações, mas não de submissão nem absorção de uma pela outra;
- Desenvolvimento da relação portuguesa com o Atlântico, dominar activamente as suas rotas e comércio, marcando assim uma separação, uma autonomia em relação a Espanha, e fomentando novos caminhos e opções comerciais.

Estas são algumas das propostas de acções a desenvolver, e que poderiam vir a ser fomentadas para evitar a absorção de Portugal por Espanha. Mas mais além destes princípios económicos, e porque embora o cerne do estudo seja exactamente esse, há muito para perceber dentro desta temática já que ao longo da história não sempre foi possível dissociar as diversas motivações que levaram às tentativas de unificação Ibérica. Os interesses económicos uniram-se às motivações políticas, e estas às ambições imperialistas, que se serviram das forças militares e das suas massas populacionais para avançar... como vemos não há um único motivo para a Ibéria, haverá, isso sim, um grande motivo para a preservação dos Estados.

Como o Iberismo é em si um tema de profunda análise e com um vasto leque de temas interligados entre si, é importante dar relevância a outros factores que pela sua magnitude e expressão nacional vão directamente ao encontro daquilo que deverá ser a luta e defesa portuguesa pela sua integridade e independência, principalmente a económica. E é que Portugal é um país cheio de história, de costumes e tradições, todos eles elementos que fazem deste um país único. Apesar de estar a atravessar um período menos áureo, a verdade

é que há em si um forte sentimento nacionalista, e seria extremamente desencorajador assistir ao abandono de uma pátria, ao esquecimento dum país que já foi no mundo tão importante quanto Portugal, e é por isso que a luta pela manutenção dos princípios soberanos portugueses se torna tão necessária.

Por sua vez a Espanha não deixará nunca de ser o nosso mais próximo e necessário aliado, com ela, cada vez mais, caminharemos juntos na Europa e no mundo, mas olhando para trás, e atendendo ao que hoje somos, é importante perguntarmo-nos se de facto os países Ibéricos, e a própria Europa, estão preparados para uma definitiva união dos países da Península Ibérica.

A utilização de diversas fontes de informação ajudou-nos ainda a perceber elementos essenciais e contributivos a esta análise. Percebemos assim que Portugal é hoje um país internamente debilitado, com dúvidas enquanto à integridade do Estado, surge igualmente como um país “derrotado” na sua essência, incrédulo quanto ao seu futuro e, por isso, ansioso por um novo rumo, ansioso por um novo capítulo na sua história. Paralelamente, a Espanha, e embora também não atravesse o seu melhor momento a nível interno, apresenta-se com uma atitude mais determinada, não só enquanto á sua firme postura nacionalista, mas também pelo declarado desinteresse em incluir a Portugal no aglomerado Ibérico. Espanha olha hoje para Portugal como um Estado que “deveria” pertencer-lhe (assim o fomenta a tradição imperialista do país), mas que já não é primordial nem benéfico para o desenvolvimento espanhol, pois a nossa debilidade interna apenas viria entorpecer o crescimento do seu país.

Perante esta realidade, cabe então a Portugal contornar essa situação e mostrar que é ainda hoje um Estado capaz de controlar o seu destino, capaz de corrigir os desvios internos que o levaram à presente situação, uma situação periclitante na sua economia e estado social. Portugal é, de facto, um país o suficientemente forte como para à sombra dos ensinamentos que a história lhe trás, inspirar-se num sólido modelo de autonomia e nacionalismo para, sem fechar as portas ao exterior, trabalhar desde dentro, desde as suas bases, para conseguir erguer os alicerces da nação soberana portuguesa.



### Recomendações de reflexão para trabalho futuro

Há inúmeras questões que se levantam quando o tema é a economia, sobretudo se no centro de discussão está a união da economia Ibérica. O nosso estudo identificou quais os pontos fortes e fracos da economia portuguesa para fazer face ao domínio espanhol, contudo não nos foi possível aprofundar todos os campos que esta temática poderá abranger, pelo que sublinhamos alguns pontos de interesse a serem analisados num estudo futuro.

Será importante perceber se deverá ou não Portugal aproveitar esse domínio espanhol para crescer, ou se na prática essa aproximação apenas faria recuar o país. Igualmente fundamental será a análise da atitude portuguesa face a outras economias, já que na actualidade existem vários mercados com os quais o país estabeleceu relações comerciais, e identificar as motivações que se prendem ao temor do avanço espanhol. Assim, se os mercados externos podem ser um apoio fundamental para o equilíbrio das finanças nacionais, deverá ter-se em consideração se a aproximação económica espanhola é uma mais-valia ou se, pelo contrário, apenas poria em questão o controlo português sobre os seus mercados e balanças comerciais.

## GLOSSÁRIO

Iberismo: Doutrina defensora da existência de um só Estado na Península Ibérica.

Pró-Iberismo: Movimento a favor da União Ibérica.

Anti-Iberismo: Corrente de pensamento que renega a unificação dos países Ibéricos.

Nacionalismo: Movimento político que pretende impor em todos os domínios o predomínio da Nação à qual pertencem.

Subversão: Acção que visa minar os valores e as instituições estabelecidas.

LISTA DE ABREVIATURAS

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

CEE - Comunidade Económica Europeia

EIU - Economist Intelligence Unit

FEEF - Fundo Europeu de Estabilização Financeira

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDN – Instituto de Defesa Nacional

OMC - Organização Mundial do Comércio

OPA - Oferta Pública de Aquisição

PEC - Plano de Estabilidade e Crescimento

UE - União Europeia

ZEE - Zona Económica Exclusiva

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I

AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Espanha – Ficha país*, 2011.

BARROS DIAS, José Manuel de, “Da questão Ibérica à União Europeia. Constantes e Mutações no relacionamento entre Espanha e Portugal”, in *Revista Militar*, Lisboa, Inovação, Forças Armadas e Instituições Militares, Junho de 2009.

BORGES, Jorge Luís, *El otro, el mismo*, Buenos Aires, Emecé, 1967.

CALVET, José de Magalhães, *Breve História diplomática de Portugal*, [S.I.], Publicações Europa-América, 3ª Ed., 1990.

CARVALHO, Virgílio, *O mundo a Europa e Portugal*, Lisboa, Sociedade histórica da independência de Portugal, Volume I, 1995.

CÉU E SILVA, João, “ARTES”, in *Jornal Diário de Notícias*, 15 de Julho de 2007.

CHACON, Vamireh, *A Grande Ibéria*, São Paulo, Unesp, 2005.

CLARIN, Leopoldo Alas, *El Porvenir*, Madrid, Ed. Bella Bellatrix Istmo, 1988.

D’AZEVEDO, J. Lúcio, *Notas breves sobre o Hispanismo, à memória de António Sardinha*, [S.I.], [S.E.], [19-].

DIEGUEZ, Valentín Cabrero. *Iberismo e Cooperação, Passado e futuro da Península Ibérica*, Porto, Campo das Letras, 2005.

ECO, Umberto, *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, Barcarena, Editorial Presença, 1997.

ENGUITA, Fernández Mariano et al., “46% dos portugueses querem a União Ibérica”, in *Jornal Económico*, 5 de Abril de 2011.

INCLÁN, Valle, in *La Gaceta Literária*, Madrid, Ed. Toledo, Ano II, Novembro 1928.

JUNQUEIRO, Guerra, *Finis Patriae*, Porto, Porto Editora, 1890.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *Livros da Primeira Classe*, Porto, Ed. A Educação Nacional Lda, 1954.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord), *História de Portugal*, [S.I.], Ed. Círculo de Leitores, Volume 3, 1993.

MARQUES, Fernando Pereira, “A Questão Ibérica em Antero de Quental”, in *Revista Res-públic*, 5 de Junho de 2007.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História da civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Editores, 2007.

\_\_\_\_\_, Joaquim Pedro, *História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

MATTOSO, José (coord), *História de Portugal*, [S.I.], Ed. Círculo de Leitores, Volume 2, 1993.

MONTERO, Feliciano e TUSELL, Javier, *Historia de España*, Madrid, Espasa, Volume 11, 1997.

NOGUEIRA, Franco, *As crises e os Homens*, Lisboa, Ática, 1924.

RAMOS, Rui (coord), *História de Portugal*, Lisboa, Ed. A Esfera dos Livros, 4ª Ed., 2009.

OLIVEIRA, Leonel de, *Nova Enciclopédia Larousse*, [S.I.], Círculo de Leitores, volume 5, 1997.

PASCOAIS, Teixeira de, *A arte de ser português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria – uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2006.

\_\_\_\_\_, Maria da Conceição, “Iberismo e Nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão - O futuro de Portugal visto do Porto 1881”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, No. 237, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 1992.

PITTA E CUNHA, Paulo, “A União Ibérica e a união Europeia: Refutando a tese Iberista” in *Jornal Público*, 18 de Abril de 2008.

QUENTAL, Antero de, *Causa da decadência dos povos Peninsulares*, Lisboa, Tinta-da-china, 2008.

\_\_\_\_\_, Antero, *Portugal perante a Revolução da Hespanha. Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, [S.I.], [S.E.], 1868.

RAPOSO, Hipólito, “Filologia política”, in *Acción Espanhola*, Tomo I, No. 411. Madrid, 1 de Fevereiro de 1932.

\_\_\_\_ Hipólito, *Folhas do meu cadastro*, Lisboa, Gama, Volume I, 1940.

RIBEIRO, Silva António, *Organização Superior de Defesa Nacional*, Lisboa, História Militar, 2004.

ROMANILLO, Alfonso Moure e YANGUAS, Juan Santos, *História de Espanha*, Madrid, Espasa, volume 3, 1997.

SARAMAGO, José, *A jangada de Pedra*, Lisboa, Ed. Caminho, 1986.

SARDINHA, António, *A aliança Peninsular*, [S.I.], QP, 1975.

UNAMUNO, Miguel de, *Por tierras de Portugal y España*, [S.I.], GLOBO, 2008.

## II

AGUIAR, Nuno (2011). “Portugal será o único país da EU em recessão em 2012”, *Ionline*. 12 de Abril de 2011. Disponível em WWW: <<http://www.ionline.pt/conteudo/116725-portugal-sera-o-unico-pais-da-ue-em-recessao-em-2012>> (visitado em Fevereiro de 2011).

AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Ficha País de Portugal*, 2011. Disponível em WWW: <[http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao\\_portugal/ficha\\_pais\\_PT/](http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao_portugal/ficha_pais_PT/)> (visitado em Março de 2011).

AICEP – PORTUGAL GLOBAL, *Portugal, perfil país*, 2011. Disponível em WWW: <[http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao\\_portugal/PerfilPortugal/](http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao_portugal/PerfilPortugal/)> (visitado em Março de 2011).

AICEP. PORTUGAL GLOBAL, *Relações Económicas Bilaterais entre Portugal e Espanha*, 2006-2010. Disponível em WWW: <[www.Portugalglobal.pt](http://www.Portugalglobal.pt)> (Visitado em Março de 2011).

SARDINHA, António, *Madre-Hispânia*, 1924. Disponível em WWW: <[http://www.angelfire.com/pq/unica/il\\_as\\_1924\\_madre\\_hispania.htm](http://www.angelfire.com/pq/unica/il_as_1924_madre_hispania.htm)> (visitado em Fevereiro de 2011).

<<http://ccsocials.blogspot.com/2008/02/los-orgenes-del-correo-desde-la.html>> (visitado em Fevereiro de 2011).

<<http://static.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/11/uniao-iberica.jpg>> (visitado em Março de 2011).

<<http://www.artequias.com/biografia/losreyescatolicos.htm>> (visitado em Fevereiro de 2011).

<<http://www.ine.es/>> (visitado em Março de 2011).

<[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_princindic&contexto=pi&selTab=tab0](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_princindic&contexto=pi&selTab=tab0)> (visitado em Março de 2011).

<<http://www.bde.es/webbde/es/>> (visitado em Março de 2011).